

Banco Votorantim S.A.

**Demonstrações contábeis
consolidadas em IFRS em
31 de dezembro de 2019**

ÍNDICE

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS	9
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	
BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO	16
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO	18
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO ABRANGENTE	19
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	20
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA	21
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO VALOR ADICIONADO	22
NOTAS	
1. O CONGLOMERADO E SUAS OPERAÇÕES	23
2. REESTRUTURAÇÕES SOCIETÁRIAS	23
3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS	24
4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	24
5. PRINCIPAIS JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS	40
6. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS	41
7. SEGMENTOS OPERACIONAIS	43
8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	45
9. DEPÓSITOS NO BANCO CENTRAL DO BRASIL	45
10. ATIVOS FINANCEIROS - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	46
11. ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO - DERIVATIVOS	49
12. ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS PELO CUSTO AMORTIZADO - OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DE ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO / EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS	54
13. ATIVOS FINANCEIROS - APLICAÇÕES EM DEPÓSITOS INTERFINANCEIROS	57
14. ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS PELO CUSTO AMORTIZADO - ATIVOS FINANCEIROS COM ACORDO DE REVENDA	57
15. ATIVOS NÃO FINANCEIROS MANTIDOS PARA VENDA	58
16. PARTICIPAÇÃO EM COLIGADAS E ENTIDADES CONTROLADAS EM CONJUNTO	58
17. OUTROS ATIVOS	59
18. ATIVO IMOBILIZADO (ATIVOS TANGÍVEIS)	59
19. ATIVOS INTANGÍVEIS	59
20. PASSIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO - OUTROS PASSIVOS	60
21. PASSIVOS FINANCEIROS PELO CUSTO AMORTIZADO	60
22. OUTROS PASSIVOS	62
23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	63
24. TRIBUTOS	65
25. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES, OBRIGAÇÕES LEGAIS – FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS	68
26. RECEITAS DE JUROS	70
27. DESPESAS DE JUROS	70
28. RESULTADO LÍQUIDO DE SERVIÇOS E COMISSÕES	71
29. RESULTADO COM INSTRUMENTOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO	71
30. OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS	71
31. RESULTADO DE PERDAS POR REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL	71
32. DESPESAS DE PESSOAL	72
33. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS	72
34. PARTES RELACIONADAS	72
35. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS	73
36. GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL	74
37. OUTRAS INFORMAÇÕES	90
38. EVENTOS SUBSEQUENTES	91

BANCO BV | Relatório da Administração 2019

A Administração do banco BV e de suas controladas, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, apresenta as Demonstrações Financeiras Consolidadas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018. As informações foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

1 DESTAQUES FINANCEIROS E PATRIMÔNIAIS

	2019	2018	Variação
Lucro líquido (R\$ milhões)	1.595	1.061	50,4%
Ativos Totais (R\$ milhões)	96.901	102.288	-5,3%
Carteira de crédito (R\$ milhões)	55.676	50.485	10,3%
Segmento Atacado (R\$ milhões)	11.511	11.887	-3,2%
Segmento Varejo (R\$ milhões)	44.165	38.598	14,4%
Patrimônio líquido (R\$ milhões)	9.740	9.126	6,7%
Índice de Basileia (%)	15,1	15,7	-0,6 p.p.
Capital Nível I (%)	13,6	13,6	0,0 p.p.
Capital Principal (%)	11,8	11,6	0,2 p.p.
Inadimplência acima de 90 dias (%)	4,5	4,2	0,3 p.p.
Índice de Cobertura (acima de 90 dias) (%)	196	185	11,8 p.p.
Recursos geridos ¹ (R\$ Milhões)	51.472	48.435	6,3%
Colaboradores (indivíduos)	3.885	3.842	1,1%

1. Inclui fundos *onshore* (critério ANBIMA) e recursos de clientes *private* (renda fixa, renda variável e fundos *offshore*).

O lucro líquido de 2019 totalizou R\$ 1.595 milhões comparável a um lucro de R\$ 1.061 milhões em 2018, representando crescimento de 50,4% no período. No mesmo período o patrimônio líquido cresceu 6,7% de R\$ 9.126 milhões para R\$ 9.740 milhões em dezembro de 2019.

Ao final de 2019, o Índice de Basileia atingiu 15,1%, sendo: (i) 13,6% referente ao Capital Nível I, que consiste no somatório do Capital Principal (11,8%) e Capital Complementar (1,8%); e (ii) 1,5% referente ao Capital Nível II.

A carteira de crédito somou R\$ 55.676 milhões em dezembro de 2019, 10,3% de crescimento quando comparamos com dezembro de 2018, sendo R\$ 44.165 milhões do Varejo e R\$ 11.511 milhões do Atacado. Mesmo com o crescimento da carteira, o índice de inadimplência acima de 90 dias (Inad 90) da carteira consolidada ficou em 4,5.

Rating

Em 2019 o banco teve seus ratings reafirmados junto às agências internacionais. A Standard & Poor's reafirmou o rating do banco BV em escala global, mantendo-o em 'BB-', com *outlook* estável, seguindo a perspectiva do soberano.

A Moody's, além de reafirmar o rating global em 'Ba2' (moeda local), alterou o *outlook* de negativo para estável, igualando à nota do país, como reconhecimento aos avanços e consistência da performance financeira e também às melhorias estruturais apresentadas pelo banco.

2 CLIENTE NO CENTRO DA ESTRATÉGIA

Em nossa estratégia buscamos por eficiência e rentabilidade em todos os negócios, a aceleração do ganho de maturidade digital e a centralidade no cliente para tomada de decisão. Nossa maior ambição é sermos reconhecidos positivamente pela experiência que proporcionamos ao longo da jornada, em todos os segmentos que atuamos.

Em 2019, para consolidar a jornada que nos levou a ser um banco moderno, ágil, digital e mais próximo dos nossos clientes, mudamos nossa marca, Banco Votorantim, e passamos a nos chamar banco BV. Com a abreviação do nome para BV assumimos o apelido já utilizado por muitos clientes e parceiros em uma arquitetura de marca única, que reforça a solidez da marca e fortalece a unicidade dos negócios de varejo, *corporate* e *private banking*. Também adotamos um novo posicionamento, traduzido pela assinatura "leve para a sua vida", que afirma nosso compromisso de melhorar a relação das pessoas com o dinheiro.

Para evidenciar ainda mais o cliente no centro das decisões, criamos a diretoria de Clientes e Inteligência de Dados, liderada por Adriana Gomes, que está à frente das áreas de Relacionamento, Marketing, Ouvidoria, Ciência de Dados e Cobrança Varejo.

Encerramos o ano de 2019 em 4o lugar no ranking de Qualidade de Ouvidorias do Banco Central, que avalia instituições financeiras com mais de 4 milhões de clientes. Além do trabalho contínuo da Ouvidoria junto às áreas operacionais e de negócios, essa posição de destaque foi impulsionada pelo nosso novo ciclo de transformação digital. Uma das iniciativas de sucesso foi a aplicação da inteligência de *Speech Analytics* em todas as ligações telefônicas da nossa central de atendimento – cerca de 50 mil ligações por dia analisadas de forma automática, permitindo melhorar a resposta das solicitações dos nossos clientes.

A adoção da cultura centrada no cliente já tem apresentado resultados. Nosso NPS (*Net Promoter Score*), medido em nossos canais de atendimento ao cliente, alcançou 70 pontos (média do segundo semestre de 2019), entre as pontuações mais altas do Brasil, o que indica que nossas iniciativas estão sendo bem recebidas e estão melhorando as experiências dos nossos clientes.

3 SUSTENTABILIDADE

Para o banco BV, sustentabilidade é o planejamento e execução de ações perenes, que reafirmam nosso compromisso com o desenvolvimento do Brasil, diminuem o impacto no meio ambiente e garantem a gestão ampliada de riscos e oportunidades para clientes, colaboradores e acionistas.

Destacamos as principais iniciativas de 2019 nesta frente:

Desenvolvimento Social

Por meio de leis de Incentivo Fiscal, em 2019 apoiamos 22 projetos nas áreas de Cultura, Esporte, Educação e Saúde que beneficiaram mais de 3.600 pessoas em todo o território nacional. Além

disso, com recursos próprios e nosso apoio técnico investimos em 6 projetos para desenvolvimento social por meio do esporte, impactando a vida de mais de 1.400 crianças.

Seguimos como apoiadores do PVE - Parceria pela Valorização da Educação, que tem como objetivo contribuir para a melhoria da qualidade da educação em municípios brasileiros. Em 2019, o PVE esteve presente em 101 cidades brasileiras, mais de 1.200 escolas e impactou direta e indiretamente mais de 547 mil alunos.

Fomos reconhecidos no Prêmio Talento em Sustentabilidade, uma Iniciativa do Instituto Votorantim para reconhecer práticas dos colaboradores que tornam as empresas do grupo cada vez melhores para as pessoas e o planeta. A iniciativa inscrita foi o PCDentro, um grupo no Telegram focado na divulgação de vagas, cursos, treinamentos e dicas para ajudar pessoas com deficiência e mobilidade reduzida a serem inclusas no mercado de trabalho. A plataforma já conta com mais de 500 pessoas.

Educação financeira

Participamos da Semana ENEF (Semana Nacional de Educação Financeira), proposto pelo Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF) promovendo palestras e workshops sobre gestão financeira para colaboradores, parceiros e participantes de projetos sociais apoiados pelo banco.

Integramos ao APP de cartão de crédito o Especialista Digital, um assistente virtual financeiro chamado “Bevê”, que oferece, por meio de inteligência artificial, recomendações financeiras de acordo com o perfil do cliente.

Meio ambiente

Compensamos todas as emissões de Gases do Efeito Estufa (GEE) diretas e indiretas emitidas em 2019 pelo banco e nos tornamos uma empresa “Carbon Free”. Seguimos signatários dos Princípios do Equador e nos tornamos do PRI - Princípios de Investimento Responsável.

Ampliamos nossa oferta de financiamento de placas solares para captação de energia em imóveis comerciais e residenciais.

Apoiamos a execução do Projeto Pomar, que tem como objetivo contribuir com a recuperação ambiental da marginal do Rio Pinheiros, em São Paulo.

4 TECNOLOGIA

Nos últimos anos passamos a focar na simplicidade. Se o mundo é VUCA (sigla em inglês para Volatilidade, Incerteza, Complexidade e Ambiguidade), precisamos ser simples e adaptáveis à alta velocidade da mudança do mundo atual. Em 2019, reforçamos os investimentos e expandimos em 24% nosso time de tecnologia da informação, com o objetivo de elevar a capacidade do ambiente computacional e aplicativo para atender o crescimento dos negócios de forma ágil e digital.

Cloud

Alcançamos o índice de 96% das aplicações virtualizadas, consolidando a infraestrutura e habilitando a escalabilidade dos negócios.

Automação

Aumentamos agilidade e eficiência operacional com o uso de robotização e inteligência analítica.

Segurança

Elevamos a confiabilidade e disponibilidade dos sistemas e ambientes.

Modelos DevSecOps

Integramos a esteira de desenvolvimento e operação trazendo agilidade e qualidade no atendimento das necessidades de nossos clientes e parceiros.

5 DATA SCIENCE

A transformação digital do BV é ampla, envolve todo o banco, e foi iniciada em 2014. Essa estratégia incluiu a modernização do nosso parque tecnológico e a criação da área de Data Science em 2018. Reforçamos nosso ambiente tecnológico de dados e viabilizamos treinamento e capacitação dos nossos colaboradores.

Nossa avaliação de crédito para Financiamento de Veículos tem 96% de decisão automatizada, apresentando patamares estáveis de inadimplência. Por meio da área de Data Science essa inteligência se expandiu para outras áreas do banco.

Hoje temos mais de 100 modelos utilizados na tomada de decisão nas mais variadas plataformas (cartões de crédito, empréstimos, financiamento de veículos entre outros). Investimos cada vez mais em novas tecnologias de *Big Data* e *Cloud* para tratar dados não estruturados e alavancamos também o uso de dados externos (fontes de informação como Serasa – atualmente utilizamos mais de 15 diferentes fontes), zelando pela privacidade dos nossos clientes.

Foi também na área de Data Science em que começamos a usar o *Speech Analytics*, onde foi possível fazer a interpretação automática das ligações de nossos clientes, entendendo suas principais necessidades e identificando oportunidades para melhorar sua experiência ao longo da jornada, assim como a qualidade dos serviços que entregamos.

Com essa inteligência e modelo de atuação, em 2019 fomos reconhecidos no Prêmio *Smart Customer* e no XIX Prêmio ABT com o case *Close the Loop*, que consiste no fechamento das reclamações de clientes de forma ágil e pontual por uma equipe multidisciplinar dedicada ao trabalho, transformando sua insatisfação em satisfação com a marca.

6 ESTRUTURA ÁGIL

Um fator crucial para acelerar a transformação foi a consolidação da metodologia ágil, surgida na indústria de software, e que consiste numa forma rápida e flexível de gestão. Por conta dela, o modelo de *squads*, onde equipes multidisciplinares se reúnem para desenvolver soluções, é cada vez mais usado no banco. A sua prática vem evoluindo e ganhando maturidade. Atualmente contempla 17 tribos e 61 *squads*. Um conjunto de *squads* que formam uma tribo prioriza as ações baseadas em um modelo de experimentação e aprendizado.

A metodologia ágil foi inserida na cultura do BV para trazer mais eficiência aos negócios e garantir a centralidade e experiência do cliente. Com o método, proporcionamos mais flexibilidade e autonomia para o banco, o que tem nos levado a desenvolver projetos em setores estratégicos para criar soluções diferenciadas para nossos clientes e parceiros.

Acompanhamos o dinamismo das *fintechs* que atacam os principais desafios na relação dos clientes com o setor financeiro tradicional e entendemos esse movimento como uma oportunidade. Atualmente temos mais de 100 parceiros usando nossas API's e somos investidores ou parceiros estratégicos de 25 startups e fintechs.

Para reforçar essa agenda, Guilherme Horn se juntou ao banco como Diretor de Estratégia e Inovação, aportando sua vasta experiência como empreendedor serial e executivo de inovação para acelerar nossos desenvolvimentos internos e iniciativas de inovação.

No ano de 2019 o BVx marcou a aceleração da nossa estratégia de inovação e abertura para conexão com o ecossistema de startups. Consolidamos todas as iniciativas desse universo sob a marca BVx, cuja missão é gerar valor por meio de co-criação e investimentos em nossos parceiros. Neste período, destacamos as seguintes iniciativas:

Investimento na Neon Pagamentos

Investimos R\$ 400 milhões na Neon Pagamentos em parceria com o fundo General Atlantic. Lançada em 2016, a Neon é uma das *fintechs* mais inovadoras do segmento que já conta com mais de 2 milhões de contas abertas.

Aquisição da Just

Anunciamos a aquisição da Just, primeira plataforma de empréstimos 100% online no Brasil. Criada em 2016, a Just já realizou mais de 65 mil empréstimos, originando cerca de R\$ 500 milhões em operações.

Investimento na Olivia

Lideramos o aporte de R\$ 25 milhões na *fintech* Olivia, assistente financeira virtual que usa inteligência artificial e economia comportamental para analisar os hábitos de consumo das pessoas, as orientando a gastar melhor. O aporte é o maior já realizado em uma *fintech* de inteligência artificial no país.

Ampliação do PRAVALER

Firmamos por mais 10 anos a parceria com o PRAVALER para oferta de crédito estudantil.

Expansão do Portal Solar

Ampliamos nossa oferta de financiamento de placas solares para captação de energia em imóveis comerciais e residenciais. Alcançamos R\$ 200 milhões de portfólio com crescimento de 90% no último trimestre.

7 AGRADECIMENTOS

Os resultados conquistados reafirmam que estamos no caminho certo para alcançar nossos objetivos. Seguimos focados na busca por eficiência e rentabilidade em todos os negócios, acelerando o ganho de maturidade digital para melhorar continuamente a experiência dos nossos clientes para que estejam no centro de nossas decisões. Agradecemos aos clientes, investidores e acionistas pela confiança e aos colaboradores pelo comprometimento.

Conselho de Administração

José Luiz Majolo	Presidente
Rubem de Freitas Novaes	Vice-Presidente
Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo	Conselheiro
Celso Scaramuzza	Conselheiro
Jairo Saddi	Conselheiro
Carlos Renato Bonetti	Conselheiro

Comitê de Auditoria

José Danúbio Rozo	Coordenador
Gilberto Lourenço da Aparecida	Membro qualificado
Armando Wolfrid	Membro

Conselho Fiscal

Antonio Gustavo Matos do Vale	Presidente
Lupercio de Souza Izabel	Vice-Presidente
Paulo Antonio Spencer Uebel	Conselheiro
João Batista Donizete de Souza	Conselheiro

Diretoria

Gabriel Ferreira	Diretor Presidente
Adriana Gomes	Diretora Executiva
Alexandre Ibrahim	Diretor Executivo
Guilherme Horn	Diretor Executivo
José Roberto Salvini	Diretor Executivo
Marcelo Clara	Diretor Executivo
Rodrigo Tremante*	Diretor Executivo
Ana Paula Tarcia	Diretora
Eduardo Teles	Diretor
Marcelo Kenji	Diretor
Ricardo Fajnzylber	Diretor

*Diretor Executivo de Finanças e Relações com Investidores

Contador

Alexei De Bona
CRC PR-036459/O-3

São Paulo, 6 de fevereiro de 2020.

AUDITORIA INDEPENDENTE – INSTRUÇÃO CVM 381/03

A contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos nossos auditores independentes fundamenta-se na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem em: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

Em conformidade com o disposto na Instrução CVM nº 381/03, declaramos que, no exercício de 2019, contratamos os serviços da KPMG Auditores Independentes, não relacionados à auditoria externa, em patamar superior a 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa. Outros serviços prestados pelos auditores externos foram: i) assessoria tributária; ii) relatório de asseguarção; e iii) consultoria. O montante das contratações totalizou R\$ 337,7 mil, que representa 12,47% do total dos honorários de auditoria das demonstrações contábeis de 2019 do banco BV.

Como forma de evitar conflitos de interesses ou ameaças à independência ou objetividade do auditor independente, eventual contratação da mesma empresa que presta serviços de auditoria contábil para o banco BV ou sociedade controladas pelo banco BV para a realização de outros serviços é previamente submetida ao Comitê de Auditoria do Banco.



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Aos Acionistas e ao Conselho de Administração do

Banco Votorantim S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Banco Votorantim S.A. e suas controladas (Banco Votorantim) que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada, do Banco Votorantim S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco Votorantim e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Redução ao valor recuperável de operações de crédito e de arrendamento mercantil

Veja as Notas 4g, 4j, 12 e 38v das demonstrações contábeis consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
Conforme mencionado nas notas explicativas nºs 4g, 4j, 12 e 38v, e na norma internacional de relatório financeiro IFRS 9 ("IFRS 9"), para fins da apuração da redução a valor recuperável das operações de crédito e de arrendamento mercantil financeiro, a Administração utiliza o modelo de perda de crédito esperada. As mensurações da provisão para perda esperada são apuradas com base em julgamento e premissas do Banco Votorantim considerando estimativas e premissas baseadas no comportamento histórico de perdas e projeções de perdas esperadas. Devido à relevância das operações de crédito e de arrendamento mercantil financeiro e ao grau de julgamento envolvido na determinação da perda esperada, bem como os requerimentos de divulgação relacionados, consideramos esse tema um assunto significativo em nossa auditoria.	Avaliamos o desenho dos controles internos relacionados ao processos de aprovação dos níveis de risco ("ratings") das operações de crédito e de arrendamento mercantil e de governança sobre os modelos internos utilizados nos cálculo das perdas esperadas. Com o auxílio dos nossos especialistas em modelagem de risco de crédito, avaliamos também a razoabilidade dos modelos de mensuração das perdas esperadas das operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro, incluindo os critérios utilizados para a classificação das operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro nos estágios previstos no IFRS 9 a partir do seu reconhecimento inicial. Adicionalmente, ainda com o auxílio dos nossos especialistas em modelagem de risco de crédito, efetuamos procedimentos de verificação de aderência sobre o valor registrado pela Administração a título de redução a valor recuperável das operações de crédito e de arrendamento mercantil financeiro versus o incorrido (<i>Back test</i>). Com base em amostragem, recalculamos a perda esperada das operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro elaborada com base nos modelos de mensuração e na política estabelecida pelo Banco Votorantim. Por fim, avaliamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis consolidadas, descritas nas notas explicativas nºs 4g, 4j, 12 e 38v, estão de acordo com as normas aplicáveis. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o cálculo das perdas esperadas das operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro e as divulgações correlatas no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Valor justo de instrumentos financeiros

Veja as Notas 4g, 4k, 10 e 11 das demonstrações contábeis consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
Conforme mencionado nas notas explicativas nºs 4g, 4k, 10 e 11, o Banco Votorantim possui saldos relevantes de instrumentos financeiros registrados a valor justo. Para os instrumentos financeiros que não são ativamente negociados e para os quais os preços e parâmetros de mercado não estão disponíveis, a determinação do valor justo está sujeita a um nível maior de incerteza na medida em que o Banco Votorantim tem que efetuar julgamentos significativos para estimar esses valores. Desta forma, consideramos a mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros como assunto significativo para a nossa auditoria.	Avaliamos o desenho dos controles internos relacionados à governança sobre os modelos internos utilizados no cálculo do valor de mercado dos instrumentos financeiros e a revisão por área independente dos preços dos instrumentos financeiros em uma base mensal. Para uma amostra de instrumentos financeiros cujos parâmetros para mensuração dos valores justos não são observáveis, com o suporte técnico de nossos especialistas em instrumentos financeiros, avaliamos a adequação dos modelos desenvolvidos pelo Banco Votorantim para a determinação do valor justo e a razoabilidade dos dados, os parâmetros e informações incluídos nos modelos de precificação utilizados e recalculamos o correspondente valor justo dessas operações. Analisamos a documentação suporte para registro de provisão para perdas permanentes (<i>impairment</i>). Avaliamos ainda se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis consolidadas, descritas nas notas explicativas nºs 4g, 4k, 10 e 11, estão de acordo com as normas aplicáveis. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável a mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros e as divulgações efetuadas no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Provisões e passivos contingentes – trabalhistas, cíveis e fiscais

Veja as Notas 4t e 25 das demonstrações contábeis consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
Conforme mencionado nas notas explicativas nºs 4t e 25, o Banco Votorantim constitui provisão para demandas trabalhistas, cíveis e fiscais, decorrentes do curso normal de suas operações. As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pela	Avaliamos o desenho dos controles internos relacionados à avaliação, à classificação, e à aprovação do risco processual, assim como a revisão do cálculo da provisão e a suficiência da provisão registrada pela Administração. Confirmamos com os assessores jurídicos

natureza das ações e pelo julgamento do Banco Votorantim, por meio da opinião dos assessores jurídicos, com base nos elementos do processo, complementadas pela experiência de demandas semelhantes. Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na avaliação, mensuração, definição do momento para o reconhecimento e divulgações relacionadas às Provisões e Passivos Contingentes, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.	externos que a base de contingências é integral e precisa por meio de conciliação das respostas dos assessores contra a base do Banco. Avaliamos a determinação do risco processual das causas para assuntos e valores relevantes do Banco, por meio da avaliação dos critérios utilizados na metodologia de mensuração dos valores provisionados, bem como dados e informações históricas. Efetuamos ainda, a comparação entre os valores pagos e provisionados para os casos encerrados ao longo do exercício (<i>Back test</i>). Avaliamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis consolidadas, descritas nas notas explicativas nºs 4t e 25, estão de acordo com as normas aplicáveis. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável o nível de provisionamento e as divulgações efetuadas no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.
--	--

Projeção de resultados futuros para a realização de ativos fiscais diferidos

Veja as Notas 4u, 24a.2 e 24e das demonstrações contábeis consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
As demonstrações contábeis consolidadas incluem ativos relativos a créditos tributários (notas explicativas nºs 4u, 24a.2 e 24e), cuja realização está suportada por estimativas de rentabilidade futura baseadas no plano de negócios e orçamento preparados pelo Banco Votorantim e aprovados em seus níveis de governança. Para elaborar as projeções de resultados futuros para fins, entre outros, de verificar a realização de ativos, o Banco Votorantim adota premissas baseadas em suas estratégias corporativas e no cenário macroeconômico, como taxa de juros, taxa de inflação, entre outras, considerando o desempenho atual e passado e o crescimento esperado no seu mercado de atuação. Devido à relevância dos saldos relativos a esses ativos (créditos tributários), por se basearem em estimativas de rentabilidade futura e pelos impactos que eventuais alterações das premissas poderiam gerar nos valores registrados nas demonstrações contábeis consolidadas, consideramos esse	Avaliamos o desenho e efetividade dos controles internos relevantes referentes ao processo de determinação e aprovação das premissas utilizadas para fins de elaboração de projeção de resultados futuros a qual é base para a avaliação sobre a realização de ativos. Com o envolvimento de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos a razoabilidade das premissas utilizadas pelo Banco Votorantim, o recálculo das projeções baseadas em tais premissas e se atendiam às diretrizes da regulamentação vigente. Com o apoio dos nossos especialistas da área tributária, avaliamos as bases de apuração em que são aplicadas as alíquotas vigentes dos tributos e o estudo de capacidade de realização dos ativos fiscais diferidos. Avaliamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis consolidadas, descritas nas notas explicativas

assunto como significativo para a nossa auditoria.	n^{os} 4u, 24a.2 e 24e, estão de acordo com as normas aplicáveis. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitáveis as projeções de resultados futuros as quais são base para a realização dos ativos fiscais diferidos e as divulgações efetuadas no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.
---	---

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração consolidada do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco Votorantim, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis do Banco Votorantim. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis consolidadas e o relatório dos auditores

A administração do Banco Votorantim é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco Votorantim continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o

Banco Votorantim e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco Votorantim e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco Votorantim e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco Votorantim e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco Votorantim e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive

as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

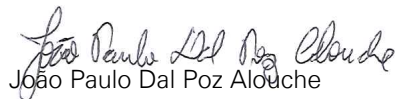
Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 6 de fevereiro de 2020

KPMG Auditores Independentes

CRC SP014428/O-6



João Paulo Dal Poz Alouche

Contador CRC 1SP245785/O-2

Banco Votorantim S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO
em 31 de dezembro de 2019 e 2018

	Nota	31.12.2019	31.12.2018
ATIVO			
Caixa e equivalentes de caixa	8	1.051.889	1.567.948
Ativos financeiros		86.516.884	89.963.198
Depósitos no Banco Central do Brasil	9	1.772.165	521.889
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado		12.875.336	16.303.449
Títulos e valores mobiliários	10	10.138.014	12.123.178
Derivativos	11	2.737.322	4.180.271
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		15.272.657	13.085.857
Títulos e valores mobiliários	10	15.272.657	13.083.532
Aplicações em depósitos interfinanceiros	13	-	2.325
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado		56.596.726	60.052.003
Operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro	12	50.629.955	46.385.071
Aplicações em depósitos interfinanceiros	13	250.491	411.537
Ativos financeiros com acordo de revenda	14	2.281.503	10.660.524
Títulos e valores mobiliários	10	2.442.312	2.413.735
Outros ativos financeiros	17	992.465	181.136
Dividendos a receber		2.251	814
Participação em coligadas e entidades controladas em conjunto	16	79.463	383.399
Ativo imobilizado (Ativos tangíveis)	18	94.416	109.088
Ativos intangíveis	19	395.958	268.772
Ativos tributários	24a	7.384.056	7.442.312
Ativos não financeiros mantidos para venda	15	532.150	576.556
Outros ativos	17	843.741	1.975.532
TOTAL DO ATIVO		96.900.808	102.287.619
PASSIVO			
Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado		3.720.597	5.886.727
Derivativos	11	2.934.562	4.129.517
Outros passivos financeiros	20	786.035	1.757.210
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	21	80.296.446	81.239.264
Provisões para contingências	25	906.308	1.302.395
Passivos tributários	24b	643.856	519.010
Dividendos a pagar		25.042	18.859
Outros passivos	22	1.568.107	4.195.421
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO ATRIBUÍVEL AOS ACIONISTAS CONTROLADORES		9.740.452	9.125.942
Capital social	23a	8.130.372	8.130.372
Reservas		1.706.189	1.422.218
Outros resultados abrangentes	23d	79.299	(25.946)
Resultado acumulado não apropriado	23e	(175.408)	(400.702)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO ATRIBUÍVEL AOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES		-	1
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		96.900.808	102.287.619

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Banco Votorantim S.A.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto o Resultado do período por lote de mil ações)

	Nota	Exercício/2019	Exercício/2018
Receitas de juros	26	11.518.099	11.586.218
Despesas de juros	27	(5.009.264)	(6.148.586)
Margem financeira		6.508.835	5.437.632
Resultado líquido de serviços e comissões	28	1.356.058	1.351.447
Resultado com instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado	29	467.244	85.757
Resultado com instrumentos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		38.235	7.731
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	11h	(1.019.921)	(531.794)
Outros resultados operacionais	30	(341.873)	(161.720)
Resultado bruto da intermediação financeira		7.008.578	6.189.053
Resultado de perdas por redução ao valor recuperável	31	(2.218.046)	(1.976.521)
Despesas de pessoal	32	(1.365.833)	(1.265.249)
Outras despesas administrativas	33	(671.291)	(654.958)
Despesas de depreciação e amortização		(128.720)	(89.012)
Despesas tributárias	24c	(571.353)	(461.112)
Resultado de participações em coligadas e entidades controladas em conjunto	16a	(19.614)	(13.860)
Resultado na alienação de ativos não financeiros mantidos para a venda	15b	(12.735)	86.306
Resultado antes de impostos e contribuições sobre o lucro		2.020.986	1.814.647
Impostos correntes	24d	(351.744)	(264.332)
Impostos diferidos	24d	(74.521)	(489.769)
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores		1.594.721	1.060.546
Lucro líquido		1.594.721	1.060.546
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações - R\$		15,13	10,06
Quantidade de ações (lote de mil) - básico e diluído		105.391.473	105.391.473

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Banco Votorantim S.A.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	Exercício/ 2019	Exercício/ 2018
Resultado líquido do exercício		1.594.721	1.060.546
Outros resultados abrangentes que serão reclassificados subsequentemente para o resultado:			
Variação no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	23d	163.956	123.581
Ajustes de adoção inicial do IFRS 9:			
Ajuste ao valor justo de ativos financeiros que mudaram de critério de mensuração		-	167.550
Efeito fiscal		-	(75.397)
Variação no exercício:			
Ajuste ao valor justo		288.794	118.163
Ajuste ao valor justo transferido para o Resultado		(47.235)	(78.223)
Efeito fiscal		(77.603)	(8.512)
Hedge de fluxo de caixa	23d	(58.711)	(97.734)
Ajuste ao valor justo		(155.600)	(150.117)
Ajuste ao valor justo transferido para o Resultado	11g	29.684	(8.413)
Efeito fiscal		67.205	60.796
Resultado abrangente total		1.699.966	1.086.393

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Banco Votorantim S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores						Participações não controladores	Total Patrimônio Líquido
		Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Outros resultados abrangentes	Resultado acumulado não apropriado	Total		
Saldos em 31 de dezembro de 2017		8.130.372	372.120	425.579	(51.793)	354.774	9.231.052	1	9.231.053
Efeitos dos ajustes de adoção inicial do IFRS 9, líquidos de impostos	4bb / 23d	-	-	-	92.153	(766.545)	(674.392)	-	(674.392)
Saldos em 01 de janeiro de 2018	4bb	8.130.372	372.120	425.579	40.360	(411.771)	8.556.660	1	8.556.661
Outros ajustes sobre instrumentos financeiros, líquidos de impostos	23e	-	-	-	-	(230.986)	(230.986)	-	(230.986)
Ajustes ao valor justo, líquidos de impostos	23d	-	-	-	(66.306)	551	(65.755)	-	(65.755)
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	1.060.546	1.060.546	-	1.060.546
Destinação de reservas do exercício		-	-	624.519	-	(624.519)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	23c	-	-	-	-	(194.523)	(194.523)	-	(194.523)
Saldos em 31 de dezembro de 2018		8.130.372	372.120	1.050.098	(25.946)	(400.702)	9.125.942	1	9.125.943
Mutações do período		-	-	624.519	25.847	(755.476)	(105.110)	-	(105.110)
Saldos em 31 de dezembro de 2018		8.130.372	372.120	1.050.098	(25.946)	(400.702)	9.125.942	1	9.125.943
Efeitos dos ajustes de adoção inicial do IFRS 16, líquidos de impostos	4z	-	-	-	-	814	814	-	814
Saldos em 01 de janeiro de 2019									
Ajustes ao valor justo, líquidos de impostos	23d	-	-	-	105.245	-	105.245	-	105.245
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	1.594.721	1.594.721	(1)	1.594.720
Destinação de reservas do exercício		-	-	283.971	-	(283.971)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	23c	-	-	-	-	(336.270)	(336.270)	-	(336.270)
Dividendos adicionais	23c	-	-	-	-	(750.000)	(750.000)	-	(750.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2019		8.130.372	372.120	1.334.069	79.299	(175.408)	9.740.452	-	9.740.452
Mutações do período		-	-	283.971	105.245	225.294	614.510	(1)	614.509

O Lucro por Ação está divulgado na Demonstração do Resultado.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Banco Votorantim S.A.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	Exercício/ 2019	Exercício/ 2018
Fluxos de caixa provenientes das operações			
Resultado antes de impostos e contribuições sobre o lucro		2.020.986	1.814.647
Ajustes ao Lucro (Prejuízo) antes dos impostos e contribuições sobre o lucro		1.719.726	2.023.963
Depreciações e amortizações		128.720	89.012
Provisão para perdas por redução ao valor recuperável	31	2.393.963	2.411.089
Resultado de participações em coligadas e entidades controladas em conjunto	16a	19.614	13.860
Variação cambial de investimentos no exterior		(47.489)	(268.500)
Despesas (Reversão) com provisões cíveis, trabalhistas e fiscais	25e.1	(396.087)	(64.111)
Desvalorização de ativos não financeiros mantidos para a venda	30	123.093	25.432
Juros apropriados e não recebidos de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		(638.751)	(179.531)
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		(6.041)	(78.421)
Provisão para perda ao valor recuperável (imparidade) em participações societárias	30	9.359	74.169
Outros resultados operacionais		133.345	964
Variação nos ativos e passivos operacionais		(2.277.502)	(7.283.052)
Variação líquida em ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado		3.428.089	(11.749.401)
Variação líquida em depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil		(1.250.276)	(507.815)
Variação líquida em ativos financeiros ao custo amortizado (Op. de crédito e de arrend. mercantil)		(6.652.831)	(1.923.017)
Variação líquida em ativos financeiros ao custo amortizado (TVM e outros)		8.400.269	(806.057)
Variação líquida em dividendos a receber		(25.831)	(7.736)
Variação líquida em impostos correntes		25.879	(114.132)
Pagamentos de caixa referentes a passivos tributários correntes		(373.239)	(348.251)
Variação líquida em impostos diferidos		93.799	(679.906)
Variação líquida em ativos não financeiros mantidos para venda		65.742	(285.007)
Variação líquida em passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado		(2.166.107)	(271.175)
Variação líquida em passivos financeiros ao custo amortizado		(6.066.740)	10.060.238
Variação líquida em títulos emitidos		2.075.547	(1.888.698)
Outras variações ativas		10.708	694.434
Outras variações passivas		157.489	543.471
Caixa líquido gerado (utilizados) pelas operações		1.463.210	(3.444.442)
Fluxos de caixa provenientes das atividades de investimento			
(Aquisição / aumento) de títulos e valores mobiliários mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		(2.146.204)	(4.332.942)
(Aquisição / aumento) de títulos e valores mobiliários mensurados ao custo amortizado		(553.324)	-
(Aquisição / aumento) de investimentos		(28.497)	(120.689)
(Aquisição) ativo imobilizado (ativos tangíveis)		(18.784)	(41.114)
(Aquisição / ativação) de ativos intangíveis		(390.731)	(148.941)
Alienação / redução de títulos e valores mobiliários mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		72.722	1.466.566
Vencimento de títulos e valores mobiliários mensurados ao custo amortizado		1.484.930	4.623.883
Alienação / redução de investimentos		350.948	543.462
Alienação de ativo imobilizado (ativos tangíveis)		382	5.667
Alienação / baixa de intangíveis		35.368	483
Dividendos / juros sobre o capital próprio recebidos ⁽¹⁾		24.394	53.299
Caixa gerado (utilizado) pelas atividades de investimento		(1.168.796)	2.049.674
Fluxos de caixa provenientes das atividades de financiamento			
Dividendos pagos	37d	(1.080.087)	(286.262)
Passivos subordinados	37d	263.573	515.805
Caixa gerado (utilizado) pelas atividades de financiamento		(816.514)	229.543
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		(522.100)	(1.165.225)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1.567.948	2.654.752
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		6.041	78.421
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	8	1.051.889	1.567.948
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa		(522.100)	(1.165.225)

⁽¹⁾ Valores líquidos dos impostos

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Banco Votorantim S.A.
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO VALOR ADICIONADO
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	Exercício/ 2019		Exercício/ 2018	
Receitas		9.787.061		10.447.424	
Receitas de juros	26	11.518.099		11.586.218	
Resultado líquido de serviços e comissões	28	1.356.058		1.351.447	
Resultado com instrumentos financeiros		(514.442)		(438.306)	
Resultado de perdas por redução ao valor recuperável	31	(2.218.046)		(1.976.521)	
Resultado na alienação de ativos não financeiros mantidos para a venda	15b	(12.735)		86.306	
Outros resultados operacionais	30	(341.873)		(161.720)	
Despesas de juros	27	(5.009.264)		(6.148.586)	
Insumos Adquiridos de Terceiros		(623.076)		(590.815)	
Materiais, água, energia e gás	33	(7.221)		(9.020)	
Serviços de terceiros	33	(138.276)		(133.553)	
Comunicações	33	(51.305)		(62.808)	
Processamento de dados	33	(271.626)		(246.492)	
Transportes	33	(10.798)		(15.146)	
Serviços de vigilância e segurança	33	(1.729)		(2.201)	
Propaganda e publicidade	33	(52.246)		(47.781)	
Outras	33	(89.875)		(73.814)	
Valor Adicionado Bruto		4.154.721		3.708.023	
Despesas de amortização/depreciação		(128.720)		(89.012)	
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade		4.026.001		3.619.011	
Valor Adicionado Recebido em Transferência		(19.614)		(13.860)	
Resultado de participações em coligadas e entidades controladas em conjunto	16a	(19.614)		(13.860)	
Valor Adicionado a Distribuir		4.006.387	100,00%	3.605.151	100,00%
Valor Adicionado Distribuído		4.006.387	100,00%	3.605.151	100,00%
Pessoal		1.222.877	30,52%	1.120.589	31,08%
Salários, honorários e demandas trabalhistas	32	830.959		765.697	
Participação de empregados e administradores nos Lucros e Resultados		180.593		171.671	
Benefícios, treinamentos e previdência privada complementar	32	151.337		128.148	
FGTS		59.948		55.034	
Outros encargos		40		39	
Impostos, Taxas e Contribuições		1.140.574	28,46%	1.359.873	37,72%
Federais		1.017.949		1.278.521	
Estaduais		555		876	
Municipais		122.070		80.476	
Remuneração de Capitais de Terceiros		48.215	1,20%	64.143	1,78%
Aluguéis	33	48.215		64.143	
Remuneração de Capitais Próprios		1.594.721	39,82%	1.060.546	29,42%
Dividendos		1.086.270		194.523	
Lucro retido		508.451		866.023	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis consolidadas

1. O CONGLOMERADO E SUAS OPERAÇÕES

O Banco Votorantim S.A. (Banco BV, Banco, Companhia, Conglomerado ou Consolidado) é uma companhia de capital fechado e sua matriz está localizada na Av. das Nações Unidas, nº 14.171, na cidade de São Paulo – SP, Brasil. O banco opera na forma de Banco Múltiplo, desenvolve atividades bancárias em modalidades autorizadas, por meio de suas carteiras comercial, de investimento e de operações de câmbio.

Em dezembro de 2019 o Banco comunicou a mudança da marca Banco Votorantim para banco BV. A abreviação assume o apelido que já era utilizado por muitos de nossos clientes e parceiros. Com isso, o banco BV unifica suas logomarcas em uma só arquitetura, assume a assinatura “leve para a sua vida” e reforça seu posicionamento tanto no varejo, onde atua, principalmente, no ramo de financiamento de veículos quanto no atacado, onde atua em corporate e wealth management.

Por intermédio de suas controladas, o Conglomerado atua também em diversas outras modalidades, com destaque para as atividades de crédito ao consumidor, de arrendamento mercantil, de administração de fundos de investimento e de cartões de crédito, de corretagem e distribuição de títulos e valores mobiliários, de corretagem de seguros, prestação de serviços de promoção de vendas e/ou representação comercial, de participação em empreendimentos ou incorporações imobiliárias e o exercício de quaisquer atividades facultadas às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional. Outras informações a respeito das empresas que compõem o Conglomerado estão descritas na nota explicativa 6.

Desde 2014, o banco BV ampliou seus investimentos em tecnologia e dados, consolidou sua cultura corporativa e diversificou seus negócios tornando-se um dos bancos mais conectados com o ecossistema de fintechs e startups. Dessa forma, a reestruturação da identidade visual foi o caminho natural para refletir a evolução em todos os segmentos que atua, criando sinergia e lógica entre as marcas e unidades de negócio da instituição.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, inclusive em relação ao gerenciamento de riscos, e certas operações tem a coparticipação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente.

2. REESTRUTURAÇÕES SOCIETÁRIAS

Por Instrumento Particular de Alteração do Contrato Social da Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (“Votorantim Asset”) e Reunião de Sócios da Votorantim - Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (“Votorantim CTVM”), realizados em 31 de janeiro de 2018, o Banco Votorantim S.A., controlador de ambas, aprovou a incorporação da Votorantim CTVM pela Votorantim Asset, nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação celebrado entre elas. O acervo líquido incorporado foi avaliado ao valor contábil em 31 de dezembro de 2017, data base da operação, no montante de R\$ 266.791; acrescentando-se as variações patrimoniais ocorridas entre a data-base do laudo de avaliação contábil e a data da incorporação. A incorporação justifica-se pela descontinuação das atividades da Votorantim CTVM e a identidade de objeto entre as sociedades envolvidas e representa o aprimoramento da estrutura societária do Conglomerado, acarreta a racionalização de suas operações, simplifica a administração, facilita procedimentos contábeis e financeiros; minimiza despesas administrativas, ocasionando a otimização de seus ativos e resultados. Como decorrência, a Votorantim CTVM teve sua personalidade jurídica extinta e a Votorantim Asset passou à condição de sucessora, a título universal, de todos os seus direitos e obrigações. A incorporação implicou em um aumento do Capital Social da Votorantim Asset no montante de R\$ 190.763, mediante a emissão de 19.076.313.565 novas quotas de valor nominal unitário de R\$ 0,01, atribuídas aos sócios da Votorantim CTVM, em substituição às suas participações nesta detidas. Além da alteração na cláusula de Capital Social, o contrato social da Votorantim Asset não sofreu qualquer outra alteração.

Demonstramos a seguir os saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 da Votorantim CTVM incorporados pela Votorantim Asset:

Ativos: 386.995

Passivos: 120.204

Patrimônio Líquido: 266.791

Em reunião do Conselho de Administração do Banco Votorantim S.A., realizada em 7 de novembro de 2019, foi aprovado o plano para transformação da BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A. em Banco Múltiplo, cuja reestruturação societária é sujeita a aprovações regulatórias.

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

a) Declaração de conformidade

As Demonstrações Contábeis consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos respectivos órgãos antecessores.

Todas as informações relevantes, próprias das Demonstrações Contábeis em IFRS e somente elas, estão evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão do Banco e de suas controladas.

A partir das Demonstrações Contábeis consolidadas em IFRS autorizadas pela Administração em 06 de fevereiro de 2020, o Conglomerado passou a divulgar a Demonstração Consolidada do Valor Adicionado (DVA). Essa medida tem como intuito um maior alinhamento às práticas de mercado de divulgação de informações contábeis.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Reconhecimento de receita e despesas

As receitas são reconhecidas de acordo com os conceitos estabelecidos no IFRS 9 ou IFRS 15, dependendo de sua natureza de prestação de serviço ou rendimento de instrumento financeiro.

As despesas são reconhecidas nas demonstrações contábeis dos períodos a que se referem, seguindo o conceito das normas aplicáveis.

Margem financeira – As receitas e as despesas de juros decorrentes dos ativos e passivos que rendem e pagam remuneração são reconhecidas no resultado do período de acordo com os conceitos estabelecidos no IFRS 9, pela taxa efetiva de juros, incluindo as variações cambiais dos contratos em moeda estrangeira. O cálculo leva em consideração todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não das perdas futuras de crédito. Os custos incrementais que são diretamente atribuíveis aos instrumentos financeiros, são apresentados na rubrica “Receita de juros”, nota explicativa nº 26.

O método da taxa efetiva de juros é um método para a mensuração subsequente do custo amortizado de um ativo financeiro ou de um passivo financeiro (ou de um grupo de ativos financeiros ou passivos financeiros) e para a alocação da receita ou da despesa de juros ao longo do prazo do ativo ou passivo financeiro.

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos dos fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do ativo ou passivo financeiro. A taxa efetiva de juros é estabelecida quando do reconhecimento inicial do ativo ou passivo financeiro. Ao utilizar o método da taxa efetiva de juros, as empresas do Conglomerado estimam os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, porém desconsiderando qualquer estimativa futura de perdas.

A taxa efetiva inclui as comissões, os custos de transação e os descontos ou prêmios que são associadas a um instrumento financeiro. Os custos da transação correspondem a custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição, emissão ou alienação de um ativo ou passivo financeiro.

As receitas e despesas de juros apresentadas na Demonstração do Resultado Consolidado incluem, principalmente: (i) os juros sobre os ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, com base na taxa efetiva de juros; (ii) os rendimentos de ativos financeiros registrados ao valor justo por meio do resultado; e (iii) os rendimentos de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

O Conglomerado utiliza mecanismo de diferimento das receitas e despesas que compõe a taxa efetiva de juros, produzindo efeito semelhante ao da utilização de uma única taxa de mensuração subsequente do instrumento financeiro, conforme estabelecido no IFRS 9.

Resultado líquido de serviços e comissões – O Conglomerado auferir receita de serviços e comissões por meio de diversos tipos de serviços que fornece aos seus clientes. Taxas auferidas com a prestação de serviços são apropriadas ao longo do mesmo período em que os serviços são prestados. O reconhecimento de receitas de serviços providas de contratos com clientes são reconhecidas de acordo com os princípios descritos no IFRS 15, pelo valor que reflita contraprestação a que a entidade espera ter direito em troca desses produtos ou serviços. O processo de reconhecimento de receitas ocorre de acordo com as seguintes etapas:

- Identificação do contrato e obrigações de desempenho;
- Determinação do preço da transação;
- Alocação do preço da transação; e
- Reconhecimento da receita.

Despesas com serviços prestados e comissões pagas são apropriadas ao longo do período em que os serviços são prestados.

Se houver um instrumento financeiro associado e as receitas ou despesas provenientes das tarifas e comissões forem consideradas como parte da taxa de juros efetiva, deixam de ser reconhecidas pelo IFRS 15 e passam a ser reconhecidas considerando os preceitos do IFRS 9, de forma diferida no resultado pelo fluxo e prazo do instrumento financeiro.

Receita de investimentos em coligadas e empreendimentos em conjunto – As receitas oriundas da aplicação do método de equivalência patrimonial para avaliação dos investimentos em coligadas e empreendimentos em conjunto são reconhecidas na proporção da participação acionária detida pelo Conglomerado nos resultados gerados pela investidas.

Receita com dividendos e juros sobre o capital próprio – As receitas com dividendos e juros sobre o capital próprio decorrentes de instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são reconhecidas no resultado quando o direito do recebimento é estabelecido, como um componente do “Resultado com instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

Para as receitas dessa mesma característica decorrentes de instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, que segue a referida opção de classificação contábil em caráter irrevogável para instrumentos de patrimônio, o reconhecimento no resultado é efetuado em “Outros resultados operacionais”.

b) Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado refletem os ativos, passivos, receitas e despesas do Banco e de suas entidades controladas.

Os saldos e transações intragrupo, assim como quaisquer receitas ou despesas não realizadas nas transações entre o Banco e suas subsidiárias, são eliminados na preparação das demonstrações contábeis consolidadas. Os ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Banco na investida.

As participações de acionistas não controladores são apresentadas no Balanço Patrimonial Consolidado como um componente segregado do patrimônio líquido. O lucro líquido atribuível a acionistas não controladores é evidenciado separadamente na Demonstração do Resultado Consolidado e na Demonstração do Resultado Abrangente Consolidado.

O IAS 28 prevê a possibilidade de adoção da mensuração ao valor justo por meio do resultado, em consonância com o IFRS 9, para parcela da participação em investimento em coligada, controlada ou empreendimento controlado em conjunto, qualificado como organização de capital de risco, independentemente desta exercer influência significativa sobre essa parcela da participação, e adoção do método de equivalência patrimonial para a parcela remanescente da participação que não seja detida indiretamente por meio de organização de capital de risco. O Banco adota essa opção para Fundos de Investimento em Participações de venture capital.

Subsidiárias – São subsidiárias as empresas sobre as quais o Banco exerce controle. O Banco controla quando possui poder sobre a investida, está exposto ou tem direito a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar o lucro através de seu poder sobre a investida. As subsidiárias são consolidadas integralmente desde o momento em que o Banco assume o controle sobre as suas atividades até o momento em que esse controle cessa.

Combinação de negócios – A aquisição de uma subsidiária por meio de combinação de negócios é registrada na data de aquisição, isto é, na data em que o controle é transferido para o Grupo, aplicando o método de aquisição. De acordo com este método, os ativos identificados (inclusive ativos intangíveis não reconhecidos previamente), passivos assumidos e passivos contingentes são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição. Eventuais valores positivos que excedam a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos são reconhecidas como ágio (goodwill). No caso de apuração de diferença negativa (ganho por compra vantajosa), o valor identificado é reconhecido no resultado do período em Outras receitas operacionais.

Os custos de transação que o Banco incorre em uma combinação de negócios, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio, são registrados no resultado do período quando incorridos. Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição.

Os resultados das subsidiárias adquiridas durante o período contábil são incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas desde a data de aquisição até o fim do exercício. Por sua vez, os resultados das subsidiárias alienadas durante o exercício são incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas desde o início do exercício até a data da alienação, ou até a data em que o Banco deixou de exercer o controle.

Combinação de negócios de entidades sob controle comum – Uma combinação de negócios envolvendo entidades ou negócios sob controle comum é uma combinação de negócios em que todas as entidades ou negócios da combinação são controlados pelo Banco, antes e depois da combinação, e esse controle não é transitório.

Nessa situação, o Banco incorpora os valores contábeis dos ativos e passivos pré-combinação sem qualquer mensuração a valor justo.

O Banco não reconhece ágio (goodwill) derivado dessas combinações. Qualquer diferença entre o custo da operação e o valor contábil dos ativos líquidos é registrada diretamente no patrimônio líquido.

Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não havia previsão normativa para Combinação de Negócios entre entidades sob controle comum, entretanto há um projeto em andamento no IASB para definição de um modelo contábil apropriado dentro do IFRS 3 – Combinação de Negócios.

Mudança de participação societária em subsidiárias – As alterações na participação societária em uma subsidiária que não resultam em perda de controle são contabilizadas como transações patrimoniais (ou seja, transações com proprietários em sua condição de proprietários). Consequentemente, nenhum ágio é reconhecido como resultado de tais transações.

Nessas circunstâncias, os valores contábeis das participações controladoras e não-controladoras são ajustados para refletir as mudanças em suas participações relativas na subsidiária. Qualquer diferença entre o valor pelo qual são ajustadas as participações não-controladoras e o valor justo da contrapartida paga ou recebida é reconhecida diretamente no patrimônio líquido e atribuída aos proprietários da controladora.

Perda de controle – Em conformidade com o IFRS 10, caso ocorra a perda de controle de uma subsidiária, o Banco deixa de reconhecer, na data em que o controle é perdido: (i) os ativos, inclusive o ágio (goodwill), e os passivos da subsidiária pelo seu valor contábil; e (ii) o valor contábil de quaisquer participações não-controladoras na ex-subsidiária, inclusive quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a ela.

Além disso, o Banco reconhece na data da perda do controle: (i) o valor justo da contrapartida recebida, se houver, proveniente da transação, evento ou circunstâncias que resultaram na perda de controle; (ii) a distribuição de ações da subsidiária aos proprietários, caso a transação que resultou na perda do controle envolva uma distribuição de ações; (iii) qualquer investimento retido na ex-subsidiária pelo seu valor justo; e (iv) qualquer diferença resultante como um ganho ou perda no resultado atribuível à controladora.

Sociedade de propósito específico (SPE) – O Banco investe em SPE's através de suas controladas BV Empreendimentos e Participações S.A. (BVEP) e BV Investimentos Alternativos e Gestão de Recursos S.A. (BVIA), visando principalmente o investimento em empreendimentos do ramo imobiliário. Em casos especiais, SPE's são recebidas por dação em pagamento na liquidação total ou parcial de créditos. Previamente à consolidação de uma SPE, o Banco avalia uma série de critérios estabelecidos no IFRS 10. As SPEs são consolidadas integralmente desde o momento em que o Banco assume o controle sobre as suas atividades até o momento em que esse controle cessa.

O Banco reavalia o processo de consolidação de uma SPE caso determinados fatos e circunstâncias indiquem que há uma mudança em um ou mais elementos que configuram o controle, conforme estabelecido no IFRS 10.

Empreendimento em conjunto (*joint venture*) – Uma *joint venture* é um negócio em conjunto por meio do qual as partes que detêm o controle conjunto têm direitos sobre os ativos líquidos do negócio, ao invés de direitos sobre os ativos e obrigações pelos passivos. O Banco possui controle conjunto quando compartilha o controle de um negócio contratualmente convencionado, o qual existe somente quando as decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que partilham o controle. O Banco reconhece sua participação em empreendimentos em conjunto utilizando o método de equivalência patrimonial.

Os investimentos do Grupo em *joint ventures* são inicialmente registrados pelo custo de aquisição e, subsequentemente, contabilizados utilizando o método da equivalência patrimonial, sendo os seus valores contábeis aumentados (ou diminuídos) para refletir a participação do Banco nos resultados da investida após a data de aquisição. A participação nos resultados da investida é reconhecida na Demonstração do Resultado Consolidado do Banco, nos períodos em que estes são apurados. O Banco promove ajustes ao valor contábil de seus investimentos pelo reconhecimento de sua participação proporcional nas variações de saldo de componentes dos outros resultados abrangentes da investida. A participação do Banco nessas variações é reconhecida de forma reflexa diretamente em seu patrimônio líquido, em Outros resultados abrangentes.

Na aquisição de investimentos em *joint ventures*, qualquer diferença positiva entre o custo de aquisição do investimento e a parcela do Banco do valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida é contabilizada como ágio (*goodwill*), o qual é incluído no valor contábil do investimento. O Banco não realiza a amortização desse ágio, porém, seu valor recuperável é testado, no mínimo anualmente, para avaliação de indicativo de perda por redução ao valor recuperável. Subsequentemente, qualquer valor que exceda a participação do Banco no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida sobre o custo do investimento é incluído como receita na Demonstração do Resultado Consolidado, pelo método de equivalência patrimonial.

Quando a participação do Banco nos prejuízos do período da entidade controlada em conjunto se igualar ou exceder ao saldo contábil de sua participação, o Banco descontinua o reconhecimento de sua participação em perdas futuras. Após reduzir, até zero, o saldo contábil de sua participação, as perdas adicionais são consideradas, somente na extensão em que o Banco tenha incorrido em obrigações legais ou construtivas ou tiver feito pagamentos em nome da investida. Se a investida subsequentemente apurar lucros, o Banco retoma o reconhecimento de sua participação nesses lucros somente após o momento em que a parte que lhe cabe nesses lucros posteriores se igualar à sua participação nas perdas não reconhecidas.

Todos os investimento do Banco em *joint ventures* são estruturados por meio de veículos separados.

Coligadas – Uma coligada é uma entidade sobre a qual o Banco exerce influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o controle ou o controle compartilhado. A influência significativa é geralmente presumida quando o Banco possui 20% ou mais do capital votante da entidade. Mesmo quando os direitos de voto sejam inferiores a 20%, o Banco poderá exercer influência significativa por meio de participação na gestão da coligada ou na composição dos órgãos de administração com poderes executivos. A existência e o efeito dos direitos potenciais de voto prontamente exercíveis ou conversíveis e as transações materiais entre as companhias são consideradas quando o Banco avalia se possui influência significativa sobre o investimento.

Os investimentos do Grupo em coligadas são inicialmente registrados pelo custo de aquisição e, subsequentemente, contabilizados utilizando o método da equivalência patrimonial, sendo os seus valores contábeis aumentados (ou diminuídos) para refletir a participação do Banco nos resultados da investida após a data de aquisição. A participação nos resultados da investida é reconhecida na Demonstração do Resultado Consolidado do Banco, nos períodos em que estes são apurados. O Banco promove ajustes ao valor contábil de seus investimentos pelo reconhecimento de sua participação proporcional nas variações de saldo de componentes dos outros resultados abrangentes da investida. A participação do Banco nessas variações é reconhecida de forma reflexa diretamente em seu patrimônio líquido, em Outros resultados abrangentes.

Na aquisição de investimentos em coligadas, qualquer diferença positiva entre o custo do investimento e a parcela do Banco do valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida é contabilizada como ágio (*goodwill*), o qual é incluído no valor contábil do investimento. O Banco não realiza a amortização desse ágio, porém, seu valor recuperável é testado, no mínimo anualmente, para avaliação de indicativo de perda por redução ao valor recuperável. Subsequentemente, qualquer valor que exceda a participação do Banco no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida sobre o custo do investimento é incluído como receita na Demonstração do Resultado Consolidado, pelo método de equivalência patrimonial.

Quando a participação do Banco nos prejuízos do período da coligada se igualar ou exceder ao saldo contábil de sua participação, o Banco descontinua o reconhecimento de sua participação em perdas futuras. Após reduzir, até zero, o saldo contábil de sua participação, as perdas adicionais são consideradas, somente na extensão em que o Banco tenha incorrido em obrigações legais ou construtivas ou tiver feito pagamentos em nome da investida. Se a investida subsequentemente apurar lucros, o Banco retoma o reconhecimento de sua participação nesses lucros somente após o momento em que a parte que lhe cabe nesses lucros posteriores se igualar à sua participação nas perdas não reconhecidas.

Contribuições não monetárias a entidades coligadas e a controladas em conjunto – Em conformidade com o IAS 28, quando o Banco contribui com ativos não-monetários em troca de uma participação societária em uma entidade coligada ou controlada em conjunto, o ganho ou a perda na transação é reconhecido na medida das participações de investidores não relacionados na coligada ou empreendimento em conjunto. Nenhum ganho ou perda é reconhecido se a transação não tiver substância comercial.

c) Compensação de ativos e passivos

O Banco não compensa quaisquer ativos ou passivos pela dedução de outros passivos ou ativos, ou qualquer receita ou despesa pela dedução de outras despesas ou receitas, exceto se existir um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e haver a intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

d) Conversão de operações em moeda estrangeira

Moeda funcional e de apresentação – As demonstrações contábeis consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação do Banco. A moeda funcional, que é a moeda do ambiente econômico principal no qual uma entidade opera, é o Real para todas as entidades do Grupo.

Transações e saldos – As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos do Banco denominados em moeda estrangeira, a maior parte dos quais de natureza monetária, são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças de conversão são reconhecidas na Demonstração do Resultado Consolidado do período em que surgirem.

Conversão para a moeda de apresentação – As demonstrações contábeis de entidades domiciliadas no exterior (nenhuma das quais tem a moeda de uma economia hiperinflacionária) são convertidas para a moeda de apresentação pela taxa de câmbio vigente no final do período.

Quando aplicável as diferenças de câmbio geradas com base na conversão das demonstrações contábeis de entidades no exterior, cuja moeda funcional é o Real, são reconhecidas na Demonstração do Resultado Consolidado. Quando aplicável para as entidades cuja moeda funcional é diferente do Real, as diferenças cambiais acumuladas são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, até a eventual alienação da subsidiária no exterior ou perda do controle. Nesse momento, as diferenças de câmbio acumuladas são reclassificadas de Outros resultados abrangentes para receita ou despesa do período. O montante das diferenças de câmbio atribuíveis a acionistas não controladores é alocado e reconhecido como parte de participações de acionistas não controladores no Balanço Patrimonial Consolidado.

e) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, operações com acordo de revenda - posição bancada, aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em moedas estrangeiras, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, cujo vencimento das operações, na data efetiva da aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias.

f) Instrumentos financeiros com acordo de recompra/revenda

Títulos vendidos com contrato de recompra em uma data futura específica não são baixados do balanço patrimonial, já que o Conglomerado retém substancialmente todos os riscos e benefícios de posse. O correspondente caixa recebido é reconhecido no balanço patrimonial como uma obrigação de retorno, incluindo os juros apropriados como um passivo, refletindo a substância econômica da transação como uma dívida do Conglomerado. A diferença entre o preço de venda e recompra é tratada como despesa de juros e é apropriada sobre a duração do contrato utilizando a taxa de juros efetiva.

Inversamente, para os títulos adquiridos com acordo de revenda em uma data futura específica, o montante pago, incluindo juros apropriados, é registrado no balanço patrimonial como “Ativos financeiros com acordo de revenda”, refletindo assim a substância econômica da transação. A diferença entre o preço de compra e revenda é registrada em “Receita de juros”, e é apropriada durante o prazo do contrato, utilizando a taxa de juros efetiva.

g) Instrumentos financeiros

De acordo com o IFRS 9, todos os ativos e passivos financeiros, incluindo os instrumentos financeiros derivativos devem ser reconhecidos no Balanço Patrimonial e mensurados de acordo com a categoria no qual o instrumento foi classificado.

Os ativos e passivos financeiros podem ser classificados sob as seguintes categorias:

- Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR);
- Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado – designados a valor justo;
- Ativos financeiros mensurados ao valor justo através de outros resultados abrangentes (VJORA);
- Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado;
- Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR);
- Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado – designados a valor justo;
- Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado.

Em relação aos ativos financeiros, a classificação contábil depende tanto da definição do Modelo de Negócios quanto do atendimento ao teste SPPI (*Solely Payments of Principal and Interest* - Somente Pagamento de Principal e Juros).

O teste de SPPI evidencia se os fluxos de caixa das operações são exclusivamente formados por pagamentos de principal e juros sobre o montante principal em aberto, esta avaliação é baseada na análise de performance e nos termos do ativo financeiro. Deste modo, é necessário avaliar se os ativos financeiros incluem termos contratuais que podem mudar o período ou a quantidade dos fluxos de caixa contratuais.

Os Modelos de Negócios do Banco refletem como um ativo financeiro ou grupos de ativos financeiros são gerenciados para se alcançar um objetivo de negócio. Sendo assim, a classificação dos modelos de negócios dos ativos financeiros do Banco e suas subsidiárias é feita conforme cada produto ou carteira de produtos é gerenciado, conforme requerido pelo IFRS 9 e descrito a seguir:

- Modelo de Negócio cujo objetivo é manter ativos com o fim de receber fluxos de caixa contratuais: nesse modelo os ativos são mensurados ao custo amortizado, utilizando-se a taxa de juros efetiva;
- Modelo de Negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros: nesse modelo os ativos são mensurados ao valor justo, ganhos e perdas não realizados (exceto perda de crédito esperada, diferenças cambiais, dividendos e juros) são reconhecidos no Patrimônio Líquido; e
- Outros Modelos de Negócio: nesse modelo são classificados os ativos que não estejam enquadrados em nenhum dos modelos descritos anteriormente ou que tenham sido designados a valor justo no resultado, sendo mensurados ao valor justo, ganhos e perdas são reconhecidos diretamente no resultado.

A classificação contábil segue o modelo de negócio atribuído, a menos que o instrumento não atenda ao Teste de SPPI. Os ativos financeiros que não passam no teste de SPPI não podem ser mensurados por meio de custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes, devendo obrigatoriamente serem mensurados por meio do valor justo por meio de resultado (marcação a mercado no resultado).

Os ativos podem ser mensurados como custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou valor justo por meio do resultado:

- Custo amortizado: A contabilização deste método de mensuração é realizada por meio da apropriação (accrual) dos juros do ativo financeiro no resultado.
- Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): A contabilização deste método de mensuração é realizada por meio da marcação a mercado do ativo financeiro no patrimônio líquido na rubrica “Outros Resultados Abrangentes”.
- Valor Justo por meio do resultado (VJR): A contabilização deste método de mensuração é realizada por meio da marcação a mercado do ativo financeiro no resultado.

(i) Instrumentos de Patrimônio

As características destes ativos financeiros não atendem os conceitos do SPPI, ou seja, não apresentam exclusivamente pagamento de principal e juros. Desta forma, automaticamente estes ativos devem ser classificados como valor justo por meio do resultado (VJR), exceto se o Banco optar pela opção irrevogável de classificá-los como valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Caso essa exceção seja utilizada, os ganhos ou perdas no valor justo do ativo são reconhecidos em outros resultados abrangentes e não são reclassificados para o resultado em nenhuma hipótese, somente dividendos recebidos são reconhecidos em resultado.

As compras e as vendas regulares de instrumentos financeiros, inclusive instrumentos financeiros derivativos, são reconhecidos na data de negociação - data na qual o Conglomerado se compromete a comprar ou vender o ativo.

O Conglomerado passou a adotar no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 um novo critério contábil de reconhecimento de variação de cotas de fundos de investimentos com efeito prospectivo a partir de 1º de janeiro de 2018. Antes da mudança do critério, ou seja, até 31 de dezembro de 2017, a variação de cotas era tratada como rendimento produzido pelos fundos, com seu reconhecimento no resultado do período, mesmo para os fundos até então classificados como disponíveis para venda. Títulos e valores mobiliários que eram classificados como disponíveis para venda tinham o ajuste ao valor justo reconhecido em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido da entidade. Seguindo diretrizes do Banco Central do Brasil, a variação de cotas passou a ser tratada como ajuste ao valor justo, para fundos com as seguintes características:

- Fundos em que o saldo atualizado das cotas não esteja disponível para resgate (realização) no curto prazo, ou seja, em que ocorra o resgate das cotas somente na liquidação ou encerramento do fundo; e
- Fundos em que haja previsão de pagamento de dividendos, como forma de remuneração de seus cotistas no curso dos negócios do fundo.

As aplicações em cotas detidas pelo conglomerado, de fundos de investimentos que apresentam essas características são de Fundos de Investimentos em Participações (FIPs) que eram classificados como títulos e valores mobiliários disponíveis para venda até 31 de dezembro de 2017.

Os efeitos dos ajustes pela aplicação inicial desse novo critério contábil, foram apresentados de forma destacada na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

O Conglomerado classifica as mensurações de valor justo através da utilização de hierarquia de valor justo, os quais refletem as características dos inputs utilizados na mensuração desses valores:

- Nível 1: São classificados neste nível os instrumentos financeiros que possuem cotações de preços, índices e taxas imediatamente disponíveis para transações não forçadas e oriundas de fontes independentes. Estes instrumentos são marcados a mercado através destes preços cotados não ajustados, em mercados ativos;
- Nível 2: São classificados neste nível os instrumentos financeiros cuja avaliação a mercado utiliza métodos matemáticos amplamente aceitos no mercado, cotações e curvas de marcação a mercado, construídas a partir de dados observáveis no mercado;
- Nível 3: São classificados neste nível os instrumentos financeiros cuja marcação a mercado envolve o emprego de métodos matemáticos que utilizam referenciais de preços, taxas e dados não observáveis no mercado na produção de suas estimativas.

Outras informações sobre a hierarquia do valor justo podem ser verificadas na nota explicativa nº 36g.

(ii) Instrumentos financeiros derivativos - Sempre mensurados a valor justo, os instrumentos financeiros derivativos que não atendam aos critérios de hedge têm seus ajustes ao valor justo registrados diretamente no resultado do período e apresentados na demonstração de resultado como “Resultado de instrumentos financeiros derivativos”.

Instrumentos financeiros combinados com outros instrumentos financeiros, derivativos ou não, são tratados como instrumentos financeiros distintos e registrados, considerando as características econômicas e riscos diretamente relacionados com os do contrato principal.

Derivativos embutidos em instrumentos financeiros passivos são separados de seus contratos principais e registrados, individualmente, caso as características econômicas e riscos do contrato principal e do derivativo embutido não sejam intrinsecamente relacionados, ou um instrumento individual com as mesmas condições do derivativo embutido satisfaça à definição de um derivativo.

h) Modificação de Fluxos de Caixa Contratuais

Para modificações de fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro que não alteram substancialmente seus termos e condições e que, conseqüentemente, não levam à sua baixa, qualquer diferença entre o valor recalculado e o valor contábil bruto existente é reconhecida imediatamente no resultado como ganho ou perda na modificação. Quaisquer custos ou taxas incorridos ajustam o valor contábil modificado e são amortizados ao longo do prazo restante do ativo financeiro.

Quando ocorrem modificações de ativos financeiros com aumento significativo no risco de crédito, o Conglomerado reconhece a perda em renegociações no ato e o ganho auferido é reconhecido por regime de caixa. Caso fosse reconhecido o ganho de imediato, este seria compensado com incremento de perda esperada.

Se a renegociação ou modificação alterar substancialmente os termos e condições do ativo financeiro, o Conglomerado efetua a baixa do ativo original e reconhece um novo ativo. Altera-se a data da renegociação e considera-se a data de reconhecimento inicial do novo ativo para fins de cálculo de perda de crédito esperada, inclusive para determinar aumentos significativos no risco de crédito.

Efeitos da movimentação dos ativos modificados e mensuração da provisão para perda de crédito esperada são detalhadas na Nota 36.vi.

i) Baixa de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando o Conglomerado não tiver perspectivas razoáveis de recuperar nenhum fluxo de caixa adicional do ativo financeiro, os direitos contratuais relativos aos respectivos fluxos de caixa expirarem, ou o Conglomerado transferir para terceiros a maioria dos riscos e benefícios associados à operação. Portanto, se os riscos e benefícios não foram substancialmente transferidos, o Conglomerado reavalia o seu controle e determina se o real envolvimento relacionado com qualquer controle retido não o impede de efetuar tal reversão.

A baixa de um ativo financeiro é realizada simultaneamente com a reversão da provisão para perda de crédito esperada relacionada, sem efeitos na Demonstração Consolidada do Resultado.

Os passivos financeiros são revertidos quando da sua liquidação ou extinção.

(i) Ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou parte aplicável de um ativo financeiro ou um grupo de ativos semelhantes) é baixado quando:

- O direito de receber o fluxo de caixa do ativo tiver expirado; ou
- O Conglomerado transferiu o direito de receber o fluxo de caixa do ativo ou tenha assumido a obrigação de pagar o fluxo de caixa recebido no montante total, sem demora material, a um terceiro devido a um contrato de repasse e se:
- O Conglomerado transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo; ou
- O Conglomerado não transferiu substancialmente ou reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas tenha transferido o controle sobre o ativo.

(ii) Passivos financeiros

Um passivo financeiro baseado em contrato é baixado quando a obrigação a respeito do passivo é eliminada, cancelada, vencida ou liquidada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor em termos substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, a troca ou modificação é tratada como uma baixa do passivo original, é reconhecido um novo passivo, e a diferença apurada no valor contábil é reconhecida no resultado. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os passivos financeiros não sofreram substituições significativas.

j) Instrumentos financeiros para proteção (*Hedge accounting*)

O Conglomerado mantém instrumentos derivativos de *hedge* financeiro para proteger suas exposições de risco de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. O Conglomerado continua aplicando os requerimentos de *hedge accounting* previstos no IAS 39, conforme permitido pelo IFRS 9.

O Banco pode optar por alterar sua política contábil e começar a aplicar os requisitos de *hedge accounting* do IFRS 9 no início de cada período de relatório, até que o projeto “*Macro Hedge*” entre em vigor.

No momento da designação inicial do *hedge*, o Conglomerado formalmente documenta o relacionamento entre os instrumentos de *hedge* e os itens objeto de *hedge*, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na condução da transação de *hedge*, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade do relacionamento de *hedge*. O Conglomerado faz uma avaliação, tanto no início do relacionamento de *hedge*, como continuamente, garantindo a existência de uma expectativa que os instrumentos de *hedge* sejam altamente eficazes na compensação de variações no valor justo dos respectivos itens objeto de *hedge* durante o período para o qual o *hedge* é designado, e se os resultados reais de cada *hedge* estão dentro da faixa de 80-125 por cento.

Os instrumentos financeiros derivativos considerados como instrumentos de proteção (*hedge*) são classificados de acordo com a sua natureza em:

Hedge de valor justo - Os instrumentos financeiros derivativos classificados nessa categoria, bem como o item objeto de *hedge*, têm seus ajustes ao valor justo registrados em contrapartida ao resultado do período e apresentados na demonstração de resultado como resultado de instrumentos financeiros derivativos; e

Para os itens objeto que foram descontinuados da relação de Hedge de risco de mercado e permanecem registrados no Balanço, como nos casos de contratos de créditos cedidos com retenção substancial dos riscos e benefícios, quando aplicável, o saldo de ajuste de marcação a mercado é reconhecido no resultado pelo prazo remanescente das operações.

Hedge de fluxo de caixa - Os instrumentos financeiros derivativos classificados nesta categoria, têm seus ajustes ao valor justo reconhecidos no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, líquidos dos efeitos tributários.

Para os itens objeto que foram descontinuados da relação de Hedge de fluxo de caixa e permanecem registrados no balanço, a reserva acumulada no patrimônio líquido é reconhecida no resultado pelo prazo remanescente das operações.

O Banco realiza operações de *hedge* que incluem características atreladas ao risco de crédito de terceiros ou partes relacionadas ao Banco que possam resultar no vencimento antecipado do derivativo sem que qualquer valor seja devido ao Banco, conforme previsão contratual.

k) Provisão para perdas por redução ao valor recuperável – Aplicação Geral

Estão sob o escopo de avaliação ao valor recuperável os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou valor justo através de outros resultados abrangentes, os quais incluem operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro, títulos de dívida, compromissos de empréstimos, contratos de garantia financeira (operações *off balance*) e recebíveis que estejam sob o escopo do IFRS 15 e IFRS 16.

Estão fora do escopo de avaliação ao valor recuperável os investimentos em instrumentos de patrimônio (independente da utilização de opção irrevogável de trata-los ao valor justo através de outros resultados abrangentes) e os demais instrumentos mensurados ao valor justo através do resultado.

O modelo de redução ao valor recuperável prevê a constituição de provisão como perdas de crédito esperadas para 12 meses ou perdas de crédito esperadas para a vida inteira do contrato. Essa segregação se dá pela segregação das carteiras em estágios, a migração de estágios ocorre em função do aumento/diminuição significativa no risco de crédito dos instrumentos.

As perdas são mensuradas como perdas de crédito esperadas para 12 meses a não ser que o risco de crédito tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial ou mensurações especiais como modificação de ativos ou ativos que possuam abordagem simplificada para constituição de provisão para perdas esperadas.

Para determinar se o risco de inadimplência de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial, a entidade compara o risco de inadimplência na data do balanço como risco de inadimplência no reconhecimento inicial, de forma individual ou coletiva.

As perdas de crédito esperadas são uma estimativa das perdas de crédito ponderada pela probabilidade ao longo da vida esperada do instrumento financeiro, perdas de crédito são o valor presente das insuficiências esperadas de caixa:

- Valor imparcial ponderado pela probabilidade;
- Valor do dinheiro no tempo;
- Informações razoáveis e suportáveis que estão disponíveis sem custo ou esforço excessivo.

O IFRS 9 não prescreve um único método para a mensuração das perdas de crédito esperadas e reconhece que os métodos utilizados para mensurar perdas de crédito esperadas podem variar dependendo do tipo de ativo financeiro e das informações disponíveis.

Detalhes sobre a metodologias e premissas adotadas para mensuração da provisão para perda de crédito esperada estão na Nota 36 - Gerenciamento de Riscos e de Capital.

Ativos não financeiros

O teste de perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros é realizado no mínimo anualmente, de forma a apurar se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, o Conglomerado estima o valor recuperável do ativo que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso. Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o ativo é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na rubrica "Outros resultados operacionais".

l) Determinação do valor justo

O valor justo dos instrumentos financeiros com cotação pública se baseia nos preços atuais de mercado.

Para ativos e passivos financeiros sem mercado ativo, o Conglomerado estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas são estabelecidas com observância de critérios consistentes e verificáveis e podem incluir:

- A comparação com operações recentes contratadas com terceiros;
- A referência a outros instrumentos que são substancialmente similares;
- A análise de fluxos de caixa descontados; e
- Modelos de precificação convencionais e consagrados.

As principais informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas do respectivo ativo ou passivo.

m) Cessão de ativos financeiros

Ao aplicar as práticas contábeis aos ativos financeiros cedidos, o Conglomerado considerou o grau de transferência dos riscos e benefícios dos ativos transferidos para outra entidade:

- Quando o Conglomerado transferiu ativos financeiros para outra entidade, mas não transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relacionados aos ativos transferidos, os ativos permanecem reconhecidos no balanço do Conglomerado;
- Quando o Conglomerado transfere substancialmente todos os riscos e benefícios relacionados aos ativos transferidos para uma entidade que não seja controlada, os ativos são baixados do balanço do Conglomerado;
- Quando o Conglomerado não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios relacionados a ativos financeiros transferidos, e retém o controle dos ativos transferidos, o Conglomerado continua a reconhecer o ativo transferido na extensão da sua continuidade no envolvimento do ativo financeiro transferido.

No curso de suas atividades, o Conglomerado efetua transações que resultam na transferência de ativos financeiros para terceiros ou para Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, porém os riscos de crédito destas operações são substancialmente retidos. Desta forma, o Conglomerado permanece a reconhecer estas operações no seu balanço e um passivo associado.

n) Ativos não financeiros mantidos para venda

Os ativos e grupos de ativos não correntes mantidos para venda, que incluem participações em empreendimentos ou corporações imobiliárias, são classificados como destinados à venda se seu valor contábil for recuperado principalmente por meio de venda em vez do uso contínuo.

Essa condição é atendida somente quando a venda é altamente provável e o ativo não corrente estiver disponível para venda imediata em sua condição atual. A Administração deve estar comprometida com a venda, a qual se espera que, no reconhecimento, possa ser considerada concluída dentro de um ano da data de classificação.

A reclassificação de ativos para esta linha de balanço, quando atendida a referida condição é efetuada pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo dos bens.

O valor justo dos bens é registrado seguindo os seguintes critérios:

- Bens com valor financiado superior a R\$ 50.100,00 reais são registrados pelo valor obtido através de laudo técnico de empresa terceirizada e não ligada ao Conglomerado;
- Bens com valor financiado entre R\$ 50.100,00 e R\$ 25.550,00 reais são registrados pelo valor obtido através de laudo técnico; e

- Bens com valor financiado inferior a R\$ 25.550,00 reais são registrados pelo saldo médio obtido nas vendas dos últimos 6 meses, levando em consideração as características do bem.

A alienação de bens retomados é feita mediante realização de leilões oficiais periódicos.

o) Investimentos

Investimentos em coligadas - Uma coligada é uma entidade sobre a qual o Conglomerado possui influência significativa e que não se configura como uma controlada nem uma participação em um empreendimento sob controle comum (*joint venture*). Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, sem controlar de forma individual ou em conjunto dessas políticas. As variações no patrimônio líquido dos investimentos incluídos nessa natureza de investimento são reconhecidas nos resultados do Conglomerado pelo método de equivalência patrimonial.

Investimentos em controladas em conjunto - Uma operação controlada em conjunto é o compartilhamento contratualmente convencionado do controle de um acordo, que existe somente quando decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle. As Demonstrações Contábeis Consolidadas incluem os ativos que o Conglomerado controla e os passivos incorridos durante o curso das atividades da operação em conjunto, as despesas incorridas pelo Conglomerado e sua participação nas receitas geradas pela operação em conjunto. As variações no patrimônio líquido dos investimentos incluídos nessa natureza de investimento são reconhecidas nos resultados do Conglomerado pelo método de equivalência patrimonial.

p) Ativo imobilizado (Ativos tangíveis)

Os ativos tangíveis são reconhecidos pelo custo de aquisição, deduzido da respectiva conta de depreciação cujo valor é calculado pelo método linear às seguintes taxas anuais, de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo:

- Veículos - 20%;
- Sistemas de processamento de dados - 20%;
- Instalações, móveis e equipamentos de uso – 10%;
- Benfeitorias em propriedade de terceiros - prazo do contrato de aluguel.

Os *softwares* comprados como parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

O Conglomerado avalia, no mínimo anualmente, se há alguma indicação de que um ativo tangível tenha sofrido desvalorização.

O valor residual desses ativos é revisado anualmente ou quando há alterações significativas nas premissas utilizadas.

q) Ativos intangíveis

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Instituição ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e referem-se basicamente aos *softwares*, bem como licenças e direitos de uso, amortizados pelo método linear a partir da data da sua disponibilidade para uso. A entidade avalia, no mínimo anualmente, se houve alguma indicação de que um ativo intangível tenha sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a entidade estima o valor recuperável do ativo.

A amortização é calculada pelo método linear com base no prazo que o benefício é gerado, contabilizada na rubrica "Depreciação e amortização", conforme Demonstração Consolidada do Resultado.

O valor residual desses ativos, quando aplicável, é revisado anualmente ou quando há alterações significativas nas premissas utilizadas.

r) Ativos contingentes

Ativos contingentes geralmente decorrem de eventos não planejados ou outros eventos inesperados que originam a possibilidade de um fluxo de entrada de benefícios econômicos à entidade.

Ativos contingentes não são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis, pois isso pode resultar no reconhecimento de receita que pode nunca ser realizada. Entretanto, quando a realização da receita for praticamente certa, então o respectivo ativo não é um ativo contingente e seu reconhecimento é efetuado.

s) Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. Os encargos calculados pelo custo amortizado são apresentados na demonstração de resultado como despesas de juros.

Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, exceto se satisfizerem os critérios descritos no item 4t.

(i) Passivos financeiros associados a ativos transferidos

São compostos pelas obrigações contratuais firmadas junto aos cessionários, adquirentes de carteiras de empréstimos e recebíveis com cláusula de coobrigação ou retenção significativa de risco de crédito.

Os passivos financeiros associados a ativos transferidos são compostos pelas obrigações contratuais firmadas junto aos cessionários, adquirentes de carteiras de empréstimos e recebíveis com cláusula de coobrigação ou retenção significativa de risco de crédito, e são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. Os encargos calculados pelo custo amortizado são apresentados na demonstração de resultado como despesas de juros.

(ii) Depósitos de instituições financeiras e de clientes

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses depósitos são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. Os encargos calculados pelo custo amortizado são apresentados na demonstração de resultado como despesas de juros.

(iii) Empréstimos e repasses, títulos emitidos e passivos subordinados

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. Os encargos calculados pelo custo amortizado são apresentados na demonstração de resultado como despesas de juros.

Aqueles que são designados e efetivos como instrumentos de hedge são avaliados pelo seu valor justo utilizando critério consistente e verificável. As mudanças do seu valor justo são reconhecidas:

- No resultado do período e apresentadas na demonstração de resultado como resultado de instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado, quando classificadas como hedge de valor justo; ou
- No patrimônio líquido como ajustes de avaliação patrimonial, líquido dos efeitos tributários, quando classificados como hedge de Fluxo de caixa.

t) Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

(i) Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado – designados a valor justo - O Conglomerado não possui nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado - designado a valor justo em sua carteira nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

Caso venha a adquirir, as alterações no valor justo do instrumento serão registradas da seguinte maneira:

- A alteração do valor justo atribuível ao risco de crédito (próprio) do passivo em Outros Resultados Abrangentes (ORA). Os valores registrados em ORA não serão reclassificados para o resultado, mesmo na liquidação ou transferência do passivo.
- O restante da alteração no valor justo, no resultado do período.

Esta designação não pode ser alterada subsequentemente. De acordo com o IFRS 9, a opção de valor justo somente pode ser aplicada quando sua aplicação reduz ou elimina inconsistências contábeis no resultado.

(ii) Passivos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado - Correspondem a operações com acordo de recompra, empréstimos de ações, títulos emitidos, passivos subordinados, empréstimos e repasses e instrumentos financeiros derivativos, a menos que sejam designados e efetivos como instrumentos de *hedge*.

u) Provisões

Os passivos contingentes são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão nem divulgação.

Com base em prognósticos de perda avaliados pela Administração, o Conglomerado constitui provisão para as demandas de natureza trabalhista, fiscal e cível. Para os processos judiciais de natureza trabalhista, a apuração do volume de provisão é realizada por meio de avaliações jurídicas e modelos estatísticos. Já para processos judiciais de natureza fiscal, o valor provável de perda é estimado através da avaliação de assessores jurídicos (método individualizado). Para as causas cíveis consideradas semelhantes e usuais, e cujo valor não seja considerado relevante, a apuração do volume de provisão é realizada por meio de modelo estatístico com base na perda observada no histórico de ações encerradas de mesmas características (método massificado). Para as causas de natureza cível não usuais, ou cujo valor seja considerado relevante, o valor provável de perda é estimado através da avaliação de assessores jurídicos (método individualizado).

As obrigações legais são processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas Demonstrações Contábeis, reconhecidas com base na avaliação de risco da Administração.

v) Impostos e contribuições incidentes sobre o lucro e sobre a receita

O imposto de renda e a contribuição social (IRPJ e CSLL) são tributos sobre os lucros aplicáveis às instituições financeiras no Brasil. Ambos são tributos devidos pelo contribuinte (pessoa jurídica) ao Estado a partir da ocorrência de lucros tributáveis, calculados mediante a aplicação de uma alíquota a uma base de cálculo.

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, mais adicional de 10%, e a contribuição social à alíquota de 15% para instituições financeiras, depois de efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A partir de março de 2020, a alíquota da contribuição social para bancos passará a ser de 20%. Para as demais instituições financeiras, a alíquota da contribuição social permanece em 15%, e para as instituições não financeiras também permanecem em 9%.

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos e são reconhecidos no resultado, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido e em outros resultados abrangentes. Os impostos reconhecidos no patrimônio líquido são posteriormente registrados no resultado na medida em que os ganhos e perdas que lhes deram origem forem reconhecidos, exceto aqueles oriundos de instrumentos de patrimônio classificados na categoria valor justo por meio de outros resultados abrangentes, que não afetarão o resultado, mesmo em sua alienação.

Impostos correntes – a despesa com impostos correntes é o montante do imposto de renda e da contribuição social a pagar ou a recuperar com relação ao resultado tributável do período.

Os ativos por impostos correntes são os valores de imposto de renda e de contribuição social a serem recuperados nos próximos 12 meses. Os tributos correntes relativos a períodos correntes e anteriores devem, na medida em que não estejam pagos, ser reconhecidos como passivos. Se o valor já pago relacionado aos períodos atual e anteriores exceder o valor devido para aqueles períodos, o excesso deve ser reconhecido como ativo.

Os ativos e passivos tributários correntes do último período e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou pago para o órgão tributário. As taxas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aqueles que estão em vigor na data do balanço.

Impostos diferidos – são valores de ativos e passivos fiscais a serem recuperados e pagos em períodos futuros, respectivamente. Os passivos fiscais diferidos decorrem de diferenças temporárias tributáveis e os ativos fiscais diferidos de diferenças temporárias dedutíveis e da compensação futura de prejuízos fiscais não utilizados.

O ativo fiscal diferido decorrente de prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e aquele decorrente de diferenças temporárias é reconhecido na medida em que seja provável a existência de lucro tributável contra o qual a diferença temporária dedutível possa ser utilizada.

O valor contábil de um imposto diferido ativo é revisado no final de cada período de relatório. Uma entidade reduz o valor contábil de um imposto diferido ativo na medida em que não seja mais provável que ela irá obter lucro tributável suficiente para permitir que o benefício de parte ou totalidade desse imposto diferido ativo seja utilizado. Qualquer redução é revertida na medida em que se tornar provável que a entidade irá obter lucro tributável suficiente.

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são mensurados às alíquotas de imposto que são esperadas serem aplicáveis no momento em que o ativo é realizado ou o passivo é liquidado, baseado nas alíquotas de imposto (ou na lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. No caso de alteração da legislação tributária que modifique critérios e alíquotas a serem adotados em períodos futuros, os efeitos são reconhecidos imediatamente com base nos critérios e alíquotas aplicáveis ao período em que cada parcela do ativo será realizada ou do passivo liquidada. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os requerimentos do IAS 12 - Tributos sobre o Lucro.

Diferenças temporárias – são as diferenças que impactam ou podem impactar a apuração do imposto de renda e da contribuição social decorrentes de diferenças temporárias entre a base fiscal de um ativo ou passivo e seu valor contábil no balanço patrimonial.

As diferenças temporárias podem ser tributáveis ou dedutíveis. Diferenças temporárias tributáveis são diferenças temporárias que resultarão em valores tributáveis para determinar o lucro tributável (prejuízo fiscal) de períodos futuros quando o valor contábil de um ativo ou passivo for recuperado ou liquidado. Diferenças temporárias dedutíveis são diferenças temporárias que resultarão em valores dedutíveis para determinar o lucro tributável (prejuízo fiscal) de períodos futuros quando o valor contábil do ativo ou passivo for recuperado ou liquidado.

A base fiscal de um ativo é o valor que será dedutível para fins fiscais contra quaisquer benefícios econômicos tributáveis que fluirão para a entidade quando ela recuperar o valor contábil desse ativo. Caso aqueles benefícios econômicos não sejam tributáveis, a base fiscal do ativo será igual ao seu valor contábil.

A base fiscal de um passivo é o seu valor contábil, menos qualquer valor que será dedutível para fins fiscais relacionado àquele passivo em períodos futuros. No caso da receita que é recebida antecipadamente, a base fiscal do passivo resultante é o seu valor contábil, menos qualquer valor da receita que não será tributável em períodos futuros.

Compensação de impostos sobre os lucros

Os ativos por impostos correntes e passivos por impostos correntes são compensados se, e somente se, a entidade: (i) tiver o direito legal de compensar os valores reconhecidos; e (ii) pretender liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os ativos por impostos diferidos e passivos por impostos diferidos são compensados se, e somente se: (i) a empresa tiver um direito legal de compensar os ativos fiscais correntes contra passivos fiscais correntes; e (ii) os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estiverem relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária: (a) na mesma entidade tributável; ou (b) nas entidades tributáveis diferentes que pretendem liquidar passivos e os ativos fiscais correntes em bases líquidas, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

Tributação

Os tributos do Banco, incluindo os incidentes sobre a receita, são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquotas vigentes
Imposto de Renda (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) - Banco Votorantim S.A. ⁽¹⁾	20%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) - demais instituições financeiras e não financeiras	de 9% a 15%
PIS / PASEP ^{(2) (3)}	de 0,65% a 1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS ^{(2) (3)}	de 3% a 7,6%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN ⁽³⁾	de 2% a 5%

⁽¹⁾ A alíquota aplicada às empresas financeiras de 01 de setembro de 2015 a 31 de dezembro de 2018 foi de 20%. Em janeiro de 2019 a alíquota voltou a ser de 15%. O art. 32 da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, elevou a alíquota da CSLL dos bancos de qualquer espécie, de 15% para 20%, com vigência a partir de 1º de março de 2020. Os efeitos da elevação da alíquota da CSLL já foram reconhecidos no saldo dos ativos e passivos fiscais diferidos existentes em 31 de dezembro de 2019.

⁽²⁾ Para as empresas não financeiras optantes do regime de apuração não cumulativo, a alíquota do PIS / Pasep é de 1,65% e da Cofins é de 7,6%.

⁽³⁾ Tributos incidentes sobre a receita.

w) Outros ativos e outros passivos

Outros ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas e provisão para perda, quando julgada necessária.

Outros passivos estão demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridas.

x) Administração de fundos de investimentos

O Conglomerado gerencia e administra ativos mantidos em fundos de investimento e outras modalidades de investimento em favor de investidores. Esses fundos não são consolidados nas Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado, exceto aqueles fundos controlados pelo Conglomerado, cujas informações estão dispostas na Nota Explicativa nº 6a.

y) Segmentos operacionais

Os segmentos operacionais que o Conglomerado opera, bem como suas características e estratégias de atuação estão descritos na nota explicativa 7.

z) Principais normas e interpretações que entraram em vigor no exercício findo em 31 de dezembro de 2019

- **IFRIC 23 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro** – A interpretação trata de impostos que estejam sob o escopo do IAS 12 – Tributos sobre o Lucro, no que se refere a realização e/ou aceitação de posições fiscais, por autoridades competentes. Caso haja incerteza de realização dos montantes, se faz necessária a verificação de probabilidade de ocorrência dessa alteração, para que os registros reflitam os montantes com confiabilidade. Norma efetiva para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. Quanto ao reconhecimento de obrigações legais, o Conglomerado já segue o disposto no IAS 37. Não houve impactos na adoção.
- **IFRS 16 – Arrendamentos** – O IFRS 16 dispõe sobre a classificação, reconhecimento e mensuração de contratos de arrendamento e substituiu o IAS 17 - Arrendamentos, bem como interpretações relacionadas (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27), cujas alterações incluem a eliminação da contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um único modelo de arrendamento que consiste em: (a) reconhecer os arrendamentos com prazo maior que 12 meses, cujos ativos subjacentes não sejam de baixo valor; (b) reconhecer inicialmente o arrendamento no ativo e passivo a valor presente; e (c) reconhecer a depreciação e os juros do arrendamento separadamente no resultado. Para o arrendador, a contabilização permanecerá segregada entre operacional e financeiro. Norma efetiva para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019. Não houve impactos significativos na sua adoção, conforme demonstrado a seguir.

Transição para o IFRS 16 ocorrida em 01 de janeiro de 2019

As diferenças nos valores contábeis de ativos e passivos decorrentes da adoção do IFRS 16 foram reconhecidas no Patrimônio Líquido em "Resultado acumulado não apropriado" em 1º de janeiro de 2019. Dessa forma, as alterações das práticas contábeis devido à adoção inicial do IFRS 16 foram aplicadas prospectivamente.

Uma vez que as informações apresentadas no exercício de 2018 estão de acordo com o IAS 17, ou seja, não foram reapresentados à luz do IFRS 16, os efeitos da adoção inicial são demonstrados a seguir:

a) Efeitos no Patrimônio Líquido pela adoção inicial do IFRS 16

Reconciliação do Patrimônio Líquido - Efeito Líquido	814
Patrimônio líquido de acordo com o IAS 17 em 31/12/2018	9.125.943
Reconhecimento inicial da amortização acumulada de direitos de uso de imóveis	(30.645)
Aluguéis pagos até 31/12/2018	34.168
Accrual das despesas financeiras do passivo de arrendamento até 31/12/2018	(2.166)
Efeitos tributários dos ajustes	(543)
Patrimônio líquido de acordo com o IFRS 16 em 01/01/2019	9.126.757

Os montantes iniciais de direito de uso a amortizar reconhecidos no Ativo em 1º de janeiro de 2019 em contrapartida ao Passivo de Arrendamento foram de R\$ 153.223.

aa) Principais normas e interpretações que entrarão em vigor após o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e sem adoção antecipada pelo Conglomerado, quando permitido pelo IASB

Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (*Conceptual Framework*) – revisão cujas principais alterações referem-se a: definições de ativo e passivo; critérios para reconhecimento, baixa, mensuração, apresentação e divulgação para elementos patrimoniais e de resultado. Alteração efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2020. Não são esperados impactos na sua adoção.

bb) Transição para o IFRS 9 ocorrida em 01 de janeiro de 2018

As diferenças nos valores contábeis de ativos e passivos financeiros decorrentes da adoção do IFRS 9 foram reconhecidas no Patrimônio Líquido em "Resultado acumulado não apropriado" e "Outros resultados abrangentes" em 01 de janeiro de 2018, dessa forma, as alterações das práticas contábeis devido à adoção inicial do IFRS 9 foram aplicadas prospectivamente.

a) Efeitos no Patrimônio Líquido pela adoção inicial do IFRS 9

Reconciliação do Patrimônio Líquido - Efeito Líquido	(674.392)
Patrimônio líquido de acordo com o IAS 39 em 31/12/2017	9.231.053
Complemento de provisão para perdas por redução ao valor recuperável	(1.277.803)
Operações de crédito, de arrendamento mercantil financeiro e operações <i>off balance</i>	(1.016.590)
Títulos e valores mobiliários	(261.213)
Ajuste ao valor justo de ativos financeiros que mudaram de critério de mensuração	167.799
Efeitos tributários dos ajustes	435.612
Patrimônio líquido de acordo com o IFRS 9 em 01/01/2018	8.556.661

b) Efeitos na provisão para perdas por redução ao valor recuperável pela adoção inicial do IFRS 9

Reconciliação da Provisão para perdas entre IAS 39 e IFRS 9	
Saldos da provisão para perdas divulgados conforme IAS 39:	
Provisão para Empréstimos e Recebíveis (Nota 12a)	(3.357.596)
Provisão para operações <i>Off Balance</i> e Outros riscos (Nota 22)	(405.356)
Provisão para Títulos e valores mobiliários (instrumentos de dívida) (Nota 10)	(1.042.103)
Total da provisão para perdas conforme IAS 39 em 31/12/2017	(4.805.055)
Efeitos da adoção inicial do IFRS 9:	
Operações de Crédito e de Arrendamento Mercantil Financeiro ⁽¹⁾	(1.016.590)
Títulos e valores mobiliários (instrumentos de dívida)	(186.468)
Total da provisão para perdas conforme IFRS 9 em 01/01/2018	(6.008.113)

⁽¹⁾ Inclui provisão para operações *off balance*.

Detalhes sobre as perdas de crédito esperadas em 12 meses, perdas de crédito esperadas durante a vida útil, perdas por redução ao valor recuperável e a segregação entre os estágios 1, 2 ou 3 são explicados na nota 36 - Gerenciamento de Riscos e de Capital.

Em 1 de janeiro de 2018, o saldo da Provisão para perdas em IFRS 9 era segregado entre os estágios da seguinte forma: Estágio 1 – 18%, Estágio 2 – 18% e Estágio 3 – 64%.

cc) Autorização das Demonstrações Contábeis

A emissão das Demonstrações Contábeis foi autorizada pela Administração em 06 de fevereiro de 2020.

5. PRINCIPAIS JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

A elaboração de Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS exige a aplicação de certas premissas e julgamentos relevantes que envolvem alto grau de incerteza e que podem produzir impacto material nas demonstrações contábeis. Em atendimento ao IFRS, a Administração aplica estimativas que podem alterar significativamente os montantes apresentados em nossas demonstrações contábeis consolidadas, sendo que os valores podem ser divergentes em cenários em que não são empregadas tais proposições. A seguir, estão descritas políticas contábeis adotadas que possuem elevada complexidade e norteiam aspectos relevantes na apuração de nossas operações.

As estimativas e julgamentos considerados mais relevantes pelo Conglomerado são detalhados abaixo:

a) Provisão para Perdas por Redução ao Valor Recuperável de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro

As exigências de impairment previstas no IFRS 9 introduziram a partir de 1º de janeiro de 2018 um modelo de perda de crédito esperada ao invés de um modelo de perda incorrida, como era feito até então pela norma IAS 39. A mensuração da provisão para perda esperada de crédito considera premissas, tais como:

- Determinação de critérios para aumento ou redução significativa no risco de crédito: A partir do acompanhamento de indicadores de risco de crédito, do monitoramento contínuo da situação financeira das contrapartes e de informações públicas consegue-se determinar se houve acréscimo ou decréscimo significativo no risco de crédito.
- Prazo: Considera-se o prazo máximo de contrato como tempo de exposição ao risco de crédito quando há uma data de vencimento definida, caso contrário estima-se a vida esperada do ativo financeiro conforme período de exposição ao risco de crédito.
- Informações prospectivas: Utilização de informações de caráter forward looking, como expectativas macroeconômicas, para refletir os impactos de eventos futuros na perda esperada.
- Cenários de perda ponderados pela probabilidade: Utilização de cenários macroeconômicos imparciais e ponderados para estimar a perda esperada em um horizonte de tempo adequado.

A aplicação geral da provisão para perdas por redução ao valor recuperável de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro está descrita na Nota 4k.

b) Projeção de Resultados Futuros para a Realização de Ativos Fiscais Diferidos

Conforme a explicação na Nota 4v, a realização de ativos fiscais diferidos está suportada pelas projeções orçamentárias da Instituição, devidamente aprovadas pelos órgãos de Governança. Referidas projeções estão embasadas no Planejamento Estratégico vigente, que considera premissas de plano de negócios, estratégias corporativas, cenário macroeconômico (p. ex. inflação, taxa de juros, etc.), desempenho histórico e expectativa de crescimento futuro, dentre outros.

Este item é apontado especialmente por conta da representatividade dos saldos de créditos tributários ativados, pela utilização de estimativas de rentabilidade futura que incorrem em alto grau de julgamento e pelos impactos relevantes que mudanças de premissas podem trazer para as demonstrações contábeis consolidadas.

O detalhamento sobre a projeção de resultados futuros para a realização de ativos fiscais diferidos está apresentado na Nota 4v.

c) Valor Justo dos Instrumentos Financeiros

Existem técnicas específicas de avaliação do valor justo de Instrumentos Financeiros que não são negociados em mercados ativos e para os quais os preços e parâmetros de mercado não estão disponíveis. Tal apuração incorpora premissas sob julgamento da Administração, a qual leva em consideração a avaliação das informações e circunstâncias de mercado.

As metodologias usadas para avaliar os valores justos de determinados instrumentos financeiros estão descritas na Nota 4l.

d) Provisões e passivos contingentes – trabalhistas, fiscais e cíveis

Com base em prognósticos de perda avaliados pela Administração, o Conglomerado constitui provisão para as demandas de natureza trabalhista, fiscal e cível através de avaliações jurídicas e modelos estatísticos.

A avaliação de prognósticos de perda leva em conta a probabilidade de desembolsos da entidade para cada elemento processual e pode incorrer em alto grau de julgamento quanto maior for a incerteza existente.

O detalhamento das provisões e passivos contingentes está apresentado na Nota 4u.

e) Redução ao Valor Recuperável (Impairment) de Goodwill

Os ágios decorrentes de goodwill identificados em aquisições de investimentos em participações societárias são contabilizados considerando a diferença entre o preço pago e a avaliação ao valor justo dos ativos identificáveis e dos passivos assumidos da adquirida na data-base da aquisição e não são amortizados, estando apenas sujeitos a testes periódicos de recuperabilidade (impairment), os quais envolvem também estimativas e julgamentos significativos na estimativa dos fluxos de caixa futuros das unidades geradoras de caixa e nas taxas utilizadas para descontar estes fluxos de caixa.

A aplicação geral dos critérios de reconhecimento da provisão para perdas por redução ao valor recuperável (impairment) de goodwill está descrito na Nota 4b.

f) Redução ao Valor Recuperável (Impairment) de Ativos Não Financeiros – Imparidade

O teste de perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros é realizado no mínimo anualmente, de forma a apurar se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, o Conglomerado estima o valor recuperável do ativo que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso. Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o ativo é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na Demonstração do Resultado.

O teste de perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros envolve estimativas e julgamentos significativos, incluindo a identificação de unidades geradoras de caixa e suas respectivas estimativas dos potenciais benefícios econômicos futuros.

A aplicação geral dos critérios de reconhecimento da provisão para perdas por redução ao valor recuperável está descrita na Nota 4k.

g) Aplicação em Fundos de Investimentos em Participação (FIPs)

O IAS 28 prevê a possibilidade de adoção da mensuração ao valor justo por meio do resultado, em consonância com o IFRS 9, para parcela da participação em investimento em coligada, controlada ou empreendimento controlado em conjunto, qualificado como organização de capital de risco, independentemente desta exercer influência significativa sobre essa parcela da participação, e adoção do método de equivalência patrimonial para a parcela remanescente da participação que não seja detida indiretamente por meio de organização de capital de risco.

O Conglomerado adota essa opção para FIPs de venture capital. A mensuração de valor justo desses ativos incorre em grau significativo de julgamento na adoção de premissas.

6. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

a) Participações societárias incluídas nas Demonstrações Contábeis consolidadas, segregadas por atividade

São classificadas como controladas as empresas sobre as quais o Conglomerado exerce controle, que é baseado na avaliação de um investidor possuir poder sobre a investida; exposição a, ou direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e a capacidade de usar seu poder sobre a investida afetando seu retorno. As investidas controladas são consolidadas pelo método integral desde o momento em que o Conglomerado assume o controle sobre as suas atividades até o momento em que esse controle cessa.

As Demonstrações Contábeis Consolidadas compreendem as transações do Banco BV (controladora) e das seguintes investidas controladas:

Banco Votorantim S.A.
Demonstrações Contábeis consolidadas em IFRS
em 31 de dezembro de 2019

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Atividade	31.12.2019	31.12.2018
		% de Participação	
Instituições financeiras – País			
BV Financeira S.A. Crédito, Financiamento e Investimento (BV Financeira) ⁽¹⁾	Financeira	100,00%	100,00%
BV Leasing Arrendamento Mercantil S.A. (BV Leasing) ⁽¹⁾	Arrendamento	100,00%	100,00%
Votorantim Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (CTVM) ^{(1) (2)}	Corretora	-	-
Votorantim Asset Management Distribuidora de TVM Ltda. (DTVM) ⁽¹⁾	Gestão de recursos de terceiros	99,99%	99,99%
Instituições do mercado segurador			
Votorantim Corretora de Seguros S.A	Corretora	100,00%	100,00%
Instituições financeiras – Exterior			
Votorantim Securities (UK) Limited ^{(1) (3)}	Corretora	-	-
Instituições não financeiras			
Promotiva S.A.	Prestação de serviços	100,00%	100,00%
BV Investimentos Altern. e Gestão de Recursos S.A. (BVIA)	Administração de ativos	100,00%	100,00%
BV Empreendimentos e Participações S.A. (BVEP) ⁽⁵⁾	Holding	100,00%	100,00%
Atenas SP 02 - Empreendimento Imobiliário ⁽⁴⁾	SPE	100,00%	100,00%
Fundos de investimento consolidados			
Votorantim Expertise Multimercado Fundo de Investimento. (Expertise)	Fundo	100,00%	100,00%
Controladas da BVIA			
Marques de Monte Santo Empreend. Imobiliário SPE Ltda. (Monte Santo)	SPE	100,00%	100,00%
Parque Valença Empreendimento Imobiliário SPE Ltda. (Parque Valença)	SPE	100,00%	100,00%
Controladas da BVEP			
IRE República Empreendimento Imobiliário S.A. (IRE República)	SPE	100,00%	100,00%
Senador Dantas Empreendimento Imobiliário SPE S.A. (Senador Dantas)	SPE	100,00%	100,00%
Henri Dunant Empreend. Imobiliário S.A. (Henri Dunant)	SPE	100,00%	100,00%
Arena XI Incorporações SPE Ltda. (Arena XI)	SPE	100,00%	100,00%
D'oro XVIII Incorporações Ltda. (D'oro XVIII)	SPE	100,00%	100,00%
Controladas da Atenas			
Atenas Sp 02 – Empreendimento Imobiliário Ltda. – Lote 1	SPE	100,00%	100,00%
Atenas Sp 02 – Empreendimento Imobiliário Ltda. – Lote 3	SPE	100,00%	100,00%

⁽¹⁾ Controladas financeiras.

⁽²⁾ A Votorantim Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda foi incorporada pela Votorantim Asset Management Distribuidora de TVM Ltda em 31 de janeiro de 2018, conforme descrito na nota explicativa nº 2.

⁽³⁾ A Votorantim Securities (UK) Limited foi extinta em 16 de outubro de 2018.

⁽⁴⁾ Em maio de 2018, o Banco BV recebeu por dação em pagamento, quotas da Atenas SP 02 Empreendimento Imobiliário.

⁽⁵⁾ Em outubro de 2018 a BV Empreendimentos e Participações S.A. passou a ser controlada direta do Banco Votorantim S.A.

7. SEGMENTOS OPERACIONAIS

Um segmento operacional é um componente do Conglomerado que desenvolve atividades de negócio, das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes do Conglomerado. As informações para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados a cada segmento e para a avaliação do seu desempenho são regularmente revistas pelo Comitê Executivo (ComEx), que é o principal gestor das operações da entidade.

Os resultados de segmentos incluem itens diretamente atribuíveis a cada segmento, bem como itens que podem ser alocados em bases razoáveis. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 o Conglomerado promoveu a revisão da forma de monitoramento e divulgação dos seus segmentos operacionais, observando particularidades dos componentes dos negócios (tais como: natureza e estratégia de distribuição de produtos e serviços, público-alvo, natureza dos processos operacionais e do ambiente regulatório), bem como parâmetros quantitativos (tais como: relevância de receitas, lucros e prejuízos, volume de ativos), em consonância com o IFRS 8 – Informações por Segmento. Essa revisão resultou na criação de um terceiro segmento de divulgação, passando dos segmentos Varejo e Atacado para os segmentos Varejo, Atacado e atividades com mercado, e Corporação.

As receitas de juros são reportadas líquidas, seguindo a forma de medição de desempenho dos negócios, e não de receita bruta e despesas separadamente. Preços de transferência entre segmentos operacionais são efetuados a preços de mercado, de uma forma semelhante às operações realizadas com terceiros.

O Conglomerado possui três segmentos, conforme descrito a seguir, que são as unidades de negócio do Conglomerado. As unidades de negócio oferecem diferentes produtos e serviços e são administradas separadamente, apresentam modelo de gestão específico, público-alvo, estratégia de marketing e subsegmentação diferentes. O seguinte resumo descreve as operações em cada um dos segmentos reportáveis do Conglomerado:

- **Varejo** - A principal atividade é o Financiamento de Veículos, especialmente de carros leves usados. Além disso, em linha com a estratégia de diversificar as fontes de receita, oferecemos à nossa ampla base de clientes de Financiamento de Veículos outros produtos. Entre essas ofertas, estão cartões de crédito, corretagem de seguros, empréstimos (consignado privado, crédito pessoal e home equity) e financiamentos, como para placas de energia solar residencial, estudantil, turismo e saúde.

- **Atacado e atividades com mercado** - Operações e serviços financeiros direcionados principalmente às instituições financeiras, clientes corporativos com faturamento anual acima de R\$300 milhões e clientes com elevado patrimônio financeiro (Private Banking). As modalidades de produtos e serviços compreendem: Empréstimos e Financiamentos, Derivativos, Comércio Exterior, Fianças bancárias, Investimentos (Renda Fixa, Fundos de Investimento, Ações e Produtos Estruturados), pagamentos e serviços de cobrança. Considera também a margem financeira com o mercado, proveniente da atividade de negociação de instrumentos financeiros via posições proprietárias, da gestão de *gaps* entre ativos e passivos, entre outros.

- **Corporação** - Engloba investimentos em *run-off* da BV Empreendimentos e Participações S.A., resultado financeiro gerado pelo excesso de capital e custos associados ao carregamento dos créditos tributários de prejuízo fiscal.

A gestão dos segmentos operacionais é efetuada com base no livro BRGAAP (BACEN).

Informações referentes aos resultados de cada segmento estão incluídas a seguir. O desempenho é avaliado com base no resultado líquido do período.

Banco Votorantim S.A.
Demonstrações Contábeis consolidadas em IFRS
em 31 de dezembro de 2019

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

a) Demonstração do resultado gerencial por segmento e conciliação do resultado gerencial por segmento com o resultado consolidado de acordo com as normas IFRS

	Exercício/2019					
	Varejo	Atacado e atividades com mercado	Corporação	Consolidado gerencial	Ajustes e reclassificações ⁽¹⁾	Consolidado IFRS
Margem financeira	5.166.674	917.852	(15.879)	6.068.647	440.188	6.508.835
Resultado de perdas por redução ao valor recuperável (Nota 31)	(1.763.927)	(58.618)	-	(1.822.545)	(395.501)	(2.218.046)
Margem Financeira Líquida	3.402.747	859.234	(15.879)	4.246.102	44.687	4.290.789
Resultado líquido de serviços e comissões (Nota 28)	1.939.810	354.178	44.085	2.338.073	(982.015)	1.356.058
Despesas de pessoal (Nota 32)	(868.535)	(405.901)	(7.757)	(1.282.193)	(83.640)	(1.365.833)
Outras despesas administrativas (Nota 33)	(1.193.193)	(210.786)	(12.497)	(1.416.476)	745.185	(671.291)
Despesas tributárias (Nota 24c)	(464.883)	(110.566)	(2.913)	(578.362)	7.009	(571.353)
Resultado de participações em coligadas e entidades controladas em conjunto (Nota 16a)	(5.825)	9.072	30.003	33.250	(52.864)	(19.614)
Outras Receitas/Despesas	(1.103.475)	(16.274)	(52.235)	(1.171.984)	174.214	(997.770)
Resultado antes de impostos e contribuições e participação nos lucros	1.706.646	478.957	(17.193)	2.168.410	(147.424)	2.020.986
Imposto de Renda e Contribuição Social (Nota 24d)	(633.135)	(171.436)	6.402	(798.169)	371.904	(426.265)
Lucro líquido	1.073.511	307.521	(10.791)	1.370.241	224.480	1.594.721

	Exercício/2018					
	Varejo	Atacado e atividades com mercado	Corporação	Consolidado gerencial	Ajustes e reclassificações ⁽¹⁾	Consolidado IFRS
Margem financeira	4.563.053	915.254	(64.535)	5.413.772	23.860	5.437.632
Resultado de perdas por redução ao valor recuperável (Nota 31)	(1.348.947)	(120.728)	(28)	(1.469.703)	(506.818)	(1.976.521)
Margem Financeira Líquida	3.214.106	794.526	(64.563)	3.944.069	(482.958)	3.461.111
Resultado líquido de serviços e comissões (Nota 28)	1.765.757	368.938	38.370	2.173.065	(821.618)	1.351.447
Despesas de pessoal (Nota 32)	(857.809)	(400.391)	(7.055)	(1.265.255)	6	(1.265.249)
Outras despesas administrativas (Nota 33)	(1.062.327)	(211.479)	(8.845)	(1.282.651)	627.693	(654.958)
Despesas tributárias (Nota 24c)	(391.321)	(74.737)	(9.541)	(475.599)	14.487	(461.112)
Resultado de participações em coligadas e entidades controladas em conjunto (Nota 16a)	37	19.974	(127.836)	(107.825)	93.965	(13.860)
Outras Receitas/Despesas	(974.369)	(1.776)	91.269	(884.876)	282.144	(602.732)
Resultado antes de impostos e contribuições e participação nos lucros	1.694.074	495.055	(88.201)	2.100.928	(286.281)	1.814.647
Imposto de Renda e Contribuição Social (Nota 24d)	(728.456)	(181.699)	(129.603)	(1.039.758)	285.657	(754.101)
Lucro líquido	965.618	313.356	(217.804)	1.061.170	(624)	1.060.546

⁽¹⁾ Inclui os ajustes de diferenças de critérios contábeis entre o BRGAAP (BACEN) e o IFRS, bem como as reclassificações entre linhas por diferenças de critérios gerenciais e contábeis.

b) Informações patrimoniais por segmento

	31.12.2019					
	Varejo	Atacado e atividades com mercado	Corporação	Consolidado gerencial	Ajustes e reclassificações ⁽¹⁾	Total
Operações de crédito e de arrendamento mercantil financeiro (Nota 12a)	44.165.065	11.510.955	-	55.676.020	(327.538)	55.348.482
Impairment sobre ativos financeiros (Nota 10b/ 12a)	(2.940.039)	(1.775.839)	-	(4.715.878)	(1.855.457)	(6.571.335)
Ativos tributários diferidos (Nota 24 a.2)	3.214.274	2.262.956	1.161.323	6.638.553	426.852	7.065.405
Total dos ativos	44.623.068	50.265.335	1.645.911	96.534.314	366.494	96.900.808
Total dos passivos	40.014.684	46.589.595	44.154	86.648.433	511.923	87.160.356
Total do patrimônio líquido	4.608.384	3.675.739	1.601.758	9.885.881	(145.429)	9.740.452

Banco Votorantim S.A.

Demonstrações Contábeis consolidadas em IFRS

em 31 de dezembro de 2019

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	31.12.2018					
	Varejo	Atacado e atividades com mercado	Corporação	Consolidado gerencial	Ajustes e reclassificações ⁽¹⁾	Total
Operações de crédito e de arrendamento mercantil financeiro (Nota 12a)	38.591.629	11.886.513	-	50.478.142	(253.930)	50.224.212
Impairment sobre ativos financeiros (Nota 10b/ 12a)	(2.380.334)	(1.250.530)	-	(3.630.864)	(2.436.957)	(6.067.821)
Ativos tributários diferidos (Nota 24 a.2)	3.635.151	1.948.170	1.265.082	6.848.403	373.606	7.222.009
Total dos ativos	39.993.912	59.812.198	2.177.458	101.983.568	304.051	102.287.619
Total dos passivos	35.908.779	55.829.953	871.241	92.609.973	551.704	93.161.677
Total do patrimônio líquido	4.085.133	3.982.245	1.306.217	9.373.595	(247.653)	9.125.942

⁽¹⁾ Inclui os ajustes de diferenças de critérios contábeis entre o BRGAAP (BACEN) e o IFRS, bem como as reclassificações entre linhas por diferenças de critérios gerenciais e contábeis.

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2019	31.12.2018
Disponibilidades	359.360	202.534
Disponibilidades em moeda nacional	97.759	13.792
Disponibilidades em moeda estrangeira	261.601	188.742
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez ⁽¹⁾	692.529	1.365.414
Aplicações no mercado aberto - vendas a liquidar - posição bancada	307.586	881.055
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	145.135
Aplicações em moedas estrangeiras	384.943	339.224
Total	1.051.889	1.567.948

⁽¹⁾ Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

9. DEPÓSITOS NO BANCO CENTRAL DO BRASIL

	31.12.2019	31.12.2018
Depósitos à vista	-	12
Recursos a prazo	1.769.417	519.643
Operações de microfinanças	2.748	2.234
Total	1.772.165	521.889

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

10. ATIVOS FINANCEIROS - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Composição da carteira por categoria e por tipo de papel

	31.12.2019								31.12.2018		
	Valor justo					Total			Total		
	Sem vencimento	até 1 ano	de 1 a 5 anos	de 5 a 10 anos	Após 10 anos	Valor de custo	Valor contábil	Ajuste ao valor justo	Valor de custo	Valor contábil	Ajuste ao valor justo
1 - Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	46.774	6.717.809	2.539.506	622.460	211.465	10.049.962	10.138.014	88.052	12.029.419	12.123.178	93.759
Títulos Públicos	-	6.697.687	2.197.529	545.231	161	9.372.199	9.440.608	68.409	11.488.288	11.572.646	84.358
Letras Financeiras do Tesouro	-	28.311	91.517	-	-	119.824	119.828	4	175.154	175.154	-
Letras do Tesouro Nacional	-	6.630.319	1.119.165	-	-	7.747.699	7.749.484	1.785	8.476.530	8.507.104	30.574
Notas do Tesouro Nacional	-	39.057	986.847	545.231	161	1.504.676	1.571.296	66.620	2.836.604	2.890.388	53.784
Títulos Privados	46.774	20.122	341.977	77.229	211.304	677.763	697.406	19.643	541.131	550.532	9.401
Cotas de Fundos de Investimentos	21.590	-	-	77.229	207.763	289.125	306.582	17.457	227.452	245.290	17.838
Ações	25.184	-	-	-	-	22.886	25.184	2.298	20.234	10.782	(9.452)
<i>Eurobonds</i>	-	-	110	-	-	109	110	1	190	181	(9)
Debêntures	-	-	6.964	-	-	6.964	6.964	-	30.444	32.237	1.793
Notas Promissórias	-	-	8.897	-	-	8.897	8.897	-	7.803	7.803	-
Certificado de Recebíveis Agronegócio	-	20.122	123.084	-	-	143.227	143.206	(21)	85.306	85.477	171
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	-	202.922	-	3.541	206.555	206.463	(92)	169.702	168.762	(940)
2 - Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-	1.346.030	10.242.429	3.654.774	29.424	14.906.222	15.272.657	366.435	12.928.445	13.083.532	155.087
Títulos Públicos	-	977.028	8.491.521	3.283.512	-	12.377.063	12.752.061	374.998	10.066.499	10.233.286	166.787
Letras Financeiras do Tesouro	-	175.332	3.224.517	2.247.427	-	5.646.599	5.647.276	677	4.511.889	4.512.513	624
Letras do Tesouro Nacional	-	244.825	1.187.099	-	-	1.415.782	1.431.924	16.142	332.578	349.088	16.510
Notas do Tesouro Nacional	-	-	2.474.182	960.860	-	3.143.692	3.435.042	291.350	3.082.174	3.232.792	150.618
Títulos da Dívida Externa Brasileira	-	-	1.605.723	75.225	-	1.626.706	1.680.948	54.242	1.633.030	1.630.438	(2.592)
Notas do governo de outros países	-	556.871	-	-	-	544.284	556.871	12.587	506.828	508.455	1.627
Títulos Privados	-	369.002	1.750.908	371.262	29.424	2.529.159	2.520.596	(8.563)	2.861.946	2.850.246	(11.700)
Debêntures	-	92.511	1.614.561	371.262	29.424	2.118.035	2.107.758	(10.277)	2.229.305	2.214.587	(14.718)
Notas Promissórias	-	15.669	115.525	-	-	131.187	131.194	7	14.589	14.588	(1)
<i>Eurobonds</i>	-	203.723	-	-	-	202.053	203.723	1.670	246.044	246.653	609
Letras Financeiras	-	57.099	20.822	-	-	77.884	77.921	37	52.840	52.985	145
<i>Floating Rate Notes</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	319.168	321.433	2.265
3 - Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado ⁽¹⁾	-	607.350	820.978	918.625	95.359	2.442.312	2.442.312	-	2.413.735	2.413.735	-
Títulos Públicos	-	241.539	389.643	918.625	95.359	1.645.166	1.645.166	-	2.067.932	2.067.932	-
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	1.218.882	1.218.882	-
Notas do Tesouro Nacional	-	241.539	389.643	918.625	95.359	1.645.166	1.645.166	-	849.050	849.050	-
Títulos Privados	-	365.811	431.335	-	-	797.146	797.146	-	345.803	345.803	-
Cédulas de produto rural - <i>Commodities</i>	-	97.732	364.968	-	-	462.700	462.700	-	345.803	345.803	-
<i>Floating Rate Notes</i>	-	268.079	66.367	-	-	334.446	334.446	-	-	-	-
Total (1 + 2 + 3)	46.774	8.671.189	13.602.913	5.195.859	336.248	27.398.496	27.852.983	454.487	27.371.599	27.620.445	248.846

(1) O valor justo desses instrumentos estão apresentados na nota explicativa 36g.

b) Reconciliação das perdas esperadas para os ativos financeiros classificados como mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e pelo custo amortizado, segregadas por estágios:

	Perda esperada 31/12/2018	Constituição / (Reversão)	Aquisições	Liquidações ⁽¹⁾	Transferência entre estágios	Perda esperada 31/12/2019	% em 31/12/2018	% em 31/12/2019
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes								
Estágio 1								
Debêntures	7.172	(1.529)	3.662	(2.891)	(2.248)	4.166		
<i>Eurobonds</i>	54	(8)	-	(2)	-	44		
Letras Financeiras	54	4	65	-	-	123		
Notas Promissórias	77	-	497	(77)	-	497		
Total	7.357	(1.533)	4.224	(2.970)	(2.248)	4.830	0,6%	0,6%
Estágio 2								
Debêntures	7.360	7.433	687	-	2.248	17.728		
Total	7.360	7.433	687	-	2.248	17.728	0,6%	2,2%
Estágio 3								
Debêntures	1.295.809	(12.991)	-	(501.228)	-	781.590		
Total	1.295.809	(12.991)	-	(501.228)	-	781.590	98,8%	97,2%
Resumo dos 3 estágios								
Debêntures	1.310.341	(7.087)	4.349	(504.119)	-	803.484		
<i>Eurobonds</i>	54	(8)	-	(2)	-	44		
Letras Financeiras	54	4	65	-	-	123		
Notas Promissórias	77	-	497	(77)	-	497		
Total	1.310.526	(7.091)	4.911	(504.198)	-	804.148	100%	100%

⁽¹⁾ Inclui reestruturação de ativos.

Banco Votorantim S.A.
Demonstrações Contábeis consolidadas em IFRS
em 31 de dezembro de 2019

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Perda esperada 31/12/2018	Constituição / (Reversão)	Aquisições	Liquidações ⁽¹⁾	Transferência entre estágios	Perda esperada 31/12/2019	% em 31/12/2018	% em 31/12/2019
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado								
Estágio 1								
Cédulas de produto rural	1.790	(366)	1.412	(634)	-	2.202		
Total	1.790	(366)	1.412	(634)	-	2.202	2,5%	7,8%
Estágio 2								
Cédulas de produto rural	77	-	-	(77)	-	-		
Total	77	-	-	(77)	-	-	0,1%	0,0%
Estágio 3								
Cédulas de produto rural	70.965	(427)	-	(44.597)	-	25.941		
Total	70.965	(427)	-	(44.597)	-	25.941	97,4%	92,2%
Resumo dos 3 estágios								
Cédulas de produto rural	72.832	(793)	1.412	(45.308)	-	28.143		
Total	72.832	(793)	1.412	(45.308)	-	28.143	100%	100%

⁽¹⁾ Inclui reestruturação de ativos.

	Perda esperada 31/12/2018	Constituição / (Reversão)	Aquisições	Liquidações ⁽¹⁾	Transferência entre estágios	Perda esperada 31/12/2019	% em 31/12/2018	% em 31/12/2019
Resumo dos 3 estágios								
Por categoria:								
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	1.310.526	(7.091)	4.911	(504.198)	-	804.148	94,7%	96,6%
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado	72.832	(793)	1.412	(45.308)	-	28.143	5,3%	3,4%
Total	1.383.358	(7.884)	6.323	(549.506)	-	832.291	100%	100%
Por estágio:								
Estágio 1	9.147	(1.899)	5.636	(3.604)	(2.248)	7.032	0,7%	0,8%
Estágio 2	7.437	7.433	687	(77)	2.248	17.728	0,5%	2,1%
Estágio 3	1.366.774	(13.418)	-	(545.825)	-	807.531	98,8%	97,0%
Total	1.383.358	(7.884)	6.323	(549.506)	-	832.291	100%	100%

⁽¹⁾ Inclui reestruturação de ativos.

11. ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO - DERIVATIVOS

a) Composição da carteira de derivativos por indexador

Por Indexador	31.12.2019			31.12.2018		
	Valor referencial	Valor de custo	Valor justo	Valor referencial	Valor de custo	Valor justo
1 - Contratos de Futuros						
Compromissos de compra	13.312.003	-	-	12.617.650	-	-
DI	5.081.128	-	-	4.607.324	-	-
Moedas	2.303.496	-	-	1.529.616	-	-
Índice	363.757	-	-	808.978	-	-
Cupom cambial	5.563.622	-	-	5.671.732	-	-
Compromissos de venda	64.005.583	-	-	73.532.303	-	-
DI	46.126.347	-	-	44.235.373	-	-
Moedas	765.832	-	-	785.407	-	-
Índice	606.836	-	-	906.173	-	-
Libor	10.613.592	-	-	19.951.973	-	-
Cupom cambial	5.892.976	-	-	7.558.820	-	-
Outros	-	-	-	94.557	-	-
2 - Operações a Termo						
Posição Ativa	264.867	264.867	264.852	1.740.433	1.740.433	1.740.620
Termo de moeda	151.331	151.331	151.331	44.172	44.172	44.172
Termo de títulos públicos	113.536	113.536	113.521	1.696.261	1.696.261	1.696.448
Posição Passiva	264.867	(264.867)	(264.288)	1.740.433	(1.740.433)	(1.738.817)
Termo de moeda	151.331	(151.331)	(150.752)	44.172	(44.172)	(42.817)
Termo de títulos públicos	113.536	(113.536)	(113.536)	1.696.261	(1.696.261)	(1.696.000)
3 - Contratos de Opções ⁽¹⁾						
De compra – Posição Comprada	7.847.669	504.760	252.649	7.613.979	479.175	402.729
Moeda estrangeira	6.652.950	468.122	233.228	5.477.738	408.488	374.126
Opções Flexíveis	1.021.719	35.060	14.146	1.716.241	66.126	25.079
Ações	173.000	1.578	5.275	420.000	4.561	3.524
De venda – Posição Comprada	32.729.213	482.871	369.326	48.145.847	436.735	392.698
Moeda estrangeira	7.338.625	440.734	287.158	8.548.025	431.135	384.843
Índice DI	25.238.000	40.579	80.496	39.570.000	4.702	7.119
Opções Flexíveis	22.993	373	545	27.822	898	736
Ações	104.000	1.163	1.108	-	-	-
Índice governo estrangeiro	25.595	22	19	-	-	-
De compra – Posição Vendida	14.767.283	(447.188)	(267.913)	6.807.634	(472.356)	(454.792)
Moeda estrangeira	7.477.625	(441.607)	(262.651)	6.138.288	(461.999)	(450.664)
Índice DI	7.125.000	(761)	-	-	-	-
Opções Flexíveis	49.158	(2.560)	(1.934)	231.346	(8.173)	(2.738)
Ações	115.500	(2.260)	(3.328)	438.000	(2.184)	(1.390)
De venda – Posição Vendida	32.901.379	(453.671)	(427.196)	35.519.956	(454.668)	(452.845)
Moeda estrangeira	6.574.625	(376.502)	(318.619)	7.693.838	(389.266)	(389.526)
Índice DI	25.237.000	(40.097)	(79.496)	26.380.000	(1.819)	-
Opções Flexíveis	888.754	(34.768)	(27.985)	1.446.118	(63.583)	(63.319)
Ações	201.000	(2.304)	(1.096)	-	-	-
4 - Contratos de Swaps ⁽¹⁾						
Posição Ativa	11.735.282	1.696.673	1.784.456	10.202.942	1.282.346	1.514.016
DI	1.456.664	88.041	91.203	2.455.256	211.001	173.730
Moeda estrangeira	3.514.533	897.897	606.146	2.699.570	688.581	492.018
Pré-fixado	4.791.926	336.539	570.039	2.871.595	111.544	469.699
IPCA	1.854.876	372.109	510.996	2.110.651	268.695	375.910
IGP-M	78.000	743	4.598	15.000	1.418	1.401
Libor	39.283	1.344	1.474	50.870	1.107	1.258
Posição Passiva	6.631.005	(1.538.959)	(1.861.464)	6.114.170	(1.097.423)	(1.393.070)
DI	714.116	(28.443)	(6.145)	377.021	(52.955)	(19.750)
Moeda estrangeira	3.021.607	(502.356)	(299.990)	2.245.963	(375.035)	(254.451)
Pré-fixado	539.696	(366.257)	(770.527)	758.146	(66.303)	(355.440)
IPCA	1.723.625	(571.079)	(717.425)	2.054.996	(533.670)	(689.317)
IGP-M	-	-	(630)	-	-	-
Libor	631.961	(70.824)	(66.747)	678.044	(69.460)	(71.241)
Outros	-	-	-	-	-	(2.871)

Por Indexador	31.12.2019			31.12.2018		
	Valor referencial	Valor de custo	Valor justo	Valor referencial	Valor de custo	Valor justo
5 - Outros Instrumentos Financeiros Derivativos						
Posição Ativa	8.007.714	73.573	66.039	4.617.633	143.619	130.208
Non Deliverable Forward - Moeda estrangeira ⁽¹⁾	7.745.718	72.363	64.894	4.615.696	143.619	130.190
Derivativos de crédito ⁽²⁾	261.996	1.210	1.145	-	-	-
Credit Linked Notes	-	-	-	1.937	-	18
Posição Passiva	1.156.578	(110.652)	(113.701)	1.596.197	(82.109)	(89.993)
Non Deliverable Forward - Moeda estrangeira ⁽¹⁾	1.094.102	(109.863)	(113.008)	1.478.016	(76.511)	(86.217)
Derivativos de crédito ⁽²⁾	62.476	(789)	(693)	118.181	(5.598)	(3.776)
Total Ativo (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	73.896.748	3.022.744	2.737.322	84.938.484	4.082.308	4.180.271
Total Passivo (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	119.461.828	(2.815.337)	(2.934.562)	123.570.260	(3.846.989)	(4.129.517)

⁽¹⁾ O valor justo das operações de swap, opções e non deliverable forward contemplam o risco de crédito da contraparte (ajuste de spread de crédito).

⁽²⁾ A apresentação dos derivativos de crédito por posição (ativa ou passiva) leva em consideração o respectivo valor justo de cada contrato.

b) Composição da carteira de derivativos por vencimento (valor referencial)

Vencimento em Dias	31.12.2019					31.12.2018
	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Total	
Contratos futuros	8.717.676	15.997.216	17.916.417	34.686.277	77.317.586	86.149.953
Contratos a termo	264.867	-	-	-	264.867	1.740.433
Contratos de opções	60.986.627	2.381.933	14.083.408	10.793.576	88.245.544	98.087.416
Contratos de swaps	1.119.244	2.688.289	5.879.226	8.679.528	18.366.287	16.317.112
Non Deliverable Forward - Moeda estrangeira	1.362.436	3.280.140	3.756.968	440.276	8.839.820	6.093.712
Derivativos de crédito	-	203.550	-	120.922	324.472	118.181
Credit Linked Notes	-	-	-	-	-	1.937
Total	72.450.850	24.551.128	41.636.019	54.720.579	193.358.576	208.508.744

c) Composição da carteira de derivativos por local de negociação e contraparte (valor referencial em 31.12.2019)

	Futuros	Termo	Opções	Swap	Derivativo de crédito	Non Deliverable Forward
Bolsa de valores	77.317.586	-	86.262.920	-	-	-
Balcão	-	264.867	1.982.624	18.366.287	324.472	8.839.820
Instituições do mercado financeiro	-	264.867	22.538	14.161.660	324.472	3.288.330
Cliente	-	-	1.960.086	4.204.627	-	5.551.490

d) Composição da carteira de derivativos de crédito

	31.12.2019			31.12.2018		
	Valor referencial	Valor de custo	Valor justo	Valor referencial	Valor de custo	Valor justo
Swap de Crédito						
Risco recebido	264.011	(425)	(197)	118.181	(5.598)	(3.776)
Risco transferido	60.461	846	651	-	-	-
Por indexador						
Posição Ativa – Pré-fixado	261.996	1.210	1.147	-	-	-
Posição Passiva – Pré-fixado	62.476	(789)	(693)	118.181	(5.598)	(3.776)

Para a venda de proteção é aprovado limite de crédito, tanto para o cliente risco quanto para a contraparte, conforme as alçadas e fóruns dos comitês de crédito. Aloca-se limite de crédito para o cliente risco pelo valor de referência (notional) do derivativo, considerando os valores depositados em garantia.

Para a compra de proteção, opera-se em carteira de trading com cliente risco soberano. Nesse caso, considera-se a exposição potencial futura para alocar limite da contraparte. A carteira de derivativos de crédito gerou impactos na Parcela Referente às Exposições Ponderadas por Fator de Risco (PRMR), para apuração do Índice de Basileia no montante de R\$ 2.843 (R\$ 1.178 em 31 de dezembro de 2018).

e) Composição da margem dada em garantia de operações com instrumentos financeiros derivativos e outras operações liquidadas em câmaras ou prestadores de serviços de compensação e liquidação

	31.12.2019	31.12.2018
Letras Financeiras do Tesouro	80.712	186.547
Notas do Tesouro Nacional	291.294	-
Letras do Tesouro Nacional	17.946	318.597
Cotas do Fundo de Investimento Liquidez da Câmara B3	48.109	48.379
Outros	55.084	44.435
Total	493.145	597.958

f) Instrumentos financeiros derivativos segregados em corrente e não corrente

	31.12.2019			31.12.2018		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Ativo						
Operações de termo	264.852	-	264.852	1.740.620	-	1.740.620
Mercado de opções	379.377	242.598	621.975	168.515	626.912	795.427
Contratos de swaps	743.410	1.041.046	1.784.456	239.515	1.274.501	1.514.016
Non Deliverable Forward - Moeda estrangeira	64.800	94	64.894	125.375	4.815	130.190
<i>Derivativos de crédito</i>	454	691	1.145	-	-	-
Credit linked notes	-	-	-	-	18	18
Total	1.452.893	1.284.429	2.737.322	2.274.025	1.906.246	4.180.271
Passivo						
Operações de termo	(264.288)	-	(264.288)	(1.738.817)	-	(1.738.817)
Mercado de opções	(425.010)	(270.099)	(695.109)	(236.918)	(670.719)	(907.637)
Contratos de swaps	(836.693)	(1.024.771)	(1.861.464)	(324.976)	(1.068.094)	(1.393.070)
Non Deliverable Forward - Moeda estrangeira	(98.343)	(14.665)	(113.008)	(81.524)	(4.693)	(86.217)
<i>Derivativos de crédito</i>	-	(693)	(693)	-	(3.776)	(3.776)
Total	(1.624.334)	(1.310.228)	(2.934.562)	(2.382.235)	(1.747.282)	(4.129.517)

g) Composição da carteira de derivativos designados para hedge accounting

O Conglomerado utiliza relações de *Hedge* dos tipos: *Hedge* de Valor Justo e *Hedge* de Fluxo de Caixa.

Essas estratégias são realizadas nas seguintes categorias de riscos:

- Risco de taxas de juros; e
- Risco cambial.

Os riscos protegidos e os seus limites são definidos em comitê. O Conglomerado protege na totalidade seus riscos, na extensão do prazo das operações. Eventualmente, a proteção é realizada até o prazo limite do instrumento de hedge.

O Conglomerado determina a relação entre os instrumentos e objetos de *hedge* de forma que se espere que o valor de mercado desses instrumentos se movam em sentidos opostos e nas mesmas proporções.

O índice de *hedge* estabelecido é sempre de 100% do risco protegido. As fontes de inefetividade são devido a descasamentos de prazos entre os instrumentos e objetos de *hedge*.

Para as operações de crédito e a respectiva provisão para perdas por redução ao valor recuperável é utilizada para ajustar o resultado de efetividade, de forma a excluir os efeitos oriundos dessas provisões, dado que o risco de crédito não é objeto de *hedge*.

Dado que o Conglomerado optou em continuar utilizando os requerimentos estabelecidos no IAS 39 (IFRS 9 – parágrafo BC6.104) as operações de hedge foram avaliadas como efetivas, cuja comprovação da efetividade do hedge corresponde ao intervalo de 80% a 125%. O Conglomerado não utiliza o método qualitativo para avaliar a eficácia das estratégias.

Hedge de valor justo

O Conglomerado, para se proteger de eventuais oscilações nas taxas de juros e de câmbio dos seus instrumentos financeiros, contratou operações de derivativos para compensar os riscos decorrentes das exposições às variações no valor justo, da seguinte maneira:

- *Hedge* de ativos financeiros com acordo de revenda (operações compromissadas) indexado com risco em taxa pré-fixada são protegidos com contratos de futuro DI;
- *Hedge* de operações de crédito com risco em taxa pré-fixada/variação cambial são protegidos com contratos futuros de DI, DDI e *libor*; e
- *Hedge* de dívida subordinada indexada com risco em variação cambial são protegidos com contratos futuros de DDI e contratos de *swap*.

Banco Votorantim S.A.
Demonstrações Contábeis consolidadas em IFRS
em 31 de dezembro de 2019
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Itens objeto de <i>hedge</i>	Rubrica do balanço	31.12.2019				
		Valor contábil do objeto de <i>hedge</i>		Ajuste ao valor justo do objeto de <i>hedge</i>		Valor base para calcular a inefetividade de <i>hedge</i> ⁽¹⁾
		Ativos	Passivos	Ativos	Passivos	
Risco de taxa de juros						
<i>Hedge</i> de operações compromissadas	Ativos financeiros com acordo de revenda	1.877.581	-	318	-	147.384
<i>Hedge</i> de operações de crédito	Op. de crédito e arrendamento mercantil financeiro	18.629.515	-	327.639	-	1.228.392
Risco de variação cambial						
<i>Hedge</i> de operações de crédito	Op. de crédito e arrendamento mercantil financeiro	33.280	-	(101)	-	4.517
Total		20.540.376	-	327.856	-	1.380.293
		31.12.2018				
Risco de taxa de juros						
<i>Hedge</i> de operações compromissadas	Ativos financeiros com acordo de revenda	3.598.021	-	714	-	392.758
<i>Hedge</i> de operações de crédito	Op. de crédito e arrendamento mercantil financeiro	11.755.831	-	272.624	-	1.218.368
Risco de variação cambial						
<i>Hedge</i> de operações de crédito	Op. de crédito e arrendamento mercantil financeiro	455.548	-	(11.828)	-	129.103
<i>Hedge</i> de dívida subordinada ⁽²⁾	Passivos financeiros ao custo amortizado	-	-	-	-	(558.764)
Total		15.809.400	-	261.510	-	1.181.465

⁽¹⁾ Alterações no valor do item objeto de *hedge* que confrontadas com as alterações no valor justo do instrumento de *hedge* resultam no montante de inefetividade do *hedge*.

⁽²⁾ No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, essas operações deixaram de ser qualificadas como *hedge* de valor justo.

Para as estratégias de operações compromissadas e operações de crédito, o Conglomerado reestabelece a relação de cobertura dado que tanto o item protegido quanto os instrumentos são redimensionados ao longo da vida da carteira objeto de *hedge*. Isso ocorre por se tratarem de estratégias de portfólio, refletindo as diretrizes de estratégia de gerenciamento de risco aprovadas por alçada competente.

Instrumentos de <i>Hedge</i> ⁽²⁾	31.12.2019			
	Valor contábil		Valor base para calcular a inefetividade de hedge ⁽¹⁾	Inefetividade de <i>Hedge</i> Reconhecida no Resultado
	Ativos	Passivos		
Risco de taxa de juros				
Futuro DI	-	20.489.371	(1.376.080)	(304)
Risco de variação cambial				
Futuro DDI	-	-	(830)	10
Futuro <i>libor</i>	-	-	(3.397)	280
Total	-	20.489.371	(1.380.307)	(14)
	31.12.2018			
Risco de taxa de juros				
Futuro DI	-	15.643.776	(1.604.070)	7.056
Risco de variação cambial				
Futuro DDI	-	-	428.376	(3.004)
Futuro <i>libor</i>	-	3.393.573	(1.357)	362
Total	-	19.037.349	(1.177.051)	4.414

⁽¹⁾ Alterações no valor justo do instrumento de *hedge* que confrontadas com as alterações no valor do item objeto de *hedge* resultam no montante de inefetividade do *hedge*.

⁽²⁾ Os instrumentos de *hedge* estão alocados nas respectivas rubricas de ativos / passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado - Derivativos do Balanço.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2019, algumas operações deixaram de ser qualificadas como *hedge* de valor justo e o saldo correspondente ao ajuste ao valor justo do item objeto de *hedge* existente na data do encerramento do *hedge* contábil passou a ser diferido (exceto para os casos de liquidação antecipada do objeto) pelo prazo contratual dessas operações cujo efeito no resultado no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 31.594 líquido dos efeitos tributários e no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 720 líquido dos efeitos tributários, apresentado na rubrica "Resultado com instrumentos financeiros derivativos".

Hedge de fluxo de caixa

Para proteger os fluxos de caixa futuros de pagamentos contra a exposição à taxa de juros variável (CDI), o Conglomerado negociou contratos de Futuro DI na B3.

Para proteger os fluxos de desembolsos futuros sobre títulos emitidos no exterior contra a exposição ao risco cambial (USD), o Conglomerado negociou contratos de Swap em mercado de balcão, registrados na B3.

Banco Votorantim S.A.
Demonstrações Contábeis consolidadas em IFRS
em 31 de dezembro de 2019
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Itens objeto de hedge	Rubrica do balanço	31.12.2019		
		Valor contábil	Valor base para calcular a inefetividade de hedge ⁽¹⁾	Reserva de hedge de fluxo de caixa
		Passivos		
Risco de taxa de juros				
Hedge de letras financeiras	Passivos financeiros ao custo amortizado	12.010.105	317.005	(142.538)
Hedge de letras financeiras subordinadas - Instrumentos de dívidas elegíveis a capital	Passivos financeiros ao custo amortizado	704.888	59.640	(31.138)
Risco de variação cambial				
Hedge de bônus perpétuos - Passivos subordinados	Passivos financeiros ao custo amortizado	1.216.494	(178.579)	(57.358)
Total		13.931.487	198.066	(231.034)
31.12.2018				
Risco de taxa de juros				
Hedge de depósitos interfinanceiros	Passivos financeiros ao custo amortizado	883.047	24.847	(20.690)
Hedge de letras financeiras	Passivos financeiros ao custo amortizado	13.601.311	161.046	(98.535)
Hedge de letras financeiras subordinadas - Instrumentos de dívidas elegíveis a capital	Passivos financeiros ao custo amortizado	806.016	29.156	(16.041)
Risco de variação cambial				
Hedge de bônus perpétuos - Passivos subordinados	Passivos financeiros ao custo amortizado	1.169.442	(157.829)	(30.757)
Total		16.459.816	57.220	(166.023)

⁽¹⁾ Alterações no valor do item objeto de hedge que confrontadas com as alterações no valor justo do instrumento de hedge resultam no montante de inefetividade do hedge.

Instrumentos de hedge ⁽¹⁾	31.12.2019				
	Valor contábil		Valor base para calcular a inefetividade de hedge ⁽²⁾	Variação no valor do instrumento de hedge reconhecido em ORA	Inefetividade de hedge reconhecida no resultado
	Ativos	Passivos			
Risco de taxa de juros					
Futuros	-	12.820.188	(370.400)	(38.410)	(65)
Risco de variação cambial					
Swap	175.326	-	180.884	(26.601)	(3.188)
Total	175.326	12.820.188	(189.516)	(65.011)	(3.253)
31.12.2018					
Risco de taxa de juros					
Futuros	-	15.196.206	(212.665)	(86.424)	(58)
Risco de variação cambial					
Swap	153.792	-	158.918	(27.272)	(3.965)
Total	153.792	15.196.206	(53.747)	(113.696)	(4.023)

⁽¹⁾ Alterações no valor justo do instrumento de hedge que confrontadas com as alterações no valor do item objeto de hedge resultam no montante de inefetividade do hedge.

⁽²⁾ Os instrumentos de hedge estão alocados na rubrica de Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado - Derivativos do Balanço.

A parcela efetiva é reconhecida no Patrimônio Líquido em Outros Resultados Abrangentes e a parcela inefetiva é reconhecida na Demonstração de Resultado em Resultado com instrumentos financeiros derivativos.

O valor bruto acumulado em Outros Resultados Abrangentes referente a estratégias descontinuadas é de R\$ (105.739) e o montante dessa reserva que afetou o resultado bruto do período é de R\$ (29.684).

h) Resultado com instrumentos financeiros derivativos

	Exercício/ 2019	Exercício/ 2018
Contratos de swap	190.113	(79.118)
Contratos a termo	4.431	1.780
Contratos de futuros	(1.322.414)	(1.021.824)
Contratos de opções	(2.527)	(29.632)
Contratos de <i>Non Deliverable Forward</i>	54.400	323.677
Derivativos de crédito	8.587	4.723
<i>Credit Linked Notes</i>	-	100
Resultado com variação cambial sobre investimentos no exterior	47.489	268.500
Total	(1.019.921)	(531.794)

12. ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS PELO CUSTO AMORTIZADO - OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DE ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO

a) Composição das operações

	Nota	31.12.2019	31.12.2018
Operações de crédito		55.250.805	50.032.494
Empréstimos a pessoas físicas		534.883	191.183
Crédito consignado		1.312.767	2.037.568
Financiamentos de veículos		39.211.044	33.807.343
Cartão de crédito		2.784.613	2.293.342
Empréstimos e financiamentos - Corporate		4.282.547	3.438.428
Empréstimos e financiamentos - Large Corporate		7.124.951	8.264.630
Operações de arrendamento mercantil financeiro	12d	97.677	191.718
Total de operações de crédito e de arrendamento mercantil financeiro (saldo bruto)		55.348.482	50.224.212
Provisão para perdas por redução ao valor recuperável	12f	(5.739.044)	(4.684.463)
Ajuste ao valor justo	12a.1	327.538	260.796
Custos associados		692.979	584.526
Total de operações de crédito e de arrendamento mercantil financeiro (saldo líquido)		50.629.955	46.385.071

a.1) Composição do ajuste ao valor justo

Os valores que compõem o saldo de ajuste a valor justo referem-se à valorização das carteiras de operações de crédito e de arrendamento mercantil financeiro que são objetos de hedge e fazem parte de estruturas de hedge accounting.

	31.12.2019	31.12.2018
Empréstimos	6.568	(7.893)
Financiamentos de veículos	321.082	268.692
Financiamentos a exportação	(101)	-
Outros	(11)	(3)
Total	327.538	260.796

b) Carteira por setores de atividade econômica

A exposição máxima ao risco de crédito para operações de crédito com características de concessão de crédito na data das Demonstrações Contábeis consolidadas por setor de atividade econômica é de:

	31.12.2019	%	31.12.2018	%
Setor Público	-	0,00%	456.981	0,91%
Governo	-	0,00%	456.981	0,91%
Administração pública	-	0,00%	456.981	0,91%
Setor Privado	55.348.482	100,00%	49.767.231	99,09%
Pessoa Física ⁽¹⁾	42.881.930	77,48%	37.648.162	74,96%
Pessoa Jurídica	12.466.552	22,52%	12.119.069	24,13%
Agronegócio de origem animal	351.227	0,63%	410.270	0,82%
Agronegócio de origem vegetal	151.702	0,27%	171.514	0,34%
Atividades específicas da construção	77.146	0,14%	63.057	0,13%
Automotivo	61.564	0,11%	60.596	0,12%
Comércio atacadista e indústrias diversas	4.626.748	8,36%	4.678.966	9,32%
Comércio varejista	1.121.604	2,03%	1.415.871	2,82%
Construção pesada	7.632	0,01%	2.733	0,01%
Eletroeletrônico	27	0,00%	85	0,00%
Energia elétrica	131.693	0,24%	136.113	0,27%
Imobiliário	84.142	0,15%	117.907	0,23%
Instituições e serviços financeiros	576.200	1,04%	761.749	1,52%
Madeireiro e moveleiro	18.990	0,03%	21.551	0,04%
Mineração e metalurgia	103.422	0,19%	14.830	0,03%
Papel e celulose	129.499	0,23%	90.006	0,18%
Químico	128.462	0,23%	55.037	0,11%
Serviços	3.566.698	6,44%	2.617.075	5,21%
Telecomunicações	102.406	0,19%	217.237	0,43%
Têxtil e confecções	124.601	0,23%	65.900	0,13%
Transportes	941.880	1,70%	963.345	1,92%
Demais atividades	160.909	0,29%	255.227	0,51%
Total	55.348.482	100,00%	50.224.212	100,00%

⁽¹⁾ Incluem operações de crédito com os setores de agronegócio e outros setores de atividade econômica realizada com pessoas físicas.

c) Carteira por prazos de vencimento

O fluxo de vencimento das parcelas da carteira de operações de crédito e de arrendamento mercantil financeiro existente na data das Demonstrações Contábeis, é de:

Banco Votorantim S.A.
Demonstrações Contábeis consolidadas em IFRS
em 31 de dezembro de 2019
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	31.12.2019	31.12.2018
Vencidas a partir de 1 dia de atraso	3.720.990	3.018.658
A vencer em até 3 meses	8.831.770	8.664.715
A vencer de 3 a 12 meses	16.629.674	14.960.449
A vencer acima de 1 ano	26.166.048	23.580.390
Total de operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro	55.348.482	50.224.212

A exposição máxima ao risco de crédito para operações de crédito e de arrendamento mercantil financeiro na data das Demonstrações Contábeis, por concentração de risco, é de:

	31.12.2019	% da carteira	31.12.2018	% da carteira
Maior devedor	670.316	1,21%	674.314	1,34%
10 Maiores devedores	2.677.503	4,84%	3.352.681	6,68%
20 Maiores devedores	3.778.953	6,83%	4.664.988	9,29%
50 Maiores devedores	5.942.503	10,74%	7.037.941	14,01%
100 Maiores devedores	7.977.849	14,41%	9.027.102	17,97%

d) Informações sobre leasing financeiro

A carteira de operações de arrendamento mercantil financeiro segregada pelo seu vencimento está apresentada da seguinte forma:

	31.12.2019			31.12.2018		
	Pagamentos mínimos futuros	Rendas a apropriar	Valor presente	Pagamentos mínimos futuros	Rendas a apropriar	Valor presente
Até 1 ano	83.052	(42.793)	40.259	288.341	(150.147)	138.194
Entre 1 e 5 anos	118.448	(61.030)	57.418	111.650	(58.126)	53.524
Total	201.500	(103.823)	97.677	399.991	(208.273)	191.718

Os 10 acordos relevantes de leasing financeiro representam aproximadamente 27,1% da carteira em 31 de dezembro de 2019 (13,4% da carteira em 31 de dezembro de 2018).

e) Valor contábil bruto (operações de crédito e de arrendamento mercantil financeiro)

Reconciliação do valor contábil bruto, segregado por estágios:

Estágio 1	Saldo em 31/12/2018	Transferência do estágio 2	Transferência do estágio 3	Transferência para estágio 2	Transferência para estágio 3	Concessões / (Liquidações)	Saldo em 31/12/2019
Operações de crédito	43.878.970	377.223	53.519	(1.447.947)	(1.365.125)	6.540.460	48.037.100
Empréstimos a pessoas físicas	150.910	1.372	52	(3.552)	(18.157)	311.718	442.343
Crédito consignado	1.785.254	1.686	2.045	(24.974)	(124.124)	(561.532)	1.078.355
Financiamentos de veículos	30.445.023	322.250	32.922	(1.388.841)	(1.136.179)	6.894.375	35.169.550
Cartão de crédito	1.769.179	5.377	18.500	(17.156)	(5.423)	420.572	2.191.049
Empréstimos e financiamentos - <i>Corporate</i>	2.854.127	-	-	(12.360)	(81.242)	991.971	3.752.496
Empréstimos e financiamentos - <i>Large Corporate</i>	6.874.477	46.538	-	(1.064)	-	(1.516.644)	5.403.307
Operações de arrendamento mercantil financeiro	191.718	-	-	(17.487)	-	(94.041)	80.190
Total	44.070.688	377.223	53.519	(1.465.434)	(1.365.125)	6.446.419	48.117.290

Estágio 2	Saldo em 31/12/2018	Transferência do estágio 1	Transferência do estágio 3	Transferência para estágio 1	Transferência para estágio 3	Concessões / (Liquidações)	Saldo em 31/12/2019
Operações de crédito	2.388.372	1.447.947	24.301	(377.223)	(529.470)	(457.528)	2.496.399
Empréstimos a pessoas físicas	17.609	3.552	8	(1.372)	(3.432)	24.774	41.139
Crédito consignado	83.239	24.974	1.014	(1.686)	(13.146)	(35.959)	58.436
Financiamentos de veículos	1.634.053	1.388.841	22.647	(322.250)	(388.014)	(289.213)	2.046.064
Cartão de crédito	138.774	17.156	632	(5.377)	(10.773)	16.388	156.800
Empréstimos e financiamentos - <i>Corporate</i>	167.715	12.360	-	-	(36.045)	(113.503)	30.527
Empréstimos e financiamentos - <i>Large Corporate</i>	346.982	1.064	-	(46.538)	(78.060)	(60.015)	163.433
Operações de arrendamento mercantil financeiro	-	17.487	-	-	-	-	17.487
Total	2.388.372	1.465.434	24.301	(377.223)	(529.470)	(457.528)	2.513.886

Banco Votorantim S.A.
Demonstrações Contábeis consolidadas em IFRS
em 31 de dezembro de 2019

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Estágio 3	Saldo em 31/12/2018	Transferência do estágio 1	Transferência do estágio 2	Transferência para estágio 1	Transferência para estágio 2	Write off	Concessões / (Liquidações) ⁽¹⁾	Saldo em 31/12/2019
Operações de crédito	3.765.152	1.365.125	529.470	(53.519)	(24.301)	(1.982.977)	1.118.356	4.717.306
Empréstimos a pessoas físicas	22.664	18.157	3.432	(52)	(8)	(30.919)	38.127	51.401
Crédito consignado	169.075	124.124	13.146	(2.045)	(1.014)	(154.371)	27.061	175.976
Financiamentos de veículos	1.728.267	1.136.179	388.014	(32.922)	(22.647)	(1.372.396)	170.935	1.995.430
Cartão de crédito	385.389	5.423	10.773	(18.500)	(632)	(288.624)	342.935	436.764
Empréstimos e financiamentos - <i>Corporate</i>	416.586	81.242	36.045	-	-	(38.694)	4.345	499.524
Empréstimos e financiamentos - <i>Large Corporate</i>	1.043.171	-	78.060	-	-	(97.973)	534.953	1.558.211
Operações de arrendamento mercantil financeiro	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	3.765.152	1.365.125	529.470	(53.519)	(24.301)	(1.982.977)	1.118.356	4.717.306

⁽¹⁾ Inclui reestruturação de ativos.

Resumo dos 3 estágios	Saldo em 31/12/2018	Transf. entre estágios	Write off	Concessões / (Liquidações)	Saldo em 31/12/2019
Por operação:					
Operações de crédito	50.032.494	-	(1.982.977)	7.201.288	55.250.805
Empréstimos a pessoas físicas	191.183	-	(30.919)	374.619	534.883
Crédito consignado	2.037.568	-	(154.371)	(570.430)	1.312.767
Financiamentos de veículos	33.807.343	-	(1.372.396)	6.776.097	39.211.044
Cartão de crédito	2.293.342	-	(288.624)	779.895	2.784.613
Empréstimos e financiamentos - <i>Corporate</i>	3.438.428	-	(38.694)	882.813	4.282.547
Empréstimos e financiamentos - <i>Large Corporate</i>	8.264.630	-	(97.973)	(1.041.706)	7.124.951
Operações de arrendamento mercantil financeiro	191.718	-	-	(94.041)	97.677
Total	50.224.212	-	(1.982.977)	7.107.247	55.348.482
Por estágio:					
Estágio 1	44.070.688	(2.399.817)	-	6.446.419	48.117.290
Estágio 2	2.388.372	583.042	-	(457.528)	2.513.886
Estágio 3	3.765.152	1.816.775	(1.982.977)	1.118.356	4.717.306
Total	50.224.212	-	(1.982.977)	7.107.247	55.348.482

f) Perda Esperada

Reconciliação da perda esperada ⁽¹⁾, segregada por estágios:

Estágio 1	Saldo em 31/12/2018	Transferência do estágio 2	Transferência do estágio 3	Transferência para estágio 2	Transferência para estágio 3	(Constituição) / Reversão	Saldo em 31/12/2019
Operações de crédito	(1.228.453)	(26.143)	(36.080)	140.909	230.554	(400.286)	(1.319.499)
Empréstimos a pessoas físicas	(13.592)	(43)	(43)	310	2.050	(25.351)	(36.669)
Crédito consignado	(49.286)	(1.811)	(1.811)	7.698	4.013	3.179	(38.018)
Financiamentos de veículos	(852.191)	(21.091)	(21.091)	129.726	152.515	(255.775)	(867.907)
Cartão de crédito	(199.126)	(2.354)	(13.135)	2.648	1.249	(48.631)	(259.349)
Empréstimos e financiamentos - <i>Corporate</i>	(17.838)	-	-	513	70.727	(85.063)	(31.661)
Empréstimos e financiamentos - <i>Large Corporate</i>	(96.420)	(844)	-	14	-	11.355	(85.895)
Operações de arrendamento mercantil financeiro	(666)	-	-	322	-	(131)	(475)
Total	(1.229.119)	(26.143)	(36.080)	141.231	230.554	(400.417)	(1.319.974)
Estágio 2	Saldo em 31/12/2018	Transferência do estágio 1	Transferência do estágio 3	Transferência para estágio 1	Transferência para estágio 3	(Constituição) / Reversão	Saldo em 31/12/2019
Operações de crédito	(758.936)	(140.909)	(15.834)	26.143	301.688	(321.222)	(909.070)
Empréstimos a pessoas físicas	(10.392)	(310)	(7)	43	133	(13.798)	(24.331)
Crédito consignado	(17.897)	(7.698)	(866)	1.811	21.078	(9.406)	(12.978)
Financiamentos de veículos	(618.927)	(129.726)	(14.512)	21.091	210.697	(242.279)	(773.656)
Cartão de crédito	(68.692)	(2.648)	(449)	2.354	6.743	(18.026)	(80.718)
Empréstimos e financiamentos - <i>Corporate</i>	(8.014)	(513)	-	-	6.412	1.232	(883)
Empréstimos e financiamentos - <i>Large Corporate</i>	(35.014)	(14)	-	844	56.625	(38.945)	(16.504)
Operações de arrendamento mercantil financeiro	-	(322)	-	-	-	-	(322)
Total	(758.936)	(141.231)	(15.834)	26.143	301.688	(321.222)	(909.392)

Estágio 3	Saldo em 31/12/2018	Transferência do estágio 1	Transferência do estágio 2	Transferência para estágio 1	Transferência para estágio 2	Write off	(Constituição) / Reversão	Saldo em 31/12/2019
Operações de crédito	(2.696.408)	(230.554)	(301.688)	36.080	15.834	1.949.177	(2.282.119)	(3.509.678)
Empréstimos a pessoas físicas	(18.584)	(2.050)	(133)	43	7	30.919	(52.350)	(42.148)
Crédito consignado	(149.345)	(4.013)	(21.078)	1.811	866	154.371	(138.458)	(155.846)
Financiamentos de veículos	(1.107.708)	(152.515)	(210.697)	21.091	14.512	1.375.251	(1.218.422)	(1.278.488)
Cartão de crédito	(273.627)	(1.249)	(6.743)	13.135	449	288.624	(330.693)	(310.104)
Empréstimos e financiamentos - <i>Corporate</i>	(334.888)	(70.727)	(6.412)	-	-	28.943	(11.860)	(394.944)
Empréstimos e financiamentos - <i>Large Corporate</i>	(812.256)	-	(56.625)	-	-	71.069	(530.336)	(1.328.148)
Operações de arrendamento mercantil financeiro	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	(2.696.408)	(230.554)	(301.688)	36.080	15.834	1.949.177	(2.282.119)	(3.509.678)

Resumo dos 3 estágios	Saldo em 31/12/2018	Transf. entre estágios	Write off	(Constituição) / Reversão	Saldo em 31/12/2019
Por operação:					
Operações de crédito	(4.683.797)	-	1.949.177	(3.003.627)	(5.738.247)
Empréstimos a pessoas físicas	(42.568)	-	30.919	(91.499)	(103.148)
Crédito consignado	(216.528)	-	154.371	(144.685)	(206.842)
Financiamentos de veículos	(2.578.826)	-	1.375.251	(1.716.476)	(2.920.051)
Cartão de crédito	(541.445)	-	288.624	(397.350)	(650.171)
Empréstimos e financiamentos - <i>Corporate</i>	(360.740)	-	28.943	(95.691)	(427.488)
Empréstimos e financiamentos - <i>Large Corporate</i>	(943.690)	-	71.069	(557.926)	(1.430.547)
Operações de arrendamento mercantil financeiro	(666)	-	-	(131)	(797)
Total	(4.684.463)	-	1.949.177	(3.003.758)	(5.739.044)
Por estágio:					
Estágio 1	(1.229.119)	309.562	-	(400.417)	(1.319.974)
Estágio 2	(758.936)	170.766	-	(321.222)	(909.392)
Estágio 3	(2.696.408)	(480.328)	1.949.177	(2.282.119)	(3.509.678)
Total	(4.684.463)	-	1.949.177	(3.003.758)	(5.739.044)

⁽¹⁾ Inclui provisão para carteira *off balance*.

13. ATIVOS FINANCEIROS - APLICAÇÕES EM DEPÓSITOS INTERFINANCEIROS

	31.12.2019	31.12.2018
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado		
Aplicação em depósitos interfinanceiros ⁽¹⁾	250.491	411.537
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		
Aplicação em depósitos interfinanceiros ⁽¹⁾	-	2.325
Total	250.491	413.862

⁽¹⁾ Referem-se a operações com prazo original superior a 90 dias, que não se enquadram como Caixa e equivalentes de caixa.

14. ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS PELO CUSTO AMORTIZADO - ATIVOS FINANCEIROS COM ACORDO DE REVENDA

	31.12.2019		31.12.2018	
	Valor contábil	Valor Justo da Garantia	Valor contábil	Valor Justo da Garantia
Revendas a liquidar - Posição bancada	533.888	708.987	1.684.625	1.543.526
Letras do Tesouro Nacional	119.825	119.225	167.030	170.227
Notas do Tesouro Nacional	237.876	413.575	1.421.686	1.277.390
Títulos da Dívida Externa Brasileira	176.187	176.187	95.909	95.909
Revendas a liquidar - Posição financiada	966.389	972.258	7.335.973	8.505.342
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	1.481.286	1.483.474
Letras do Tesouro Nacional	966.389	972.258	4.097.249	4.223.989
Notas do Tesouro Nacional	-	-	1.757.438	2.797.880
Revendas a liquidar - Posição vendida	781.226	784.039	1.639.926	2.304.187
Letras do Tesouro Nacional	36.684	36.408	1.207.914	1.759.492
Notas do Tesouro Nacional	744.542	747.632	432.012	544.695
Total	2.281.503	2.465.284	10.660.524	12.353.055

15. ATIVOS NÃO FINANCEIROS MANTIDOS PARA VENDA**a) Composição de ativos não financeiros mantidos para venda**

Os ativos não correntes mantidos para a venda referem-se, principalmente, a imóveis não de uso (i) adjudicados, recebidos em dação em pagamento ou por qualquer outra forma recepcionados para a liquidação ou amortização de dívidas; (ii) imóveis construídos por sociedades investidas de propósitos específicos e destinados para a venda; e (iii) participações em empreendimentos imobiliários mantidos para venda.

	31.12.2019	31.12.2018
Imóveis	305.817	484.017
Veículos	91.754	68.014
Máquinas e equipamentos	5.849	1.289
Participação em empreendimentos imobiliários	128.730	23.236
Total ⁽¹⁾	532.150	576.556

⁽¹⁾ Valor contábil líquido de provisões.

b) Resultado na alienação de ativos não financeiros mantidos para a venda

	31.12.2019	31.12.2018
Imóveis	(1.709)	(7.588)
Participação em empreendimentos imobiliários	-	100.943
Veículos	(11.691)	(6.541)
Máquinas e equipamentos	665	(540)
Outros	-	32
Total	(12.735)	86.306

16. PARTICIPAÇÃO EM COLIGADAS E ENTIDADES CONTROLADAS EM CONJUNTO**a) Movimentações nas participações coligadas e controladas em conjunto**

	31.12.2018	Movimentação do exercício de 2019		31.12.2019	Exercício/2018
	Valor do investimento	Dividendos/Outros eventos	Resultado equivalência ⁽¹⁾	Valor do investimento	Resultado equivalência ⁽¹⁾
Coligadas da BVEP	258.834	(235.920)	1.111	24.025	23.776
Controladas em conjunto da BVEP	41.179	(22.623)	8.005	26.561	2.655
Ágio na aquisição e imparidade (Nota 16c)	83.386	(25.779)	(28.730)	28.877	(40.291)
Total	383.399	(284.322)	(19.614)	79.463	(13.860)

⁽¹⁾ Inclui os efeitos da amortização dos ajustes de valor justo originários de aquisições.

b) Composição da remuneração do capital das empresas coligadas

	Exercício/2019		Exercício/ 2018
	Pagamento através do lucro do período	Total	
	Dividendos		
Coligadas da BVEP	27.475	27.475	51.644
Total	27.475	27.475	51.644

c) Posição patrimonial de ágio e imparidade

	Ágio		Imparidade	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Controladas do Banco BV	27.922	68.659	-	(25.250)
Atenas SP 02	27.922	68.659	-	(25.250)
Coligadas da BVEP	-	51.529	(2.334)	(26.888)
Controladas em conjunto da BVEP	1.698	23.344	(1.535)	(1.246)
Controladas da BVEP	6.121	923	(2.995)	(7.685)
Total	35.741	144.455	(6.864)	(61.069)

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Informações financeiras resumidas das coligadas e controladas em conjunto nas Demonstrações Contábeis consolidadas

	31.12.2019		31.12.2018	
	Coligadas da BVEP	Controladas em conjunto da BVEP	Coligadas da BVEP	Controladas em conjunto da BVEP
Ativo Total ⁽¹⁾	141.416	128.998	920.865	277.667
Passivo Total ⁽¹⁾	141.416	128.998	920.865	277.667
Passivo	91.640	57.496	226.828	149.817
Patrimônio Líquido	49.776	71.502	694.037	127.850
	Exercício/2019	Exercício/2018		
Resultado do período	7.469	12.899	28.872	6.957

⁽¹⁾ As informações de ativos e passivos não estão ajustadas pelos percentuais detidos direta ou indiretamente pelo Banco BV.

17. OUTROS ATIVOS

	31.12.2019	31.12.2018
Outros ativos financeiros	992.465	181.136
Relações com correspondentes	39	89
Outros créditos e rendas a receber	131.938	46.043
Transações de cartão de crédito	44.845	14.358
Valores a receber de liquidações de títulos no exterior	14.042	45
Outros créditos para negociação e intermediação de valores	140.697	84.895
Câmbio comprado a liquidar	455.240	-
Direitos sobre vendas de câmbio	155.119	-
Outros	50.545	35.706
Outros ativos	843.741	1.975.532
Devedores diversos - Câmbio	-	892.347
Devedores diversos - No País	28.060	107.382
Adiantamentos e antecipações salariais	458	3.364
Adiantamentos a fornecedores	4.859	1.898
Devedores por depósitos em garantia - Contingências (Nota 25g)	714.856	660.403
Devedores por depósitos em garantia - Outros	814	72
Despesas antecipadas de seguros	4.720	5.486
Despesas antecipadas de processamento de dados	14.971	12.202
Despesas antecipadas de serviços técnicos especializados	6.919	2.806
Despesas antecipadas de serviços do sistema financeiro	3.023	2.778
Investimento por incentivos fiscais ⁽¹⁾	-	37.822
Outros	65.061	248.972
Total ⁽²⁾	1.836.206	2.156.668

⁽¹⁾ Valor contábil líquido de provisões.

⁽²⁾ A partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 passamos a apresentar em Outros ativos financeiros os direitos sobre operações de câmbio e demais pagamentos, recebimentos e outros créditos junto ao sistema financeiro a liquidar.

18. ATIVO IMOBILIZADO (ATIVOS TANGÍVEIS)

	31.12.2018	Exercício/2019		31.12.2019		
	Saldo contábil	Movimen- tações	Depreciação	Valor de custo	Depreciação acumulada	Saldo contábil
Instalações	61.388	5.103	(15.316)	141.966	(90.791)	51.175
Móveis e equipamentos de uso	12.092	1.647	(3.313)	46.966	(36.540)	10.426
Sistema de comunicação	2.879	370	(1.011)	16.480	(14.242)	2.238
Sistema de processamento de dados	32.242	11.027	(13.296)	157.229	(127.256)	29.973
Sistema de segurança	178	69	(59)	2.702	(2.514)	188
Sistema de transporte	309	208	(101)	1.080	(664)	416
Total	109.088	18.424	(33.096)	366.423	(272.007)	94.416

19. ATIVOS INTANGÍVEIS

a) Movimentação e Composição

	31.12.2018	Exercício/2019		31.12.2019			
	Saldo contábil	Movimen- tações	Amortização	Valor de custo	Amortiz. acumul.	Imparidade acumulada	Saldo contábil
Software adquiridos	17.148	2.023	(4.188)	43.607	(28.624)	-	14.983
Licenças e direitos de uso ⁽¹⁾	47.269	198.746	(66.924)	385.087	(205.996)	-	179.091
Acordos por direitos de comercialização	750	10.192	(9.630)	21.966	(20.654)	-	1.312
Softwares desenvolvidos internamente	203.605	11.849	(14.882)	389.535	(38.988)	(149.975)	200.572
Marcas e patentes	-	-	-	1.000	(1.000)	-	-
Total	268.772	222.810	(95.624)	841.195	(295.262)	(149.975)	395.958

⁽¹⁾ Inclui os efeitos de ajustes do IFRS 16.

b) Estimativa de Amortização

	2020	2021	2022	2023	2024	A partir de 2025	Total
Valores a amortizar	109.632	59.874	57.700	56.867	49.283	62.602	395.958

20. PASSIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO - OUTROS PASSIVOS

	31.12.2019			31.12.2018		
	Valor de custo	Valor justo (contábil)	Ganho/ (perda) não realizado	Valor de custo	Valor justo (contábil)	Ganho/ (perda) não realizado
No País						
Operações com acordo de recompra - Livre movimentação	783.003	784.039	1.036	1.734.629	1.755.269	20.640
Obrigações por TVM no exterior	2.019	1.996	(23)	1.941	1.941	-
Total	785.022	786.035	1.013	1.736.570	1.757.210	20.640

21. PASSIVOS FINANCEIROS PELO CUSTO AMORTIZADO

	31.12.2019	31.12.2018
Passivos financeiros com acordo de recompra (Nota 21a)	14.422.052	23.051.159
Passivos financeiros associados a ativos financeiros transferidos (Nota 21b)	4.494.033	5.913.557
Depósitos de instituições financeiras	1.840.080	1.976.280
Depósitos de clientes (Nota 21c)	14.515.633	9.991.625
Obrigações por empréstimos (Nota 21d)	2.127.900	1.970.708
Obrigações por repasses (Nota 21e)	1.450.460	2.003.626
Títulos emitidos (Nota 21f)	32.064.318	29.998.714
Passivos subordinados (Nota 21g)	6.597.168	6.333.595
Outros passivos financeiros (Notas 21h)	2.784.802	-
Total ⁽¹⁾	80.296.446	81.239.264

⁽¹⁾ Inclui operações marcadas a mercado pela estrutura de Hedge Accounting (Nota 11g).

a) Composição de passivos financeiros com acordo de recompra

	31.12.2019	31.12.2018
Carteira própria	13.459.095	15.599.231
Letras do Tesouro Nacional	5.385.396	7.147.627
Notas do Tesouro Nacional	1.378.268	1.739.878
Títulos privados – Debêntures	2.766.114	2.257.268
Letras Financeiras do Tesouro	2.349.160	3.026.728
Títulos privados - Outros	1.580.157	1.427.730
Carteira de terceiros	962.957	7.451.928
Letras do Tesouro Nacional	962.957	4.186.998
Letras Financeiras do Tesouro	-	1.480.874
Notas do Tesouro Nacional	-	1.784.056
Total	14.422.052	23.051.159

b) Passivos financeiros associados a ativos transferidos

	31.12.2019	31.12.2018
Passivos financeiros associados a ativos transferidos (Nota 38)	4.494.033	5.913.557
Total	4.494.033	5.913.557

c) Composição de depósitos de clientes

	31.12.2019	31.12.2018
Depósitos à Vista	242.203	101.398
Pessoas físicas	32.259	21.534
Pessoas jurídicas	209.934	79.849
Vinculados	10	15
Depósitos a Prazo	14.273.430	9.890.227
Moeda nacional	13.898.687	9.635.098
Moeda estrangeira	374.743	255.129
Total	14.515.633	9.991.625

d) Composição de obrigações por empréstimos

	31.12.2019	31.12.2018
No exterior	2.127.900	1.970.708
Tomados junto a banqueiros no exterior	2.074.673	1.955.605
Importação	53.227	15.103
Total	2.127.900	1.970.708

e) Composição de obrigações por repasses

Do País – Instituições Oficiais	Taxas de Remuneração a.a. ⁽¹⁾	31.12.2019	31.12.2018
Tesouro Nacional		146.625	115.396
Pré-fixado	de 5,10% a 7,50% a.a.	142.828	111.061
Pós-fixado	Selic	3.797	4.335
BNDES		522.438	636.882
Pré-fixado	de 0,70% a 5,70% a.a.	88.014	151.745
Pós-fixado	de 1,42% a 1,50% a.a. + IPCA de 0,90% a 4,00% a.a. + TJLP de 2,28% a 2,38% a.a. + Selic	401.295	450.614
Com variação cambial	de 1,80% a 2,30% a.a. + variação cambial	33.129	34.523
FINAME		781.397	1.251.348
Pré-fixado	até 8,50% a.a.	590.135	994.108
Pós-fixado	de 1,60% a 4,00% a.a. + TJLP de 1,42% a 2,33% a.a. + IPCA de 1,70% a 2,56% a.a. + SELIC	190.546	255.126
Com variação cambial	de 1,70% a 2,00% a.a. + variação cambial	716	2.114
Total		1.450.460	2.003.626

⁽¹⁾ As taxas de remuneração referem-se às operações existentes em 31 de dezembro de 2019.

f) Composição de títulos emitidos

Captações	Moeda	Valor Emitido	Remuneração a.a. ⁽¹⁾	Data Captação	Vencto.	31.12.2019	31.12.2018
Debêntures						45.718	155.551
Pré-fixado	R\$	3.334	de 12,50% a 17,34% a.a.	2013	-	-	3.334
Pós-fixado	R\$	45.000	97,00% do DI	2017	2026	45.718	127.484
Pós-fixado	R\$	24.733	de 5,92% a 8,40% a.a. + IPCA	2014	-	-	24.733
Letras de Arrendamento Mercantil						885.780	2.280.492
Pós-fixado	R\$	858.799	de 101,00% a 103,00% do DI	2019	2020	885.780	2.280.492
Letras de Crédito Imobiliário						258.567	450.432
Pré-fixado	R\$	1.340	de 8,39% a 15,04% a.a.	2016	2021	1.634	1.497
Pós-fixado	R\$	222.593	de 92,00% a 100,00% do DI	2016	2022	254.450	446.469
Pós-fixado	R\$	2.000	4,43% a.a.+ IPCA	2017	2021	2.483	2.466
Letras de Crédito do Agronegócio						1.735.854	1.778.267
Pré-fixado	R\$	11.982	de 5,36% a 12,53% a.a.	2015	2021	13.653	19.712
Pós-fixado	R\$	1.597.822	de 90,00% a 100,00% a.a. do DI	2009	2022	1.721.253	1.757.673
Pós-fixado	R\$	834	de 3,91% a 5,99% a.a. +IPCA	2016	2021	948	882
Letras Financeiras						25.081.447	24.804.176
Pré-fixado	R\$	344.319	de 5,97% a 17,63% a.a.	2012	2027	388.617	374.850
Pós-fixado	R\$	22.685.395	de 100,00% a 107,00% a.a. do DI	2016	2024	24.220.838	23.908.963
Pós-fixado	R\$	396.150	de 3,20% a 9,45% a.a.+IPCA	2013	2026	471.992	519.433
Pós-fixado	R\$	-	de 7,02% a 7,43%a.a.+IGP-M	2016	-	-	930
Obrigações por TVM no Exterior						4.056.952	529.796
Pré-fixado	R\$	161.489	1,93% a 15,19% a.a.	2013	2023	161.616	71.494
Pós-fixado	R\$	5.205	90,00% a 98,47% do DI	2019	2020	5.372	9.618
Com variação cambial ⁽²⁾	USD	987.592	até 5,16% a.a. + variação cambial	2015	2024	3.889.964	448.684
Total						32.064.318	29.998.714

⁽¹⁾ As taxas de remuneração referem-se às operações existentes em 31 de dezembro de 2019.

⁽²⁾ Em setembro de 2019, foi realizada a emissão no exterior de USD 850.000 com pagamento de juros semestrais.

g) Composição de passivos subordinados

Captações	Valor emitido	Remuneração a.a. ⁽¹⁾	Ano captação	Ano Vencimento	31.12.2019	31.12.2018
Nota Subordinada					3.097.563	3.028.573
Com variação cambial	USD 740.319	7,38% a.a. + variação cambial	2013	2020	3.097.563	3.028.573
Letras Financeiras Subordinadas					2.287.740	2.141.785
Pré-fixado	103.200	de 11,03% a 17,98% a.a.	2015	2024	181.784	157.264
Pós-fixado	1.006.226	de 1,24% a 2,16% a.a. + CDI	2014	2024	1.446.194	1.352.344
Pós-fixado	339.822	de 100,00% a 120,00% do DI	2010	2030	620.313	595.325
Pós-fixado	27.500	de 5,72% a 9,31% a.a. + IPCA	2016	2023	39.449	36.852
Captações	Valor emitido	Remuneração a.a.	Ano captação		31.12.2019	31.12.2018
Bônus Perpétuos ⁽²⁾					1.211.865	1.163.237
Pré-fixado	USD 300.000	8,25% a.a.	2017		1.211.865	1.163.237
Total					6.597.168	6.333.595

⁽¹⁾ As taxas de remuneração referem-se às operações existentes em 31 de dezembro de 2019.

⁽²⁾ Em 30 de novembro de 2017, foi realizada a emissão no exterior de USD 300.000 com pagamentos de juros semestrais.

Os bonds têm opção de resgate por iniciativa do Banco a partir de Dez/2022 ou em cada pagamento semestral de juros subsequente, desde que autorizado previamente pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Inclui os custos com emissão desses instrumentos, os quais são diferidos pelo prazo contratual, bem como não fazem parte da estrutura de hedge.

h) Composição de outros passivos financeiros

	31.12.2019	31.12.2018
Pagamentos e recebimentos a liquidar	1.642.152	-
Comissões por intermediação de operações a pagar	29.910	-
Operações com cartão de crédito	118.176	-
Obrigações por aquisição de bens e direitos	332	-
Negociação e intermediação de valores	289.542	-
Obrigações pelo direito de uso (IFRS 16)	102.583	-
Câmbio vendido a liquidar	153.229	-
Obrigações por compras de câmbio	448.878	-
Total ⁽¹⁾	2.784.802	-

⁽¹⁾ A partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 passamos a apresentar em Outros passivos financeiros as obrigações sobre operações de câmbio e demais pagamentos, recebimentos e outras obrigações junto ao sistema financeiro a liquidar.

i) Passivos financeiros ao custo amortizado, passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e garantias financeiras prestadas apresentados pelo fluxo de caixa não descontado

	31.12.2019	31.12.2018
Sem vencimento	244.765	316.270
Até 90 dias	25.239.894	33.762.062
De 91 a 360 dias	31.668.344	23.653.292
De 1 a 3 anos	24.014.058	26.830.402
De 3 a 5 anos	5.834.580	4.510.726
Acima de 5 anos	4.228.721	4.517.329
Total	91.230.362	93.590.081

22. OUTROS PASSIVOS

	31.12.2019	31.12.2018
Credores diversos - Câmbio ⁽¹⁾	-	869.411
Pagamentos, recebimentos e outras obrigações junto ao sistema financeiro a liquidar ⁽¹⁾	-	1.719.442
Recursos trânsito terceiros	46.925	75.530
Provisão para participação nos lucros	188.666	174.553
Provisão para despesas de pessoal	430.801	402.362
Provisão para despesas administrativas	234.792	330.153
Provisão para perda com operações <i>off balance</i> e outros riscos (Nota 36a VII)	189.886	300.381
Obrigações legais (Nota 25h)	37.117	29.004
Credores diversos - no país	322.321	172.596
Credores diversos - no exterior	1.341	20.880
Outras obrigações	116.258	101.109
Total	1.568.107	4.195.421

⁽¹⁾ A partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 passamos a apresentar em Outros passivos financeiros as obrigações sobre operações de câmbio e demais pagamentos, recebimentos e outras obrigações junto ao sistema financeiro a liquidar.

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social do Banco Votorantim S.A., totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 8.130.372 (R\$ 8.130.372 em 31 de dezembro de 2018) está representado por 105.391.472.816 ações, sendo 86.229.386.840 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal e 19.162.085.976 ações preferenciais nominativas e sem valor nominal. As ações preferenciais gozam de prioridade no reembolso de capital sem prêmio.

b) Composição das reservas

b.1) Reserva de Capital

A Reserva de Capital está constituída por ágio na subscrição de ações, no montante de R\$ 372.120.

b.2) Reserva de lucros

Reserva legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do Lucro Líquido do período, até atingir o limite de 20% do Capital Social. A Reserva legal poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das Reservas de Capital exceder 30% do Capital Social. A Reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de Capital ou para compensar prejuízos.

Reserva estatutária para expansão

A lei e o Estatuto Social facultam à Administração, no encerramento do período, propor que a parcela do lucro não destinada à Reserva Legal e não distribuída, caso exista, seja destinada para "Reserva Estatutária para Expansão", com a finalidade de fazer frente aos investimentos para expansão dos negócios. Além disso, o saldo de reserva também poderá ser utilizado para pagamento de dividendos.

c) Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório, correspondente a 25% do Lucro do exercício (BRGAAP (BACEN)), deduzido da Reserva legal. Foi aprovada na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 28 de junho de 2019 a declaração de dividendos no montante de R\$ 400.000 e na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 11 de dezembro de 2019 o montante de R\$ 661.228, ambos pagos em 18 de dezembro de 2019.

No exercício findo de 31 de dezembro de 2019, a Administração propôs a distribuição sobre o Lucro do período no montante de R\$ 1.086.270 (R\$ 194.523 no exercício findo em 31 de dezembro de 2018).

	Exercício/ 2019	Exercício/ 2018
	Valor (R\$ mil)	
Lucro líquido – BRGAAP (BACEN) (Banco Votorantim S.A.)	1.415.874	1.061.170
Outros ajustes sobre instrumentos financeiros, líquidos de impostos ⁽¹⁾ - BRGAAP (BACEN)	-	(242.128)
Reserva legal	(70.794)	(40.949)
Base de cálculo	1.345.080	778.093
Dividendos mínimo obrigatório	336.270	194.523
Valor proposto	1.086.270	194.523
Valor pago antecipadamente	1.061.228	175.664
% sobre a base de cálculo	81%	25%

⁽¹⁾ Ajustes computados na base de cálculo de dividendos, conforme estabelecido pela Circular Bacen nº 1.273/1987.

	Exercício/2019		Exercício/2018	
	Valor	Valor por lote de mil ações – R\$	Valor	Valor por lote de mil ações – R\$
Lucro líquido do exercício - BRGAAP (BACEN)	1.415.874	13,43	1.061.170	10,07
Dividendos	1.086.270	10,31	194.523	1,85

d) Outros resultados abrangentes

	Exercício/2019				Exercício/2018			
	Saldo inicial	Movimen- tação	Efeito tributário	Saldo final	Saldo inicial	Movimen- tação ⁽²⁾	Efeito tributário ⁽²⁾	Saldo final
Títulos e valores mobiliários	100.568	241.559	(77.603)	264.524	(23.013)	207.490	(83.909)	100.568
Banco BV ⁽¹⁾	58.358	210.901	(65.998)	203.261	(49.109)	184.693	(77.226)	58.358
Controladas	42.210	30.658	(11.605)	61.263	26.096	22.797	(6.683)	42.210
Hedge de Fluxo de Caixa	(126.514)	(125.916)	67.205	(185.225)	(28.780)	(158.530)	60.796	(126.514)
Banco BV	(126.514)	(125.916)	67.205	(185.225)	(28.780)	(158.530)	60.796	(126.514)
Total	(25.946)	115.643	(10.398)	79.299	(51.793)	48.960	(23.113)	(25.946)

⁽¹⁾ Inclui agência no exterior.

⁽²⁾ Inclui ajustes de adoção inicial do IFRS 9.

e) Resultado acumulado não apropriado

O Lucro Líquido apurado segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil é totalmente destinado na forma de dividendos, juros sobre o capital próprio e de constituição de reservas de lucros. Assim, o saldo apresentado nessa conta, nestas Demonstrações Contábeis consolidadas elaboradas de acordo com as normas IFRS, representa principalmente o efeito das diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Contabilidade e também os efeitos da adoção do IFRS 9 em 01 de janeiro de 2018, conforme descrito na nota explicativa 4bb.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o Conglomerado passou a adotar um novo critério contábil de reconhecimento de variação de cotas de fundos de investimentos. Antes da mudança do critério, a variação de cotas era sempre tratada como rendimento produzido pelos fundos, com seu reconhecimento no resultado do período em "Receitas de juros". Seguindo diretrizes do Bacen, a variação de cotas passou a ser tratada como ajuste a valor de mercado, para fundos com determinadas características, conforme descrito na nota explicativa 4.g.

f) Participações Acionárias (Quantidade de Ações)

Quantidade de ações de emissão do Banco Votorantim S.A. em que os acionistas sejam titulares, direta ou indiretamente, de mais de 5% das ações em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

Acionistas	Ações (mil)					
	Ordinárias	% Ordinárias	Preferenciais	% Preferenciais	Total	% Total
Votorantim Finanças S.A.	43.114.693	50,00%	9.581.043	50,00%	52.695.736	50,00%
Banco do Brasil S.A.	43.114.693	50,00%	9.581.043	50,00%	52.695.736	50,00%
Total	86.229.387	100,00%	19.162.086	100,00%	105.391.473	100,00%
Residentes no país	86.229.387	100,00%	19.162.086	100,00%	105.391.473	100,00%

g) Reconciliação do Patrimônio Líquido e do Lucro Líquido do BRGAAP (BACEN) para o IFRS

	31.12.2019		31.12.2018	
	Patrimônio líquido	Lucro líquido	Patrimônio líquido	Lucro líquido
Saldo em BRGAAP (BACEN) - Consolidado	9.885.881	1.370.241	9.373.595	1.061.170
Ajustes de GAAP, líquidas dos efeitos tributários	(145.429)	224.480	(247.652)	(624)
Efeito da adoção inicial do IFRS 9 (nota 4.bb)	(674.392)	-	(674.392)	-
Efeito da adoção inicial do IFRS 16 (nota 4.bb)	814	-	-	-
Provisão para perdas por redução ao valor recuperável	130.688	107.916	22.772	(121.141)
Ajuste de diferimento de comissões Resolução CMN 4.294	407.773	80.321	327.452	93.158
Diferimento do ajuste ao valor justo devido ao desmonte de Cash Flow Hedge	-	31.256	-	26.901
Reversão dos ajustes da Resolução CMN 4.277	(27.997)	-	73.949	-
Reclassificação do ajuste ao valor justo devido mudança de categoria	9.454	1.729	739	2.027
Outros ajustes	8.231	3.258	1.828	(1.569)
Saldo em IFRS	9.740.452	1.594.721	9.125.943	1.060.546

Sumário das principais diferenças entre BRGAAP (BACEN) e IFRS:

Provisão para perdas por redução ao valor recuperável - No BRGAAP (BACEN), a provisão para créditos de liquidação duvidosa é mensurada considerando-se uma análise dos riscos de realização dos respectivos créditos, em montante considerado suficiente para cobertura de eventuais perdas seguindo as normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil e Conselho Monetário Nacional por meio da Resolução CMN nº 2.682/99 e seus complementos. De acordo com essas normas, as provisões são constituídas a partir da concessão do crédito, baseadas na classificação de risco de crédito, em função da análise periódica da qualidade do cliente e dos setores de atividade e não apenas quando da ocorrência de inadimplência. No BRGAAP, a provisão não pode ser inferior ao mínimo requerido pelas normas do regulador, mas uma provisão adicional é reconhecida quando a provisão mínima é considerada insuficiente.

O modelo de redução ao valor recuperável do IFRS 9 prevê a constituição de provisão como perdas de crédito esperadas para 12 meses ou perdas de crédito esperadas para a vida inteira do contrato. As perdas são mensuradas como perdas de crédito esperadas para 12 meses a não ser que o risco de crédito tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial ou mensurações especiais como modificação de ativos ou passivos que possuam abordagem simplificada para constituição de provisão para perdas esperadas.

Para determinar se o risco de inadimplência de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial, uma entidade compara o risco de inadimplência na data do balanço com o risco de inadimplência no reconhecimento inicial.

Estão sob o escopo de avaliação ao valor recuperável os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado ou valor justo através de outros resultados abrangentes, os quais incluem operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro, títulos de dívida, compromissos de empréstimos, contratos de garantia financeira, recebíveis que estejam sob o escopo do IFRS 15 e IFRS 16.

Estão fora do escopo de avaliação ao valor recuperável os investimentos em instrumentos de patrimônio (independente da utilização de opção irrevogável de trata-los ao valor justo através de outros resultados abrangentes) e os demais instrumentos mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ajuste de diferimento de comissões Resolução CMN 4.294 - A partir de 02 de janeiro de 2015, em observação aos requerimentos da Resolução CMN nº 4.294/2013, e em consonância com a faculdade prevista na Circular BACEN nº 3.738/2014, dois terços da remuneração referente à originação, ocorrida em 2015, de operações de crédito e de arrendamento mercantil financeiro encaminhadas por correspondentes passaram a ser registrados no ativo, sendo a parcela restante reconhecida como despesa do período no momento da originação. A partir de 1º de janeiro de 2016, a parcela registrada no ativo foi reduzida para um terço da remuneração das operações originadas em 2016. As operações geradas a partir de 1º de janeiro de 2017, têm a remuneração reconhecida integralmente como despesa. Para fins de IFRS, as comissões são apropriadas no resultado de acordo com o prazo contratual, seguindo o conceito de taxa efetiva de juros das operações de crédito.

Diferimento do ajuste ao valor justo devido ao desmonte de Cash Flow Hedge - Conforme determinado na Circular BACEN nº 3082/2002, caso alguma estratégia de Hedge de Fluxo de Caixa deixe de cumprir as exigências descritas na própria circular, os valores registrados em conta destacada do patrimônio líquido devem ser imediatamente transferidos para o resultado do período. Para fins de IFRS, os valores acumulados nas reservas de Hedge de Fluxo de Caixa devem ser reclassificadas para o resultado, de forma diferida pelo prazo de vencimento das operações que foram objeto de *hedge*.

Reversão dos ajustes da Resolução CMN 4.277 - A Resolução CMN nº 4277/2013 estabelece requisitos mínimos e ajustes prudenciais na precificação de instrumentos avaliados pelo valor de mercado. Para o modelo de perdas de crédito esperadas com base no IFRS 9, diferentemente do BRGAAP (BACEN), não há conceito de ajuste por prudência, o modelo como um todo engloba premissas para a estimativa de perdas, que envolve informações históricas e de *forward looking*.

Reclassificação do ajuste ao valor justo devido mudança de categoria - No BRGAAP (BACEN) alguns títulos e valores mobiliários categorizados como disponíveis para venda são classificados no IFRS com ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, conforme modelos de negócios e teste SPPI. Em consequência disso, o respectivo ajuste ao valor justo e seus efeitos tributários registrados em reserva do patrimônio líquido no BRGAAP são transferidos para o resultado no IFRS, de forma a refletir o critério de mensuração contábil aplicável.

Efeito da adoção inicial do IFRS 16 - No BRGAAP (BACEN), os riscos e benefícios de arrendamento operacional inerentes à propriedade do bem permanecem com o arrendador, e o arrendatário apenas reconhece as despesas com o arrendamento ao longo do contrato. O IFRS determina que os riscos e benefícios do arrendamento operacional devem ser registrados no arrendador. Desta forma, foram efetuados ajustes no Patrimônio Líquido pela adoção inicial do IFRS 16 - Arrendamentos, que substituiu o IAS 17, bem como interpretações relacionadas (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27), cujas alterações incluem a eliminação da contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um único modelo de arrendamento que consiste em: (a) reconhecer os arrendamentos com prazo maior que 12 meses e de valores substanciais; (b) reconhecer inicialmente o arrendamento no ativo e passivo a valor presente; e (c) reconhecer a depreciação e os juros do arrendamento separadamente no resultado. Para o arrendador, a contabilização permaneceu segregada entre operacional e financeiro.

h) Lucro por ação

h.1) Lucro por ação (IFRS)

	Exercício/ 2019	Exercício/ 2018
Lucro líquido - IFRS (R\$ mil)	1.594.721	1.060.546
Número médio ponderado por lote de mil ações (básico e diluído)	105.391.473	105.391.473
Lucro por ação (básico e diluído) (R\$)	15,13	10,06

h.2) Lucro por ação (BRGAAP (BACEN))

	Exercício/ 2019	Exercício/ 2018
Lucro líquido - Banco Votorantim S.A (R\$ mil)	1.415.874	1.061.170
Número médio ponderado por lote de mil ações (básico e diluído)	105.391.473	105.391.473
Lucro por ação (básico e diluído) (R\$)	13,43	10,07

24. TRIBUTOS

a) Ativos tributários

a.1) Ativos tributários correntes

	31.12.2019	31.12.2018
Impostos de renda a compensar	117.282	124.919
Contribuição social a compensar	18.886	72.468
PIS a compensar	3.457	2.327
COFINS a compensar	15.906	10.729
Crédito Presumido - Lei nº 12.838/13 ⁽¹⁾	148.765	-
Outros ativos	14.355	9.860
Total ⁽²⁾	318.651	220.303

⁽¹⁾ Adoção do crédito presumido seguindo os critérios estabelecidos pela Lei nº 12.838/13.

⁽²⁾ Inclui impostos e contribuições correntes a compensar cujo prazo esperado para compensação é superior a 12 meses.

a.2) Ativos tributários diferidos (Crédito Tributário Ativado)

	31.12.2018	Exercício/2019			31.12.2019 ⁽¹⁾
	Saldo inicial	Movimentação no Período			Saldo final
		Constituição ⁽³⁾	Baixa	Crédito Presumido	
Diferenças temporárias	5.756.124	2.269.594	(2.255.420)	(148.765)	5.621.533
Provisão p/ perdas por redução ao valor recuperável	4.679.188	1.399.194	(1.330.594)	(148.765)	4.599.023
Provisões Passivas	720.133	123.428	(257.018)	-	586.543
Ajuste ao valor justo ⁽²⁾	241.088	546.334	(548.639)	-	238.783
Outras provisões	115.715	200.638	(119.169)	-	197.184
Prejuízo fiscal/Base negativa de CSLL	1.465.885	246.569	(268.582)	-	1.443.872
Total dos Créditos Tributários Ativados	7.222.009	2.516.163	(2.524.002)	(148.765)	7.065.405
Imposto de Renda	4.681.599	1.403.024	(1.636.299)	(92.978)	4.355.346
Contribuição Social	2.540.410	1.113.139	(887.703)	(55.787)	2.710.059

⁽¹⁾ No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a parcela de R\$ 164.379 do total de R\$ 238.783, corresponde ao crédito tributário decorrente de ajuste ao valor justo dos ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, registrado em conta de Patrimônio Líquido.

⁽²⁾ Os valores correspondentes à movimentação do crédito tributário decorrente dos ajustes a valor justo dos ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, registrados em conta de Patrimônio Líquido, no exercício de 2019, são de R\$ 100.292 do total de (R\$ 2.305).

⁽³⁾ Inclui, no 2º semestre de 2019, o montante de R\$ 364.090 relativo aos efeitos da majoração de alíquota da CSLL para 20%, aplicável ao Crédito Tributário do Banco BV realizável a partir de março de 2020.

Total de ativos tributários reconhecidos em 31.12.2019 e 31.12.2018

	31.12.2019	31.12.2018
Ativos tributários correntes	318.651	220.303
Ativos tributários diferidos	7.065.405	7.222.009
Total	7.384.056	7.442.312

Expectativa de Realização

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico elaborado em 31 de dezembro de 2019

	Valor nominal	Valor presente
Em 2020	1.815.503	1.736.661
Em 2021	1.547.044	1.405.937
Em 2022	1.468.021	1.261.380
Em 2023	1.297.669	1.050.952
Em 2024	497.099	378.077
De 2025 a 2026	260.886	182.652
De 2027 a 2029	179.183	99.609
Total de Créditos Tributários	7.065.405	6.115.268

Realização dos valores nominais de créditos tributários ativados

	Prejuízo Fiscal/CSLL a Compensar ⁽¹⁾	Diferenças Intertemporais ⁽²⁾
Em 2020	13%	29%
Em 2021	11%	24%
Em 2022	14%	22%
Em 2023	12%	20%
Em 2024	27%	1%
De 2025 a 2026	23%	2%
De 2027 a 2029	0%	2%

⁽¹⁾ Projeção de consumo vinculada à capacidade de gerar bases tributáveis de IRPJ e CSLL em períodos subsequentes.

⁽²⁾ A capacidade de consumo decorre das movimentações das provisões (expectativa de ocorrerem reversões, baixas e utilizações).

b) Passivos tributários

b.1) Passivos tributários correntes

	31.12.2019	31.12.2018
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	5.941	5.747
Provisão para impostos e contribuições sobre o lucro	354.527	260.629
Impostos e contribuições a recolher	118.020	109.380
Total ⁽¹⁾	478.488	375.756

⁽¹⁾ Inclui impostos e contribuições correntes, cujo prazo de liquidação é superior a 12 meses.

b.2) Passivos tributários diferidos

	31.12.2019	31.12.2018
Ajuste ao valor justo	145.250	138.010
Crédito Presumido - Lei nº 12.838/13	15.075	-
Outros passivos	5.043	5.244
Total das Obrigações Fiscais Diferidas	165.368	143.254
Imposto de Renda	97.444	91.224
Contribuição Social	67.924	52.030

Total de passivos tributários reconhecidos

	31.12.2019	31.12.2018
Passivos tributários correntes	478.488	375.756
Passivos tributários diferidos	165.368	143.254
Total	643.856	519.010

c) Despesas Tributárias

	Exercício/ 2019	Exercício/ 2018
Cofins	(369.151)	(312.022)
ISSQN	(99.374)	(75.425)
PIS	(62.538)	(52.931)
Outras	(40.290)	(20.734)
Total	(571.353)	(461.112)

d) Despesas de impostos e contribuições sobre o lucro

Demonstração da Despesa de IR e CSLL

	Exercício/ 2019	Exercício/ 2018
Valores correntes	(351.744)	(264.332)
IR e CSLL no País – Corrente	(362.533)	(268.084)
IR e CSLL no País – Exercícios anteriores	10.789	3.752
Valores Diferidos	(74.521)	(489.769)
Passivo fiscal diferido	86.615	(94.683)
Ajuste ao valor justo	103.444	(67.883)
Crédito Presumido - Lei nº 12.838/13	(15.075)	-
Diferenças temporárias	(1.754)	(26.800)
Ativo fiscal diferido	(161.136)	(395.086)
Prejuízos fiscais/bases negativas de CSLL	(22.014)	409.328
Diferenças temporárias	(36.526)	(591.165)
Ajuste ao valor justo	(102.596)	(213.249)
Total	(426.265)	(754.101)

Conciliação dos Encargos de IR e CSLL

	Exercício/ 2019	Exercício/ 2018
Resultado antes dos tributos e participações	2.020.986	1.814.647
Encargo total do IR (25%) e CSLL (20% até dezembro/2018 e 15% a partir de janeiro/2019)	(717.617)	(898.553)
Resultado de participação em coligadas e controladas em conjunto	(10.843)	(2.603)
Participação de empregados no lucro	81.267	77.252
Outros Valores ⁽¹⁾	220.928	69.803
Imposto de Renda e Contribuição Social do período	(426.265)	(754.101)

⁽¹⁾ Inclui, no 2º semestre de 2019, o montante de R\$ 354.817 relativo aos efeitos da majoração de alíquota da CSLL para 20%, aplicável ao Crédito Tributário do Banco BV realizável a partir de março de 2020.

e) Ativos tributário diferidos (Crédito Tributário Não Ativado)

	31.12.2019	31.12.2018
Parcela de prejuízos fiscais/bases negativas de CSLL	22.866	1.516
Parcela de diferenças intertemporais	35.008	33.278
Total dos Créditos Tributários não Ativos	57.874	34.794
Imposto de Renda	40.879	25.576
Contribuição Social	16.995	9.218

O saldo não constituído de crédito tributário será reconhecido nos livros contábeis, somente, quando atender aos aspectos regulatórios e apresentar efetiva perspectiva de realização.

25. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES, OBRIGAÇÕES LEGAIS – FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos Contingentes

Não foram reconhecidos ativos contingentes nas Demonstrações Contábeis, conforme o IAS37.

b) Ações Trabalhistas

O Conglomerado é parte passiva (réu) em processos judiciais trabalhistas movidos, na grande maioria, por ex-empregados. As provisões de perdas prováveis representam vários pedidos reclamados, como: indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de função e representação e outros.

c) Ações Fiscais

O Conglomerado está sujeito, em fiscalizações realizadas pelas autoridades tributárias, a questionamentos com relação a tributos, que podem eventualmente gerar autuações, como por exemplo: composição da base de cálculo do IRPJ/CSLL (dedutibilidade); e discussão quanto à incidência de tributos, quando da ocorrência de determinados fatos econômicos. A maioria das ações oriundas das autuações versa sobre ISS, IRPJ, CSLL, PIS/Cofins e Contribuições Previdenciárias Patronais. Como garantia de algumas delas, quando necessário, existem depósitos judiciais para suspensão da exigibilidade dos tributos em discussão.

d) Ações de Natureza Cível

Referem-se, basicamente, a ações indenizatórias cujas naturezas são: contestação do custo efetivo total dos contratos pactuados; revisão das condições e encargos contratuais; e tarifas.

e) Provisões para demandas fiscais, cíveis e trabalhistas – Prováveis

Em conformidade com o IAS37, o Conglomerado constitui provisão para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis com risco de perda provável, quantificada utilizando metodologia individualizada ou massificada, de acordo com a natureza e/ou valor do processo.

As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pela natureza das ações, pelo julgamento da Administração da entidade, por meio da opinião dos assessores jurídicos com base nos elementos do processo, complementadas pela complexidade e pela experiência de demandas semelhantes.

A Administração do Conglomerado considera ser suficiente à provisão constituída para atendimento às perdas decorrentes de demandas trabalhistas, fiscais e cíveis.

e.1) Movimentações nas provisões para demandas fiscais, cíveis e trabalhistas classificadas como prováveis

	Exercício/ 2019	Exercício/ 2018
Demandas fiscais		
Saldo inicial	60.102	42.964
Constituições	26.118	20.201
Reversão da provisão	(7.931)	(3.137)
Baixa por pagamento	(21.327)	(2.485)
Atualizações	1.065	2.559
Saldo final	58.027	60.102
Demandas cíveis		
Saldo inicial	292.870	311.724
Constituições	65.781	170.601
Reversão da provisão	(47.836)	(170.408)
Baixa por pagamento	(84.225)	(66.282)
Atualizações ⁽¹⁾	34.673	47.235
Saldo final ⁽²⁾	261.263	292.870
Demandas trabalhistas		
Saldo inicial	949.423	1.011.818
Constituições	338.148	308.512
Reversão da provisão	(179.442)	(158.703)
Baixa por pagamento	(579.843)	(355.802)
Atualizações	58.732	143.598
Saldo final	587.018	949.423
Total das Demandas Trabalhistas, Fiscais e Cíveis	906.308	1.302.395

⁽¹⁾ Contempla atualizações monetárias e efeitos de remensuração de "preços unitários", que compõem a metodologia de cálculo de perdas.

⁽²⁾ Em Agosto de 2018 novas variáveis foram incorporadas ao modelo de avaliação massificado proporcionando maior precisão na mensuração de riscos.

e.2) Cronograma esperado de desembolsos em 31 de dezembro de 2019

	Fiscais	Cíveis	Trabalhistas
Até 5 anos	20.871	261.263	587.018
De 5 a 10 anos	37.156	-	-
Total	58.027	261.263	587.018

O cenário de incerteza de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saídas.

f) Passivos Contingentes – Possíveis

Os montantes evidenciados no quadro a seguir representam a estimativa do valor que possivelmente será desembolsado em caso de condenação do Conglomerado. As demandas são classificadas como possível quando não há elementos seguros que permitam concluir o resultado final do processo e quando a probabilidade de perda é inferior à provável e superior à remota.

Saldos dos passivos contingentes classificados como possíveis

	31.12.2019	31.12.2018
Demandas fiscais ⁽¹⁾	1.970.642	1.248.915
Demandas cíveis ⁽²⁾	147.216	132.905
Demandas trabalhistas ⁽³⁾	187.468	385.503
Total	2.305.326	1.767.323

⁽¹⁾ Referem-se às seguintes causas:

Descrição das principais causas possíveis - Fiscais	31.12.2019	31.12.2018
INSS s/ PLR	601.024	392.188
IRPJ - FINOR	25.820	64.471
ISS	13.831	9.891
INSS sobre PLR - Nassau Branch	38.733	44.884
PIS/COFINS sobre desmutualização	45.260	41.674
IRPJ compensação indevida - Gratificações a diretores estatutários	26.808	22.147
IRPJ/CSLL - Dedução PDD 2008	116.522	111.216
Multa não homologação PER/DCOMP	68.154	88.095
CSLL - Exclusão indevida de títulos governos estrangeiros	-	58.242
IRPJ/CSLL - Exclusão indevida: ágio na aquisição títulos governos estrangeiros	23.369	23.451
IRRF oriundo de remessas para o exterior: impossibilidade compensação	48.131	35.923
PF e BNCSLL: excesso compensação AB 2012	88.921	67.606
IRPJ/CSLL sobre JCP: distribuição cumulativa exercícios anteriores	134.854	136.834
IPVA - Terceiros	139.809	41.969
INSS - Benefícios (VA/VR)	21.923	-
IRPJ/CSLL - Dedução PDD 2014	300.429	-
ISS VRG	99.499	-
Outras causas	177.555	110.324
Total	1.970.642	1.248.915

⁽²⁾ Referem-se, basicamente, às ações de cobrança.

⁽³⁾ Referem-se a processos movidos, na grande maioria, por ex-empregados, cuja natureza das reclamações envolve indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de função e representação e outros.

g) Depósitos em Garantia de Recursos

Saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências

	31.12.2019	31.12.2018
Demandas Fiscais	223.304	143.938
Demandas Cíveis	182.907	195.664
Demandas Trabalhistas	308.645	320.801
Total	714.856	660.403

h) Obrigações Legais

O Conglomerado mantém registrado em contas específicas na rubrica Outros Passivos - Obrigação Legal o montante de R\$ 37.117 (R\$ 29.004 em 31 de dezembro de 2018), cuja principal discussão recai em uma Ação Declaratória na qual se visa afastar a incidência do ISS sobre receitas oriundas de operações de aval, fiança e outras garantias prestadas, bem como obter a restituição dos valores pagos a tal título nos últimos cinco anos, cujo montante provisionado é de R\$ 22.088 (R\$ 18.590 em 31 de dezembro de 2018).

As demais ações referem-se ao PIS LC 07/70, Dedução do ISS na Base de cálculo do PIS e da COFINS e FAP – Fator Acidentário de Proteção.

i) Ações civis públicas

O Conglomerado possui contingências passivas envolvendo ações civis públicas em que, baseado na análise das assessorias jurídicas e/ou avaliação dos advogados internos, o risco de perda é considerado possível. Dependendo do estágio em que se encontram, a mensuração dos montantes envolvidos dessas ações não pode ser determinada com exatidão, tendo em vista que a possibilidade de perda depende da habilitação dos clientes interessados na ação.

Entre os temas discutidos, podemos destacar as ações envolvendo cobrança de tarifas, crédito consignado para aposentados e pensionistas do INSS e CDC (Crédito Direto ao Consumidor).

26. RECEITAS DE JUROS

	Exercício/ 2019	Exercício/ 2018
Aplicações em títulos de renda fixa	1.569.817	1.368.092
Aplicações em títulos e valores mobiliários no exterior	84.740	83.334
Aplicações no exterior	9.554	16.867
Empréstimos	1.614.482	1.656.021
Títulos descontados	47.097	30.266
Financiamentos	7.638.927	7.199.155
Financiamentos a exportação	226.717	396.712
Financiamento em moeda estrangeira	20.152	2.540
Financiamentos rurais e agroindustriais	31.805	35.639
Financiamentos imobiliários	3.033	6.610
Disponibilidades em moeda estrangeira	75.443	52.572
Operações de câmbio	50.180	120.973
Arrendamento mercantil	20.786	33.429
Créditos por avais e fianças honrados	-	20
Aplicações operações com acordo de revenda	577.490	1.000.721
Aplicações em depósitos interfinanceiros	37.066	36.369
Custos associados à originação de operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro	(558.255)	(499.151)
Outros	69.065	46.049
Total ⁽¹⁾	11.518.099	11.586.218

⁽¹⁾ Inclui variação cambial.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi reconhecido o montante de R\$ 441.381 (R\$ 421.289 no exercício findo em 31 de dezembro de 2018) de receitas de juros sobre operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro com redução ao valor recuperável.

27. DESPESAS DE JUROS

	Exercício/ 2019	Exercício/ 2018
Operações com acordo de recompra	(1.024.613)	(1.429.530)
Despesas com cessionários	(501.865)	(798.642)
Depósitos interfinanceiros	(123.501)	(135.277)
Depósitos a prazo	(629.534)	(494.297)
Empréstimos no exterior	(77.977)	(241.217)
Repasse Tesouro Nacional	(6.558)	(4.113)
Repasse BNDES	(41.774)	(76.044)
Repasse FINAME	(50.934)	(71.711)
Obrigações com Instituições Financeiras no exterior	(91.369)	(27.255)
Recursos de Letras de Crédito Imobiliário - LCI	(18.106)	(31.934)
Recursos de Letras de Crédito Agronegócio - LCA	(99.120)	(118.132)
Letras Financeiras	(1.744.206)	(1.630.408)
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no exterior	(463.504)	(1.003.506)
Letras Arrendamento mercantil	(113.095)	(64.046)
Debêntures	(5.782)	(7.765)
Outros	(17.326)	(14.709)
Total ⁽¹⁾	(5.009.264)	(6.148.586)

⁽¹⁾ Inclui variação cambial sobre empréstimos, repasses e obrigações no exterior.

28. RESULTADO LÍQUIDO DE SERVIÇOS E COMISSÕES

	Exercício/ 2019	Exercício/ 2018
Receitas de serviços e comissões	2.214.184	2.054.447
Tarifas bancárias	831.931	747.427
Rendas de garantias prestadas	83.472	100.181
Administração de recursos de terceiros	142.033	152.909
Transações de cartão de crédito	159.143	203.765
Comissões sobre colocação de títulos	65.135	54.511
Corretagens de operações em bolsa	1.068	1.183
Rendas de cobrança	3.549	11.097
Receitas de comissões de intermediação de operações	927.853	783.374
Despesas de serviços e comissões	(858.126)	(703.000)
Assessoria técnico / Financeira	(370.228)	(322.164)
Emolumentos judiciais e cartorários e despesas com advogados	(89.102)	(83.331)
Despesas de comissões de intermediação de operações	(308.838)	(247.946)
Outros	(89.958)	(49.559)
Total	1.356.058	1.351.447

29. RESULTADO COM INSTRUMENTOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

	Exercício/ 2019	Exercício/ 2018
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	344.389	303.943
Títulos públicos	279.825	241.822
Títulos privados	64.564	62.121
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	18.447	(40.291)
Operações com acordo de recompra – Livre movimentação	18.447	(41.035)
Títulos no exterior	-	744
Passivos financeiros ao custo amortizado ⁽¹⁾	50.668	60.588
Passivos subordinados	50.668	60.588
Operações de crédito ⁽¹⁾	53.740	(238.483)
Empréstimos	1.450	(51.785)
Financiamentos	52.390	(130.668)
Financiamentos à exportação	(100)	(56.030)
Total	467.244	85.757

⁽¹⁾ Refere-se ao ajuste ao valor justo de instrumentos financeiros objeto de Hedge Accounting.

30. OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS

	Exercício/ 2019	Exercício/ 2018
Receitas operacionais	150.403	196.483
Atualização de depósitos em garantia	31.331	40.834
Recuperação de tributos pagos a maior	16.717	2.580
Reversão de provisão para remuneração variável	-	498
Receita com dividendos e juros sobre o capital próprio	-	20.798
Receitas por contrato de exclusividade	44.196	33.288
Receitas com portabilidade	15.208	20.410
Outras	42.951	78.075
Despesas operacionais	(492.276)	(358.203)
Perdas de capital	(5.533)	(10.947)
Perdas de investimentos por incentivos fiscais	(29.590)	(41.803)
Despesas de encargos (adesão REFIS e PERT)	(233)	(239)
Provisão para perda ao valor recuperável (imparidade) em participações societárias	(9.359)	-
Desvalorização de ativos não financeiros mantidos para a venda	(123.093)	(25.432)
Resultado de atividade imobiliária	(12.621)	(68.103)
Perdas operacionais	(51.260)	(39.174)
Provisão para passivos contingentes	(149.732)	(154.176)
Provisão para cancelamento de produtos e serviços	(38.564)	-
Outras	(72.291)	(18.329)
Total	(341.873)	(161.720)

31. RESULTADO DE PERDAS POR REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL

	Exercício/ 2019	Exercício/ 2018
(Constituições)/reversões de provisão para perdas	(2.393.963)	(2.411.089)
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	558.495	781.419
Descontos concedidos em renegociações	(382.578)	(346.851)
Total	(2.218.046)	(1.976.521)

32. DESPESAS DE PESSOAL

	Exercício/ 2019	Exercício/ 2018
Honorários, pró labore e outros benefícios (Nota 35)	(19.620)	(18.271)
Benefícios	(129.284)	(121.644)
Encargos sociais	(202.944)	(199.733)
Proventos	(610.844)	(515.494)
Treinamentos	(13.853)	(6.504)
Demandas trabalhistas	(200.495)	(231.932)
Previdência privada complementar	(8.200)	-
Participação nos lucros	(180.593)	(171.671)
Total	(1.365.833)	(1.265.249)

33. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Exercício/ 2019	Exercício/ 2018
Água, energia e gás	(4.799)	(5.104)
Aluguéis	(48.215)	(64.143)
Comunicações	(51.305)	(62.808)
Contribuições filantrópicas	(12.520)	(7.131)
Manutenção e conservação de bens	(14.384)	(16.325)
Material	(2.422)	(3.916)
Processamento de dados	(271.626)	(246.492)
Promoções e relações públicas	(24.364)	(16.425)
Propaganda e publicidade	(52.246)	(47.781)
Publicações	(1.037)	(2.130)
Seguros	(5.368)	(4.441)
Serviços de terceiros	(138.276)	(133.553)
Vigilância e segurança	(1.729)	(2.201)
Transportes	(10.798)	(15.146)
Viagens	(11.435)	(9.486)
Outras	(20.767)	(17.876)
Total	(671.291)	(654.958)

34. PARTES RELACIONADAS

Custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao Pessoal Chave da Administração do Banco BV, formado pela Diretoria, Comitê de Auditoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal:

	Exercício/ 2019	Exercício/ 2018
Honorários, Pró-labore e previdência privada complementar	19.620	18.271
Gratificações	60.455	45.060
Encargos sociais	23.590	18.717
Total	103.665	82.048

O Conglomerado oferece um plano de previdência privada de contribuição definida ao Pessoal Chave da Administração.

O Conglomerado não concedeu empréstimos ao Pessoal Chave da Administração no período.

Os saldos de contas referentes às transações entre as empresas consolidadas do Banco são eliminados nas Demonstrações Contábeis consolidadas e consideram, ainda, a ausência de risco. Em relação aos acionistas controladores, estão incluídas as transações com o Conglomerado Banco do Brasil e com a Votorantim S.A. (dentre as principais empresas destacam-se: Votorantim Finanças, Votorantim Cimentos e Votorantim Energia).

O Conglomerado realiza transações bancárias com as partes relacionadas, tais como depósitos em conta corrente (não remunerados), depósitos remunerados, captações no mercado aberto, instrumentos financeiros derivativos e cessão de carteiras de operações de crédito. Há ainda contratos de prestação de serviços, que contemplam o convênio para rateio/ressarcimento de despesas e custos diretos e indiretos celebrados com as empresas do Conglomerado.

Tais transações são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros quando aplicável, vigentes nas datas das operações. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

O Conglomerado, por meio de sua controlada BV Financeira realiza cessões de crédito com retenção substancial de risco com parte relacionada. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a soma dos valores presentes totalizou R\$ 3.524.170 (R\$ 2.611.133 no exercício findo em 31 de dezembro de 2018). O resultado líquido das cessões de crédito, considerando as rendas e despesas das cessões com retenção substancial de riscos e benefícios está apresentado no quadro a seguir em "Rendas com juros, prestação de serviços e outras rendas".

Banco Votorantim S.A.
Demonstrações Contábeis consolidadas em IFRS
em 31 de dezembro de 2019
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	31.12.2019						
	Conglom. Banco do Brasil	Votorantim S.A.	Controladas financeiras ⁽¹⁾	Controladas não financeiras ⁽²⁾	Pessoal chave da Administra- ção ⁽³⁾	Outras ⁽⁴⁾	Total
Ativos							
Caixa e equivalentes de caixa	2.253	-	-	-	-	-	2.253
Ativos finan. com acordo de revenda	-	-	-	-	-	605.911	605.911
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	-	37.271.426	-	-	-	37.271.426
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-	-	34.109	-	-	112.212	146.321
Instrumentos financeiros derivativos	-	1.614	62.655	27.222	-	366.151	457.642
Operações de crédito e de arrendamento mercantil financeiro	68.550	11.657	-	-	225	-	80.432
Outros ativos	1.898	-	89.380	2.200	-	670	94.148
Passivos							
Passivos fin. custo amortizado	(5.820.427)	(1.413.437)	(816.081)	(660.805)	-	(375)	(8.711.125)
Instrumentos finan. derivativos	(42.788)	(8.525)	(7.881)	-	-	(197.562)	(256.756)
Outros passivos	(659)	-	(32.366)	-	(7.136)	(593)	(40.754)
Resultados							
Exercício/2019							
Rendas de juros, prestação de serviços e outras rendas	508.847	39	2.342.976	-	-	44.510	2.896.372
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(4.977)	(21.444)	31.253	16.720	-	130.129	151.681
Despesas com captação, administrativas e outras despesas	(44.583)	(63.602)	(124.458)	(13.747)	(490)	(6.781)	(253.661)

	31.12.2018						
	Conglom. Banco do Brasil	Votorantim S.A.	Controladas financeiras ⁽¹⁾	Controladas não financeiras ⁽²⁾	Pessoal chave da Administra- ção ⁽³⁾	Outras ⁽⁴⁾	Total
Ativos							
Caixa e equivalentes de caixa	603	-	-	-	-	-	603
Ativos finan. com acordo de revenda	1.504.537	-	-	-	-	557.278	2.061.815
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	-	31.660.887	-	-	-	31.660.887
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-	-	2.305.357	-	-	155.745	2.461.102
Instrumentos financeiros derivativos	-	5.806	82.897	10.503	-	394.145	493.351
Operações de crédito e de arrendamento mercantil financeiro	151.705	-	-	-	-	-	151.705
Outros ativos	1.662	10.155	228.988	27.865	232	-	268.902
Passivos							
Passivos fin. custo amortizado	(6.351.279)	(893.400)	(3.212.832)	(75.240)	(7.637)	(356)	(10.540.744)
Instrumentos finan. derivativos	(35.933)	(7.492)	(3.261)	-	-	(270.040)	(316.726)
Outros passivos	(32)	-	(238)	-	-	-	(270)
Resultados							
Exercício/2018							
Rendas de juros, prestação de serviços e outras rendas	700.018	34	2.566.191	-	-	55.204	3.321.447
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(30.476)	3.990	79.626	10.503	-	578.406	642.049
Despesas com captação, administrativas e outras despesas	(46.735)	(71.296)	(451.560)	(35.726)	(997)	(23)	(606.337)

⁽¹⁾ Empresas relacionadas na Nota Explicativa nº 6. Não inclui operações entre as controladas.

⁽²⁾ Inclui a Promotiva S.A., BVIA – BV Investimentos e Participações de Gestão de Recursos S.A., Votorantim Corretora de Seguros S.A., BV Empreendimentos e Participações S.A. e Atenas SP 02 – Empreendimento Imobiliário Ltda. Não inclui operações entre as controladas.

⁽³⁾ Conselho de Administração e seus respectivos comitês de assessoramento, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e membros da família (cônjuge, filhos e enteados) do pessoal chave.

⁽⁴⁾ Inclui BVIA FIP até outubro de 2018, quando foi liquidado, Votorantim Expertise Multimercado, empresas controladas da BVIA – BV Investimentos e Participações de Gestão de Recursos S.A. e das controladas da BV Empreendimentos e Participações S.A., bem como todas as empresas em que o pessoal chave possua participação ou nas quais exerça cargo estatutário. A partir de fevereiro de 2019, também inclui FIP BV – Multiestratégia Investimento no Exterior.

35. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Os principais benefícios oferecidos aos empregados do Conglomerado, previstos em acordo coletivo da categoria são seguro saúde, seguro de vida, assistência odontológica, vales refeição e alimentação, programas de remuneração variável e participação nos lucros e resultados. Dentre os benefícios mencionados, destacamos os programas de remuneração variável.

Os Programas de Remuneração de Curto Prazo e Longo Prazo: Incentivo Variável Condicionado, Incentivo de Longo Prazo e Programa de Compra de Ações Virtuais, aprovados pelo Conselho de Administração em 10 de maio de 2012, foram encerrados no exercício de competência de 2016 com efeitos até 2021.

No primeiro semestre de 2017, o Conglomerado implementou um novo Programa de Remuneração Variável. São elegíveis ao programa os diretores e empregados do Conglomerado. Esse programa foi aprovado pelo Conselho de Administração em 09 de março de 2017.

O Conglomerado também possui um plano de incentivo de longo prazo que tem como objetivo (i) atração, motivação e retenção de talentos; (ii) alinhamento dos interesses dos diretores e empregados aos objetivos e interesses dos acionistas; (iii) geração de resultados e criação sustentável de valor; e (iv) criação de uma visão de longo prazo:

Plano ILP: o plano tem duração de 4 anos e consiste na concessão de um incentivo em espécie atrelado ao desempenho da organização no horizonte de tempo.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram reconhecidos no resultado, em Despesas de Pessoal – Proventos R\$ 160.377 (R\$ 119.934 no exercício findo em 31 de dezembro de 2018) em relação às transações de incentivos de longo prazo. Os incentivos geralmente tornam-se de direito entre 1 e no máximo 4 anos contados da data da concessão.

Ocorreram os seguintes pagamentos aos colaboradores referentes aos Programas de Remuneração de Longo Prazo:

Ano do Programa	Exercício/ 2019	Exercício/ 2018
2012 / 2013	1.620	36.403
2014	66.316	42.028
2015	42.775	31.251
2016	29.872	2.466
2017	8.300	29
2018	250	-
Total	149.133	112.177

Em 31 de dezembro de 2019, o Conglomerado registrou na rubrica Outras obrigações – Diversas - Provisão para pagamentos a efetuar o montante de R\$ 309.879 (R\$ 296.263 em 31 de dezembro de 2018).

O valor da ação virtual é calculado, no mínimo, trimestralmente com base nos resultados do Conglomerado e dos registros efetuados diretamente em contas do Patrimônio Líquido seguindo premissas contábeis vigentes. No valor do referido Patrimônio Líquido as movimentações não recorrentes são avaliadas individualmente e submetidas ao Comitê de Remuneração para deliberação quanto à sua exclusão ou não do cálculo do Patrimônio Líquido base para a valorização da ação virtual.

Movimentação de ações virtuais

	Exercício/ 2019	Exercício/ 2018
Quantidade inicial	50.535.332	70.438.001
Novos / Atualizações	11.670.392	23.139.816
Pagos	(34.691.423)	(42.467.901)
Canceladas	(3.389.193)	(574.584)
Quantidade final	24.125.108	50.535.332

Além dos benefícios previstos em acordo coletivo da categoria, o Conglomerado ainda oferece outros benefícios, dentre os quais destacamos o plano de previdência privada.

Em março de 2019, entrou em vigor o plano de previdência privada de contribuição definida, nas modalidades PGBL (Plano Gerador de Benefícios Livres) e VGBL (Vida Gerador de Benefícios Livres), onde o Conglomerado, na qualidade de patrocinador contribui para formação do montante a ser revertido em renda complementar de aposentadoria pós-emprego. Este novo plano foi aprovado pelo Conselho de Administração em 06 de dezembro de 2018.

O programa de previdência privada tem como objetivo (i) reforçar o vínculo de longo prazo; (ii) conscientização do planejamento financeiro; e (iii) complementar a renda na aposentadoria.

36. GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL

O Conglomerado dispõe de estruturas e políticas gerais e específicas para o gerenciamento de risco e capital, conforme Resolução nº 4.557, aprovadas pelo Conselho de Administração e os princípios básicos observados na gestão e controle dos riscos e do capital foram estabelecidos em conformidade com a regulamentação vigente e práticas de mercado.

Informações detalhadas sobre o processo de gerenciamento de riscos e capital podem ser observados no documento “Relatório de Gestão de Riscos e Capital”, elaborado com base no atendimento das circulares BACEN nº 3.678 e nº 3.716, disponível no site de Relações com Investidores em www.bancobv.com.br/ri.

1) Processo de gestão de riscos

A abordagem integrada para gestão de riscos compreende a adoção de instrumentos que permitem a consolidação e controle dos riscos relevantes incorridos pelo Conglomerado. Esta abordagem tem por objetivo organizar o processo decisório e definir os mecanismos de controle dos níveis de risco aceitáveis e compatíveis com o volume de Capital disponível, em linha com a estratégia de negócio adotada.

A Instituição dispõe de uma matriz de riscos considerados como materiais, cuja aprovação é realizada periodicamente pelo Conselho de Administração. Para cada risco listado é realizada uma avaliação do tratamento mais adequado (Gestão, Hedge / Seguros ou Capitalização) com o objetivo de direcionar a melhor forma de monitoramento e controle de cada exposição. Os riscos considerados como materiais na data-base de referência são:

- Risco de Crédito;
- Risco de Crédito da Contraparte;
- Risco de Concentração de Crédito;
- Risco de Mercado;
- Risco de Variação das Taxas de Juros da Carteira Bancária (RBAN);
- Risco de Liquidez;
- Risco Operacional;
- Risco de Reputação;
- Risco de Estratégia;
- Risco de Socioambiental;
- Risco de Modelos;
- Risco de Conformidade; e
- Risco de Contágio.

A consolidação dos riscos abrange as exposições relevantes inerentes às linhas de negócio do Conglomerado, agrupados principalmente nas seguintes categorias de riscos: de mercado, de liquidez, de crédito e operacional. Esta consolidação é feita através de processo estruturado que compreende o mapeamento, a apuração e a totalização dos valores em risco.

Os níveis de exposição a riscos são monitorados por meio de uma estrutura de limites de risco, que são incorporados às atividades diárias do Conglomerado, através de um processo estruturado de gestão e de controle, que atribui responsabilidades funcionais às áreas envolvidas. O envolvimento da Alta Administração se dá no acompanhamento e na execução das ações necessárias à gestão dos riscos.

A estrutura de governança para gestão de riscos e capital abrange a totalidade do Conglomerado Prudencial e é composta, além das respectivas equipes e diretores responsáveis por riscos e por ALM (Asset Liability Management), também por fóruns colegiados, internos e corporativos, formalmente organizados e com delegação de alçadas. Cada órgão de governança tem papel, escopo e composição definidos em normativos, que orientam sobre as regras, responsabilidades e limites de acordo com as estratégias do negócio e cenários de mercado. Os principais fóruns são:

- O Comitê de Controles e Riscos e o Comitê de ALM e Tributos são os principais fóruns internos de gerenciamento de riscos e capital da administração. Adicionalmente, o Comitê Executivo (ComEx) tem por atribuição o acompanhamento geral de tais temas.
- O Comitê de Riscos e de Capital (CRC) tem por função assessorar o Conselho de Administração, em conformidade com a Res. nº4.557 do Bacen, na elaboração da estratégia de alocação de capital do Conglomerado, na observação da aplicação da declaração de apetite por riscos (RAS) e no monitoramento de riscos e capital, além de coordenar suas atividades com o Comitê de Auditoria (COAUD), a fim de facilitar a troca de informações, os ajustes necessários à estrutura de governança de riscos e de capital e garantir o efetivo tratamento dos riscos a que o Conglomerado está exposto.

O apetite de riscos consiste na declaração do risco que a Instituição está disposta a aceitar para atingir os seus objetivos, e é monitorado por meio de indicadores e seus respectivos limites. A declaração do apetite de riscos aprovada pelo Conselho de Administração reflete a expectativa da Alta Administração e norteia o planejamento estratégico e o orçamento, permeando a Instituição. A partir desta declaração, o seu monitoramento ocorre por meio de um dashboard constituído por indicadores e limites que são acompanhados mensalmente nas alçadas competentes, além de ações, monitoramentos complementares e projetos específicos.

Adicionalmente ressalta-se que a Instituição realiza o Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP), em linha com a Resolução CMN nº 4.557, Circular Bacen nº 3.911 e Carta-Circular Bacen nº 3.907, e o respectivo relatório é disponibilizado ao Bacen anualmente, abrangendo o plano de capital, teste de estresse, plano de contingência de capital e gestão e avaliação da necessidade de capital frente aos riscos relevantes a que a Instituição está exposta, entre outros temas.

A seguir estão descritas as definições dos principais riscos do Conglomerado:

a) Risco de Crédito

(i) Definição

Risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a:

- Não cumprimento pela contraparte (o tomador de recursos, o garantidor ou o emissor de título ou valor mobiliário adquirido), de suas obrigações nos termos pactuados;
- Desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumentos financeiros decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador;
- Reestruturação de instrumentos financeiros; ou
- Custos de recuperação de exposições de ativos problemáticos.

(ii) Gestão do Risco de Crédito

A Instituição realiza a gestão do risco de crédito por intermédio da adoção de instrumentos e ferramentas que permitem a identificação, avaliação, mensuração, acompanhamento e reporte do risco incorrido em suas atividades nas principais etapas da gestão do crédito, sendo elas a concessão de crédito, monitoramento de crédito e recuperação de crédito.

As funções de gerenciamento de risco de crédito são desempenhadas por unidades formalmente constituídas, com equipes tecnicamente capacitadas, sob gestão segregada, e com atribuições claramente definidas.

O processo de concessão de crédito do segmento de atacado é pautado por avaliações detalhadas dos clientes que desejam renovar ou solicitar créditos ou limites para os seus negócios. No processo de admissão, a Instituição conta com sistemas para cadastro de clientes, concessão e aprovação de propostas de limites de crédito. Após a avaliação de determinada oportunidade de concessão de crédito realizada pelos officers, a proposta é inserida em sistema específico da área de crédito (que possui característica de workflow), podendo ser acompanhado pelos envolvidos, conforme o nível de alçada específico até a aprovação final do limite e/ou operação de crédito.

Na avaliação são considerados aspectos relativos ao controle acionário e a gestão da empresa, informações econômico-financeiras, ambiente competitivo, aspectos de mercado e setor econômico, entre outros.

Já no segmento de varejo, as propostas de crédito tramitam por sistema automatizado e parametrizado, suportado por modelo de score, que propiciam maior agilidade e confiabilidade na tomada de decisão sobre a concessão do crédito, que são destinados a indivíduos que demonstrem capacidade de pagamento e idoneidade. Para casos onde o modelo de score não decide automaticamente, a mesa de crédito realiza uma verificação mais detalhada de todos os aspectos que envolvem o contrato, com intuito de aprovar ou negar a proposta de crédito.

O monitoramento do risco de crédito do atacado é realizado recorrentemente nas carteiras, capturando sinais de alerta que identifiquem, com propriedade, antecedência e de forma tempestiva, a deterioração de crédito em nível individual e agregado visando assegurar a boa qualidade do portfólio. Já no segmento de varejo, a instituição realiza o monitoramento do risco de crédito por meio de indicadores de desempenho e relatórios gerenciais da carteira de crédito.

A área de recuperação de crédito trabalha em conjunto com a área de monitoramento a partir do primeiro dia de atraso observado em operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro e outros ativos financeiros. Diversas estratégias são utilizadas para maximizar oportunidades de cobrança.

A definição de inadimplência utilizada pelo Banco BV corresponde àquela utilizada na gestão de risco de crédito dos instrumentos financeiros e considera indicadores qualitativos quando apropriado. São considerados parâmetros de inadimplência: (a) atraso superior a 90 dias; (b) reestruturação de dívida; e (c) reconhecimento contábil de deterioração creditícia da dívida.

Para a carteira de negócios do Varejo, considera-se também dados de: (d) óbito; (e) bens não de uso; (f) desaverbação. Já para o Atacado também é levado em consideração: (g) declaração de falência; e (h) recuperação judicial que limite, atrase ou impeça o cumprimento das obrigações nas condições pactuadas.

Para determinar se o risco de inadimplência de um ativo financeiro aumentou significativamente, o Banco Votorantim utiliza informações internas dos clientes, dias de atraso, análises qualitativas e modelos estatísticos, determinando a situação de crédito dos contratos da carteira.

A indicação de deterioração de crédito ocorre utilizando-se dias de atraso de forma absoluta. Atrasos acima de 30 dias são considerados para o aumento significativo de risco. Além disso, para a carteira de negócios do atacado, as regras de mudança de estágio também consideram critérios quantitativos já que ratings internos são fatores importantes de classificação. Já para a carteira do varejo, é observado também o behaviour score dos clientes.

Os estágios de enquadramento dos ativos são revistos mensalmente, a fim de capturar eventuais alterações na capacidade financeira dos clientes. Poderão ocorrer migrações de operações entre os estágios, quando a análise apontar melhora ou agravamento do risco de crédito da operação.

O Banco BV considera informações internas de clientes, modelos estatísticos, dias de atraso e análises qualitativas para determinar a situação de crédito dos contratos da carteira. Após definida a situação de crédito do contrato, é estabelecida sua classificação em um dos três estágios:

Estágio 1 - Operações em normalidade: Os ativos são enquadrados neste estágio quando em situação de normalidade, com atraso inferior ou igual a 30 dias, ou sem indicativo de aumento significativo de risco;

Estágio 2 - Operações com aumento significativo de risco: Os ativos são enquadrados neste estágio quando possuírem atraso superior a 30 dias ou apresentarem aumento significativo de risco;

Estágio 3 - Operações em descumprimento: Os ativos são enquadrados neste estágio quando possuírem atraso superior a 90 dias ou estiverem em descumprimento qualitativo caracterizado por indicativos de que o cliente não honrará integralmente a operação de crédito.

Um ativo pode migrar de estágio à medida que seu risco de crédito aumentar. Se, em um período subsequente, a qualidade de um ativo financeiro melhorar ou o aumento significativo no risco de crédito anteriormente identificado for revertido, o ativo financeiro poderá voltar para estágios anteriores.

(iii) Risco de Crédito da Contraparte

O risco de crédito da contraparte é definido como a possibilidade de perdas decorrentes do não cumprimento de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam fluxos bilaterais, incluindo a negociação de ativos financeiros ou de derivativos. O Conglomerado gerencia o risco de crédito da contraparte com base em monitoramento das exposições que estão associadas a este tipo de risco e realiza a apuração do capital regulatório.

O Conglomerado considera que o risco de crédito da contraparte está presente principalmente nas operações com instrumentos financeiros derivativos, operações a liquidar, operações com acordo de revenda e empréstimos de ativos.

(iv) Exposição a risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros e os saldos Off Balance representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das Demonstrações Contábeis é de:

	Ativos com excesso de garantias		Ativos com insuficiência de garantias		Ativos sem garantias	Total	
	Valor do ativo	Valor da garantia	Valor do ativo	Valor da garantia	Valor do ativo	Ativos ⁽¹⁾	Garantias
	⁽¹⁾		⁽¹⁾		⁽¹⁾		
31.12.2019							
Ativos financeiros	2.394.657	2.837.917	459.724	306.651	32.312.272	35.166.653	3.144.568
Caixa e equivalente de caixa (Nota 8)	-	-	-	-	1.051.889	1.051.889	-
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (Notas 10 e 11)	30.826	33.638	365.133	212.060	12.479.377	12.875.336	245.698
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (Notas 10 e 13)	-	-	-	-	15.272.657	15.272.657	-
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado	2.363.831	2.804.279	94.591	94.591	3.508.349	5.966.771	2.898.870
Operações de crédito e de arrendamento mercantil financeiro - saldo bruto (Nota 12)	7.098.507	14.313.448	45.510.283	31.328.980	2.739.692	55.348.482	45.642.428
Operações off balance	379.803	1.826.533	777.651	70.846	5.449.658	6.607.112	1.897.379
Total	9.872.967	18.977.898	46.747.658	31.706.477	40.501.622	97.122.247	50.684.375
31.12.2018							
Ativos financeiros	10.949.085	12.709.144	195.872	121.422	33.479.229	44.624.186	12.830.566
Caixa e equivalente de caixa (Nota 8)	-	-	-	-	1.567.948	1.567.948	-
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (Notas 10 e 11)	206.270	233.409	114.366	93.931	15.982.813	16.303.449	327.340
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (Notas 10 e 13)	-	-	-	-	13.085.857	13.085.857	-
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado	10.742.815	12.475.735	81.506	27.491	2.842.611	13.666.932	12.503.226
Operações de crédito e de arrendamento mercantil financeiro - saldo bruto (Nota 12)	5.386.152	14.866.502	44.838.060	32.510.434	-	50.224.212	47.376.936
Operações off balance	1.378.215	1.668.682	1.598.569	183.356	2.563.188	5.539.972	1.852.038
Total	17.713.452	29.244.328	46.632.501	32.815.212	36.042.417	100.388.370	62.059.540

(1) Para as operações off balance, refere-se ao valor do compromisso assumido.

(v) Provisão para perdas por redução ao valor recuperável

Avaliações de redução no valor recuperável de ativos financeiros são baseados no modelo de perda de crédito esperada e classifica os ativos financeiros em três estágios:

Estágio 1 – Perda de crédito esperada para 12 meses aplicável aos ativos financeiros originados ou comprados sem problema de recuperação de crédito, considerando eventos de inadimplência possíveis dentro de 12 meses;

Estágio 2 – Perda de crédito esperada ao longo da vida do instrumento financeiro aplicável aos ativos financeiros originados ou comprados sem problemas de recuperação de crédito cujo risco de crédito aumentou significativamente, considerando os eventos de inadimplência ao longo de toda a vida do contrato; e

Estágio 3 – Perda de crédito esperada para ativos com problemas de recuperação aplicável aos ativos financeiros originados ou comprados com problemas de recuperação de crédito.

Para a mensuração da perda de crédito esperada, os ativos financeiros são classificados em grupos de ativos com características de risco de crédito de forma compartilhada e avaliados coletivamente. A avaliação coletiva dos empréstimos leva em consideração características como o tipo do instrumento (agrupamento por produto e modalidade), o tipo de garantia, a classificação interna de risco, dentre outros fatores.

Para a carteira de negócios do Varejo, o cálculo de perda esperada é realizado com base em modelos estatísticos nos estágios iniciais da relação com o cliente e em behaviour score quando os clientes já possuem relação com o Banco. Já para o Atacado e Atividades com Mercado, baseia-se em informações tais como a situação econômico-financeira da contraparte, o grupo econômico a que pertence, sua capacidade de geração de caixa, a situação atual e as perspectivas do segmento em que atua.

Ainda para a carteira de negócios do Atacado e Atividades com Mercado, durante o processo de avaliação de empréstimos e do cálculo de rating dos clientes, o Banco Votorantim verifica, dentre outros fatores, o forecast das companhias. São avaliados para apuração do forecast: as perspectivas do setor no qual o cliente está inserido, as perspectivas da condição econômica-financeira da empresa e a previsibilidade de receitas, custos e estabilidade do planejamento estratégico de seus players.

(vi) Movimentação dos ativos modificados (créditos renegociados)

	Exercício/ 2019	Exercício/ 2018
Montante de créditos renegociados no período ⁽¹⁾	3.943.279	3.999.114
Renegociados por atraso ⁽²⁾	534.127	624.354
Renovados ⁽³⁾	3.409.152	3.374.760
Movimentação dos créditos renegociados por atraso		
Saldo inicial	785.169	916.907
Contratações	534.127	624.354
(Recebimento) e apropriação de juros	(304.301)	(301.211)
Baixa para prejuízo	(333.184)	(454.881)
Saldo final	681.811	785.169
Provisão para créditos da carteira renegociada por atraso	339.220	400.217
(%) PDD sobre a carteira renegociada por atraso	49,75%	50,97%
Inadimplência após 90 dias de atraso da carteira renegociada	322.371	325.660
(%) Inadimplência sobre a carteira renegociada por atraso	47,28%	41,48%

⁽¹⁾ Representa o montante renegociado no período das operações de crédito, vincendas ou em atraso.

⁽²⁾ Créditos renegociados no período para composição de dívidas em virtude de atraso no pagamento pelos clientes.

⁽³⁾ Créditos renegociados de operações não vencidas para prorrogação, novação, concessão de nova operação para liquidação parcial ou integral de operação anterior ou qualquer outro tipo de acordo que implique alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas.

(vii) Garantias prestadas (Off Balance)

A exposição máxima ao risco de crédito para a carteira de compromissos de crédito por avais e fianças, registrados em contas de compensação, na data das Demonstrações Contábeis, por ramo de atuação da contraparte, é de:

	31.12.2019							31.12.2018
	Comércio	Indústria	Instituições Financeiras	Pessoas Físicas	Serviços	Outros	Total	Total
Avais e Fianças	626.646	1.216.482	2.149.548	10.868	2.405.984	197.584	6.607.112	5.539.972
Total	626.646	1.216.482	2.149.548	10.868	2.405.984	197.584	6.607.112	5.539.972

As garantias prestadas estão segregadas nos seguintes estágios:

	31.12.2019	%	31.12.2018	%
Estágio 1	5.681.891	86%	3.737.382	67%
Estágio 2	863.419	13%	1.707.338	31%
Estágio 3	61.802	1%	95.252	2%
Total	6.607.112	100%	5.539.972	100%

	31.12.2019		31.12.2018	
	Valores Garantidos	Provisão	Valores Garantidos	Provisão
Vinculadas a licitações, leilões, prestação de serviços ou execução de obras	833	-	1.150	-
Aval ou fiança em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal	3.591.541	147.218	3.334.919	248.699
Vinculadas à distribuição de TVM por oferta pública	91.007	482	132.907	771
Outras fianças bancárias	2.687.491	42.186	1.959.551	37.998
Outras garantias financeiras prestadas	236.240	-	111.445	595
Total	6.607.112	189.886	5.539.972	288.063

(viii) Garantias recebidas

O Banco BV utiliza garantias com o objetivo de reduzir a ocorrência de perdas em operações com risco de crédito, gerenciando-as de modo que sejam suficientes e legalmente executáveis.

Os principais tipos de garantias da carteira de negócios Varejo são: veículos – neste tipo de operação, a alienação fiduciária do próprio veículo é utilizada como garantia; Crédito Pessoal com Garantia – empréstimo que contém como garantia o bem do cliente.

Já na carteira do Atacado, são solicitadas como garantias, principalmente: cessão de direitos creditórios, alienação fiduciária de imóveis e veículos, aval e hipoteca.

Em situações em que o valor da garantia associada é suficiente para cobrir parte da dívida, o reconhecimento de perda sobre essa exposição é ponderado considerando-se o valor de tal garantia, dado que o Conglomerado julga ser possível o recebimento de parte deste valor através da execução dos bens.

Para a vinculação de garantias, os bens são submetidos à avaliação técnica e têm seus valores atualizados regularmente, a depender da modalidade da garantia. No caso de garantia pessoal, é analisada também a situação econômico-financeira dos avalistas ou fiadores.

As garantias recebidas em operações de crédito e de arrendamento mercantil financeiro, bem como em operações com títulos e valores mobiliários dos segmentos Atacado, Atividades com Mercado, e Varejo, na data das Demonstrações Contábeis, por ramo de atuação da contraparte, são de:

	31.12.2019					
	Comércio	Indústria	Instituições Financeiras	Pessoa Física	Serviços	Total
Avais e Fianças	2.504.140	3.266.529	205.196	71.313	2.485.684	8.532.862
Títulos e Valores Mobiliários	738.174	1.180.490	5.328	330.028	1.201.349	3.455.369
Máquinas e Equipamentos	210.995	278.081	-	-	129.327	618.403
Hipotecas	895.029	1.927.061	-	234.431	647.187	3.703.708
Alienação fiduciária de veículos	-	-	-	30.308.966	-	30.308.966
Outros	555.094	414.480	2.611.272	-	484.221	4.065.067
Total	4.903.432	7.066.641	2.821.796	30.944.738	4.947.768	50.684.375

	31.12.2018					
	Comércio	Indústria	Instituições Financeiras	Pessoa Física	Serviços	Total
Avais e Fianças	3.115.530	3.555.515	-	147.452	1.930.501	8.748.998
Títulos e Valores Mobiliários	884.082	946.128	514.035	277.663	738.823	3.360.731
Máquinas e Equipamentos	208.481	396.562	-	-	71.459	676.502
Hipotecas	1.032.726	1.895.241	-	300.472	1.026.798	4.255.237
Alienação fiduciária de veículos	-	-	-	30.462.435	-	30.462.435
Outros	521.758	1.228.736	12.353.055	-	452.088	14.555.637
Total	5.762.577	8.022.182	12.867.090	31.188.022	4.219.669	62.059.540

A exposição máxima de risco de crédito e suas respectivas garantias são apresentadas na nota explicativa 36a(iv) Exposição a risco de crédito.

(ix) Transferência de ativos financeiros que não são desreconhecidos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o Conglomerado efetuou transações que resultaram na transferência de ativos financeiros representados por títulos e valores mobiliários de emissão pública e operações de crédito e de arrendamento mercantil para clientes. De acordo com as condições das operações em que o Conglomerado retém substancialmente riscos e benefícios sobre essas transações, os ativos financeiros transferidos continuam sendo reconhecidos em sua totalidade nos livros da instituição.

O Conglomerado transfere ativos financeiros através das seguintes transações:

	31.12.2019	31.12.2018
Ativos financeiros transferidos	18.271.486	29.547.888
Ativos financeiros com acordo de revenda (Nota 14)	1.747.615	8.975.899
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado ⁽¹⁾	4.529.817	6.969.934
Ativos financeiros mensurados ao valor justo em outros resultados abrangentes ⁽¹⁾	7.372.470	6.414.083
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado ⁽¹⁾	725.297	1.978.138
Operações de crédito ⁽²⁾	3.896.287	5.209.834
Passivos associados	(19.700.124)	(30.719.985)
Passivos financeiros ao custo amortizado (Notas 21a e 21b)	(18.916.085)	(28.964.716)
Passivos financeiros ao valor justo no resultado (Nota 20)	(784.039)	(1.755.269)
Total	(1.428.638)	(1.172.097)

⁽¹⁾ Referem-se a títulos e valores mobiliários que estão vinculados a compromisso de recompra.

⁽²⁾ Os ativos financeiros referem-se aos créditos cedidos com coobrigação e os passivos financeiros associados a ativos transferidos referem-se aos cessionários (cessões com coobrigação).

Passivos Financeiros - Operações com Acordo de Recompra

Operações com acordo de recompra são transações nas quais o Conglomerado vende um título, em sua maioria de emissão pública, e simultaneamente se compromete a comprar esse mesmo título com preço fixo, em data futura. O Conglomerado continua reconhecendo o título em sua totalidade no balanço patrimonial porque os riscos e benefícios dos títulos foram substancialmente retidos, isto é, os rendimentos que os títulos oferecem são reconhecidos pelo Conglomerado.

Cessão de crédito com retenção substancial de riscos e benefícios

O Conglomerado transfere o direito de receber o fluxo financeiro futuro dos ativos financeiros classificados como operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro ao cessionário, mediante recebimento de uma quantia em caixa, calculada na data da transferência. Contudo, o Conglomerado continua reconhecendo em seu balanço patrimonial, os saldos dos ativos financeiros em rubricas destacadas porque os riscos e benefícios dos títulos foram substancialmente retidos, isto é, qualquer situação de inadimplência ocorrida nos recebíveis transferidos é de inteira responsabilidade do Conglomerado. Por conta desta responsabilidade perante o cessionário, um passivo financeiro associado é reconhecido.

O Conglomerado detém garantias para operações de crédito e de arrendamento mercantil financeiro na forma de hipotecas sobre propriedades, valores mobiliários e outras garantias.

(x) Instrumentos derivativos sujeitos a compensação com acordos master executáveis de liquidação

O Conglomerado contrata operações de derivativos, através de Contrato Geral de Derivativo (CGD) e Contrato para Operações de Derivativo (COD) que preveem pagamentos líquidos. Em geral, com base nesses contratos os montantes detidos por cada contraparte em um determinado dia em relação a todas as transações em aberto e na mesma moeda, são agregados em um único montante líquido que é pago pela parte para a outra. Em certas circunstâncias, por exemplo, quando um evento de inadimplência ocorre, todas as transações em aberto sob esse contrato são encerradas, então o valor de encerramento é apurado e apenas um único montante líquido é pago para liquidação de todas as transações.

Esses contratos não atendem os critérios para compensação de saldos no Balanço Patrimonial. Isso porque atualmente o Conglomerado não possui nenhum direito legalmente exercível para compensar os montantes reconhecidos, uma vez que o direito de compensação só pode ser exercido na ocorrência futura de determinados eventos, tais como a inadimplência das operações.

A tabela a seguir indica os valores contábeis dos instrumentos financeiros reconhecidos que estão sujeitos aos contratos mencionados acima.

Descrição	Valores brutos de ativos financeiros reconhecidos	Valores brutos de passivos financeiros reconhecidos	Saldos líquidos
Derivativos			
2019	197.412	(209.112)	(11.700)
2018	66.133	(69.140)	(3.007)

b) Risco de mercado

(i) Definição

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes da flutuação nos valores de mercado de exposições detidas por uma Instituição Financeira. Estas perdas financeiras podem ser incorridas em função do impacto produzido pela variação de fatores de risco, tais como taxas de juros, das paridades cambiais, dos preços de ações e de *commodities*, entre outros.

(ii) Gestão do Risco de Mercado

As funções de gerenciamento de risco de mercado compreendem um conjunto de atividades funcionais que permeiam toda a cadeia de negócio, desde o desenvolvimento de produtos, a negociação de operações, a modelagem e o controle de risco de mercado e de resultado e a formalização, contabilização e liquidação de operações, bem como o acompanhamento da efetividade dos processos e controles utilizados.

Tais funções são desempenhadas por unidades funcionais formalmente constituídas, com equipes tecnicamente capacitadas, sob gestão segregada, e com atribuições claramente definidas.

O Conglomerado adota um conjunto de medidas objetivas para gestão e controle de riscos de mercado:

- VaR (Valor em risco): busca determinar o risco decorrente de exposições de mercado, por meio da determinação da maior perda esperada dentro de um intervalo de confiança e de um horizonte de tempo;
- Teste de estresse: é utilizado para estimar as oscilações potenciais de valor nos instrumentos financeiros, que ocorrem em função de movimentos extremos das variáveis de mercado (ou fatores de risco);
- Capital regulatório de risco de mercado: compreende o capital regulatório apurado em decorrência das exposições das carteiras de negociação e não-negociação;
- Análises de sensibilidade: é utilizada para estimar as oscilações potenciais de valor nos instrumentos financeiros, que ocorrem em função de oscilações nos fatores de risco;
- Análise de GAP: consiste na mensuração dos descasamentos de fluxos de caixa por fator de risco. A análise é feita para o Consolidado e para as carteiras de negociação e não-negociação; e
- sVar (VAR estressado). sVAR consiste numa medida complementar ao Var histórico, com o objetivo de simular, para a carteira atual da Instituição o impacto de períodos históricos de estresse não considerados na janela histórica de retornos do VAR.

As medidas de risco são utilizadas em conjunto com limites para a gestão do risco de mercado. Estes limites compreendem a definição dos valores máximos autorizados, em aderência às estratégias adotadas, ao leque de operações e produtos com negociação autorizada e consistentemente às premissas e metas orçamentárias.

O estabelecimento de limites tem por base o apetite de risco e é definido de tal forma a possibilitar, de forma pragmática, o cumprimento das metas de performance financeira pretendidas. Os limites e as metas são compatibilizados por ocasião da programação orçamentária. Os valores estabelecidos nos limites são atualizados e revistos com periodicidade mínima anual, juntamente com programação orçamentária.

Para fins da gestão e o controle consolidado do risco de mercado das exposições, as operações são segregadas em dois tipos de carteiras, de acordo com a sua estratégia de negócio: carteira *trading* (negociação) ou carteira *banking* (não-negociação).

A carteira *trading* abrange todas as operações, instrumentos financeiros, mercadorias ou derivativos, detidas com a intenção de negociação, ou giro, ou destinadas a hedging de outras operações integrantes da carteira *trading*, e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. A carteira *banking* abrange todas as operações não classificadas como *trading*.

A carteira *trading* é composta pelas operações que o Conglomerado possui e que estão disponíveis para negociação. Para a mensuração do risco da carteira *trading*, o Conglomerado adota metodologia de VaR por simulação histórica.

Métrica utilizada para apuração, com base em técnicas estatísticas, da perda máxima em valor de mercado, em condições normais, de uma determinada posição ou carteira, dado um grau de certeza estatística (nível de confiança) e um determinado horizonte de tempo.

Para o cálculo do VaR é utilizada a abordagem da simulação histórica, baseada no conceito de P&L (Profit and Loss Statement), a qual é adotada no modelo Full Valuation. Trata-se de um modelo não paramétrico que utiliza dados históricos para inferência do futuro. O modelo de Full Valuation permite levar em consideração todas as características dos instrumentos, inclusive instrumentos não-lineares.

O Banco BV adota as seguintes premissas para o cálculo do VaR:

- Amostra histórica dos últimos 500 dias úteis;
- Nível de Confiança de 99%;
- Holding Period de 10 dias úteis.

A tabela a seguir apresenta o VaR mínimo, médio e máximo da carteira *trading*.

Período	Mínimo	Médio	Máximo
Janeiro a Dezembro/ 2019	8.667	73.610	268.723
Janeiro a Dezembro/ 2018	8.767	31.158	150.868

A carteira *banking* é composta pelas exposições estruturais, decorrentes da concessão e manutenção das operações de crédito, propriamente ditas, e das captações, que proveem funding para estas operações de crédito, independentemente dos prazos e moedas das operações ou de suas segmentações comerciais (varejo e atacado: middle ou corporate). Também são consideradas na carteira *banking* as operações destinadas a hedging do patrimônio ou das operações de crédito ou de captação integrantes da carteira *banking*.

Esta carteira é também conhecida como a carteira estrutural, por compreender a gestão estrutural dos descasamentos entre ativos e passivos. Até janeiro de 2018 para a mensuração do risco da carteira *banking*, a Instituição adotava a metodologia de VaR por simulação histórica e a metodologia adota os preceitos estabelecidos pelo Bacen, por meio da Circular nº 3.365, de 12/09/2007.

Ao longo de 2017 a Instituição realizou evoluções nas métricas de gestão do risco de IRRBB com o objetivo de se adequar as novas normas regulatórias (Resolução nº 4.557 vigente para Instituições classificadas como S2 a partir de fevereiro de 2018) e aos princípios recomendados de Basiléia. Nesse contexto, a avaliação e o controle do risco de taxas de juros envolve a mensuração das seguintes métricas:

- **Delta EVE** (Change in Economic Value of Equity): A abordagem de valor econômico calcula o efeito da variação da taxa de juros a partir da remarcação econômica dos ativos e passivos da Instituição. Esta métrica avalia o impacto no capital da instituição decorrente da venda ou liquidação hipotética de suas posições (ativos e passivos) em condições diferentes das vigentes no mercado;
- **Delta NII** (Change in Net Interest Income): A abordagem de variação de margem de juros tem por objetivo capturar os efeitos das variações nas receitas de intermediação da Instituição decorrentes de variações das taxas de juros.

O Conglomerado adota sistemas corporativos para mensuração e controle de riscos de mercado, combinando aplicativos desenvolvidos internamente com soluções de mercado, de atestada robustez.

Complementarmente, o Conglomerado adota processo estruturado para a comunicação dos assuntos relacionados ao gerenciamento de riscos de mercado que compreende a emissão periódica de relatórios que demonstram os níveis de utilização dos limites utilizados, a realização periódica de fóruns colegiados de acompanhamento, e emissão de mensagens eletrônicas específicas em situação de extrapolação de limites ou desenquadramentos de operações.

(iii) Análises de Sensibilidade

O Conglomerado utiliza duas metodologias de análise de sensibilidade das suas exposições:

Análise de Sensibilidade 1

Inicialmente, utiliza como método a aplicação de choques paralelos nas curvas dos fatores de risco mais relevantes. Tal método tem como objetivo simular os efeitos no resultado do Conglomerado diante de cenários eventuais, os quais consideram possíveis oscilações nas taxas de juros praticadas no mercado. Para efeito de simulação, são considerados dois cenários eventuais, nos quais o fator de risco analisado sofreria um aumento ou uma redução da ordem de 100 pontos base.

Carteira Trading

Fator de risco	Conceito	Choque da taxa básica de juros			
		31.12.2019		31.12.2018	
		+ 100 bps	- 100 bps	+ 100 bps	- 100 bps
Taxa prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	(5.001)	5.102	1.699	(1.366)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	(96)	98	199	(1.354)
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	197	(201)	(484)	514

Carteira Trading e Banking

Fator de risco	Conceito	Choque da taxa básica de juros			
		31.12.2019		31.12.2018	
		+ 100 bps	- 100 bps	+ 100 bps	- 100 bps
Taxa prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	(170.356)	173.798	(106.368)	109.122
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	117.803	(120.183)	33.454	(33.575)
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	(14.587)	14.881	(16.298)	17.070
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	461	(470)	5.977	(6.295)

Análise de Sensibilidade 2

São realizadas simulações que medem o efeito dos movimentos das curvas de mercado e dos preços sobre as exposições mantidas pelo Conglomerado, tendo como objetivo simular os efeitos no resultado diante de três cenários específicos, conforme apresentado a seguir:

- **Cenário 1** - Na construção desse cenário, as moedas e o índice IBOVESPA sofrem choques de 1% sobre o valor de fechamento em 31 de dezembro de 2019. As curvas de juros pré-fixado, de cupons de índice de preços, de cupons de moeda estrangeira e demais cupons de taxa de juros sofrem choques paralelos de 10 pontos base, ou seja, todos os valores, independente do prazo, aumentam em 0,10%.
- **Cenário 2** - Cenário onde as moedas e o índice IBOVESPA sofrem choques de 25% e as taxas de juros sofrem choques paralelos de 25% sobre o valor de fechamento em 31 de dezembro de 2019.
- **Cenário 3** - Cenário onde as moedas e o índice IBOVESPA sofrem choques de 50% e as taxas de juros sofrem choques paralelos de 50% sobre o valor de fechamento em 31 de dezembro de 2019.

Na análise feita para as operações classificadas na carteira banking, tem-se que a valorização ou a desvalorização em decorrência de mudanças em taxa de juros e preços praticados no mercado, não representam impacto financeiro e contábil significativo sobre o resultado do Conglomerado. Isto porque esta carteira é composta, majoritariamente, por operações de crédito, captações de varejo e títulos e valores mobiliários, cujo registro contábil é realizado, principalmente, pelas taxas pactuadas na contratação das operações. Adicionalmente, destaca-se o fato dessas carteiras apresentarem como principal característica a classificação contábil de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e, portanto, os efeitos das oscilações em taxa de juros ou preços são refletidos no Patrimônio Líquido e não no resultado. Há também operações atreladas naturalmente a outros instrumentos (hedge natural), minimizando dessa forma os impactos em um cenário de estresse.

Nos quadros a seguir, encontram-se sintetizados os resultados para a carteira trading, composta por títulos públicos e privados, instrumentos financeiros derivativos e recursos captados por meio de operações com acordo de recompra, e banking, apresentando os valores observados em cada data base:

Carteira Trading

Fator de risco / Conceito	Exposição	Cenário I		Cenário II		Cenário III	
		Variação de taxas	Resultado	Variação de taxas	Resultado	Variação de taxas	Resultado
	31.12.2019						
Taxa prefixada / Risco de variação das taxas prefixadas de juros	(795.483)	Aumento	502	Redução	(5.887)	Redução	(12.105)
Cupons de moedas estrangeiras / Risco de variação de cupom cambial	(763.414)	Aumento	(9)	Aumento	(105)	Aumento	(218)
Variação cambial / Risco de variação das taxas de câmbio	(293.074)	Aumento	4.682	Redução	(132.822)	Redução	(302.418)
Índice de preços / Risco de variação de cupons de índices de preços	(140.849)	Aumento	(20)	Redução	(9)	Redução	(17)
Outros / Risco de variação dos demais cupons	9.746	Aumento	123	Redução	(6.279)	Redução	(29.466)
	31.12.2018						
Taxa prefixada / Risco de variação das taxas prefixadas de juros	1.136.038	Aumento	14.337	Redução	(240.974)	Redução	(494.297)
Cupons de moedas estrangeiras / Risco de variação de cupom cambial	(1.175.285)	Aumento	3.473	Redução	(25.092)	Redução	(52.855)
Variação cambial / Risco de variação das taxas de câmbio	25.089	Aumento	(37.766)	Aumento	(749.122)	Aumento	(1.248.679)
Índice de preços / Risco de variação de cupons de índices de preços	162.697	Aumento	365	Redução	(2.553)	Redução	(5.224)
Outros / Risco de variação dos demais cupons	20.226	Aumento	476	Redução	(1.943)	Redução	(1.950)

Carteira Trading e Banking

Fator de risco / Conceito	Exposição	Cenário I		Cenário II		Cenário III	
		Variação de taxas	Resultado	Variação de taxas	Resultado	Variação de taxas	Resultado
	31.12.2019						
Taxa prefixada / Risco de variação das taxas prefixadas de juros	10.237.376	Aumento	(17.175)	Aumento	(191.930)	Aumento	(375.665)
Cupons de moedas estrangeiras / Risco de variação de cupom cambial	(4.469.421)	Aumento	11.891	Redução	(74.897)	Redução	(152.101)
Variação cambial / Risco de variação das taxas de câmbio	(293.074)	Aumento	3.354	Redução	(89.803)	Redução	(174.801)
TJLP / Risco de variação de cupom de TJLP	113.867	Aumento	(1.473)	Redução	(361)	Redução	(721)
TR/TBF / Risco de variação de cupom de TR e TBF	36.579	Aumento	398	Manutenção	-	Manutenção	-
Índice de preços / Risco de variação de cupons de índices de preços	21.484	Aumento	(61)	Redução	(161)	Redução	(317)
Outros / Risco de variação dos demais cupons	20.284	Aumento	123	Redução	(6.279)	Redução	(29.466)
31.12.2018							
Taxa prefixada / Risco de variação das taxas prefixadas de juros	(2.673.457)	Aumento	(7.156)	Aumento	(117.546)	Aumento	(236.930)
Cupons de moedas estrangeiras / Risco de variação de cupom cambial	(8.516.886)	Aumento	10.020	Redução	(84.254)	Redução	(170.575)
Variação cambial / Risco de variação das taxas de câmbio	25.089	Aumento	6.299	Redução	(170.535)	Redução	(395.772)
TJLP / Risco de variação de cupom de TJLP	(346.454)	Aumento	1.182	Aumento	(2.908)	Aumento	(5.854)
TR/TBF / Risco de variação de cupom de TR e TBF	28.499	Aumento	550	Manutenção	-	Manutenção	-
Índice de preços / Risco de variação de cupons de índices de preços	1.117.097	Aumento	(2.863)	Aumento	(19.282)	Aumento	(38.011)
Outros / Risco de variação dos demais cupons	34.351	Aumento	476	Redução	(1.943)	Redução	(1.950)

(iv) Testes de Estresse

O Conglomerado utiliza métricas de estresse resultantes de simulações de suas exposições sujeitas a riscos de mercado sob condições extremas, tais como crises financeiras e choques econômicos. Estes testes objetivam dimensionar os impactos de eventos plausíveis, mas com baixa probabilidade de ocorrência. O programa de testes de estresse de risco de mercado do Conglomerado faz uso de métodos de avaliação baseados em testes retrospectivos.

Testes Retrospectivos

O teste retrospectivo de estresse estima a variação das exposições da carteira consolidada do Banco, mediante a aplicação de choques nos fatores de risco equivalentes aos registrados em períodos históricos de estresse do mercado, considerando os seguintes parâmetros:

- Extensão da série histórica para determinação dos cenários: 2005 até a data-base de referência;
- Período de manutenção: retornos acumulados de 10 dias úteis;
- Periodicidade do teste: diária.

Os resultados dos testes retrospectivos de estresse objetivam avaliar a capacidade de absorção de grandes perdas e identificar eventuais medidas para redução dos riscos da instituição.

Para as estimativas de ganhos e perdas do teste retrospectivo de estresse na carteira consolidada, em 31 de dezembro de 2019 e com base na percepção da alta Administração acerca do comportamento das ações, commodities, moedas estrangeiras e taxas de juros, foram utilizados dois cenários:

Cenário I - Nesse cenário, as curvas de juros sofrem choques paralelos positivos; a taxa de câmbio (reais/dólar) considerada é de R\$ 4,38, as commodities sofrem choques positivos de 10% sobre o valor de fechamento em 31 de dezembro de 2019; e é aplicada uma variação negativa de -15,28% no Índice BOVESPA.

Cenário II - Nesse cenário as curvas de juros sofrem choques paralelos negativos; a taxa de câmbio (reais/dólar) considerada é de R\$ 4,45, as commodities sofrem choques negativos de 10% sobre o valor de fechamento em 31 de dezembro de 2019; e é aplicada uma variação positiva de 24,49% do Índice BOVESPA.

Os valores demonstrados nas tabelas representam as maiores perdas e os maiores ganhos na carteira consolidada dentre os cenários da série histórica utilizados na simulação.

Seguem os resultados do teste retrospectivo de estresse da carteira consolidada de acordo com o programa de teste de estresse de risco de mercado do Conglomerado.

Estimativas de maiores perdas do teste retrospectivo de estresse – Carteira Consolidada

Fator de risco	31.12.2019		31.12.2018	
	Exposição	Estresse	Exposição	Estresse
Ações	20.284	(743)	34.351	(965)
Moedas estrangeiras	287.562	(39.336)	25.089	(4.181)
Taxa de juros	5.960	(73.923)	(10.391.200)	(236.499)
Total	313.806	(114.002)	(10.331.760)	(241.645)

Estimativas de maiores ganhos do teste retrospectivo de estresse – Carteira Consolidada

Fator de risco	31.12.2019		31.12.2018	
	Exposição	Estresse	Exposição	Estresse
Ações	20.284	5.326	34.351	8.983
Moedas estrangeiras	287.562	30.050	25.089	6.486
Taxa de juros	5.960	25.316	(10.391.200)	218.874
Total	313.806	60.692	(10.331.760)	234.343

c) Risco de liquidez

(i) Definições

O risco de liquidez é definido pela:

- A possibilidade de o Conglomerado não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- A possibilidade de o Conglomerado não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

(ii) Gestão do Risco de Liquidez

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez identifica, mensura, avalia, monitora, reporta, controla e propõe ações de mitigação dos riscos associados ao Conglomerado Prudencial por meio das seguintes práticas:

- Manutenção de nível adequado de ativos livres com alto grau de monetização e uso de parâmetro referencial de liquidez (caixa alvo);
- Gestão do perfil de descasamento temporal entre passivos e ativos, captações e operações de crédito concedidas, otimizando a alocação de recursos próprios e minimizando o risco de liquidez;
- Otimização da diversificação das fontes de captação, monitorando a concentração dos provedores de funding, e pela prática de remuneração em aderência aos níveis praticados no mercado para recursos de terceiros, e ao nível de retorno esperado pelos acionistas para os recursos próprios.

O Conglomerado mantém um plano de contingência estruturado e revisado periodicamente com o objetivo de possibilitar, a curto prazo, a recomposição dos níveis pré-estabelecidos de caixa, com a atribuição de responsáveis e instrumentos.

As funções de gerenciamento de risco de liquidez são desempenhadas por unidades funcionais segregadas, formalmente constituídas, formadas por equipes capacitadas e com atribuições claramente definidas.

A gestão da liquidez do Conglomerado é de responsabilidade da área de Tesouraria e a gestão do risco de liquidez é realizada pela área de Riscos que avalia e monitora o risco da Instituição, estabelecendo os processos, ferramentas e limites necessários para a geração e análise de cenários prospectivos e o acompanhamento e adequação aos níveis de apetite a este risco estabelecido pela Alta Administração.

As principais medidas objetivas para a para gestão e controle de riscos de liquidez são:

- O limite referencial de liquidez e o caixa mínimo operacional compreendem o estabelecimento de intervalos e patamares mínimos aceitáveis, configurando limites prospectivos para cenários adversos de liquidez;
- Cenários de vencimento: compreendem a apuração do perfil futuro de liquidez, tendo por base a premissa geral de vencimento das carteiras atuais e todos os fluxos de caixa;
- Cenários orçamentários: compreendem a apuração do perfil futuro de liquidez, com premissas consistentes com o planejamento orçamentário, tendo por base a premissa geral de rolagem das carteiras atuais;
- Cenários de estresse: compreendem simulações do impacto nas carteiras decorrente de condições extremas de mercado e/ou da dinâmica e da composição das carteiras, que possam alterar de forma significativa os cenários projetados de liquidez do Banco;
- Análises de sensibilidade: compreendem simulações de sensibilidade no perfil futuro de liquidez em função de pequenas oscilações nas condições de mercado e/ou na dinâmica e composição das carteiras; e
- Perfil de concentração de captação: compreende o acompanhamento do perfil de concentração das carteiras, em termos de volumes, prazos, instrumentos, segmentos e contrapartes.

O CMN por meio da Resolução nº 4.401 estabelece os limites mínimos do Indicador de liquidez de curto prazo (LCR) e as condições para sua observância. O LCR é uma métrica que tem por objetivo mostrar que as instituições financeiras possuem recursos de alta liquidez para resistir a um cenário de estresse no horizonte de 30 dias, mediante critérios estabelecidos pela regulamentação.

Em dezembro/19, a média do LCR foi de 180%, acima do requisito mínimo regulamentar que é de 100%. O índice reflete uma gestão conservadora da liquidez e do funding da Instituição.

Indicador de liquidez de curto prazo	31.12.2019	31.12.2018
LCR	180%	163%
Total HQLA ⁽¹⁾	14.499	11.722
Total de saídas líquidas de caixa	8.063	7.193

⁽¹⁾ São os ativos de alta liquidez, que se mantêm líquidos nos mercados durante períodos de estresse e que atendem alguns requisitos mínimos definidos pela Circular nº 3749 do Banco Central do Brasil.

Adicionalmente, a Instituição adota processo estruturado para a comunicação dos assuntos relacionados ao gerenciamento de riscos de liquidez. Este processo de comunicação compreende:

- A emissão periódica de relatórios objetivos, nos quais são apresentados os cenários de liquidez e a evolução do perfil das carteiras de captação, bem como demonstrados os níveis de utilização de limites autorizados; e
- A realização periódica dos fóruns colegiados de acompanhamento, em observância às alçadas decisórias.

d) Risco operacional

(i) Definições

O risco operacional é definido como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Esta definição inclui o Risco Legal associado à inadequações ou deficiências em contratos firmados pelo Conglomerado, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Conglomerado. Entre os eventos de risco operacional, incluem-se:

- Fraudes internas e externas;
- Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho;
- Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
- Danos a ativos físicos próprios ou em uso pelo Conglomerado;
- Situações que acarretem a interrupção das atividades do Conglomerado;
- Falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de Tecnologia da Informação (TI); e
- Falhas na execução, no cumprimento de prazos ou no gerenciamento das atividades pelo Conglomerado.

(ii) Gerenciamento do risco operacional

O gerenciamento do risco operacional tem como objetivo apoiar a gestão dos negócios por meio da avaliação e controle do risco, da captura e gestão da base de perdas operacionais e da mensuração do capital alocado para risco operacional, possibilitando a priorização e implantação de planos de melhoria de processos, de acordo com os níveis de tolerância ao risco definidos pela Alta Administração.

As funções de gerenciamento de risco operacional compreendem um conjunto de atividades que permeiam toda a "cadeia de negócio", desenvolvimento de produtos, negociação e desembolso de operações, modelagem e controle do risco operacional e o acompanhamento da efetividade dos processos e controles utilizados.

As funções de gerenciamento de risco operacional são desempenhadas por unidades funcionais segregadas, formalmente constituídas, formadas por equipes capacitadas e com atribuições claramente definidas.

2. Gerenciamento do Capital

A gestão do Capital na instituição é realizada com o objetivo de garantir a adequação aos limites regulatórios e o estabelecimento de uma base sólida de capital que viabilize o desenvolvimento dos negócios e operações de acordo com o plano estratégico da instituição.

Em linha com a Resolução nº 4.557 do Conselho Monetário Nacional (CMN), e Circular nº 3.846 do BACEN, a Instituição dispõe de estrutura e políticas institucionais para o gerenciamento do capital, aprovado pelo Conselho de Administração, em consonância com o Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP), contemplando os seguintes itens:

- Gestão de capital por meio de processo contínuo de planejamento, avaliação, controle e monitoramento do capital necessário para fazer frente aos riscos relevantes;
- Políticas e estratégias documentadas;
- Fóruns específicos para compor estratégias e efetuar a gestão do uso do capital;
- Plano de capital para três anos, abrangendo metas e projeções de capital, principais fontes de captação e plano de contingência de capital;
- Testes de estresse e seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais para a Alta Administração (diretoria e Conselho de Administração);
- Avaliação de Suficiência de Capital na Visão Regulatória e Econômica; e
- Reporte ao regulador relativos à gestão de capital, por meio do Demonstrativo de Limites Operacionais e Relatório Anual do Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP).

As funções de gerenciamento de capital são desempenhadas por unidades formalmente constituídas, com equipes tecnicamente capacitadas, sob gestão segregada, e com atribuições claramente definidas.

(i) Capital regulamentar

O Capital regulamentar, classificado como Patrimônio de Referência (PR), é o patrimônio utilizado como base para verificação do cumprimento dos limites operacionais das instituições financeiras.

A partir de outubro de 2013 passou a vigorar o conjunto normativo que implementou no Brasil as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de capital de instituições financeiras, conhecidas por Basileia III. As normas adotadas tratam dos seguintes assuntos:

- Metodologia de apuração do capital regulamentar (PR), que continua a ser dividido nos Níveis I e II, sendo o Nível I composto pelo Capital Principal (deduzido de Ajustes Prudenciais) e Capital Complementar;
- Metodologia de apuração da exigência de manutenção de Capital, adotando requerimentos mínimos de capital regulamentar (PR), de Nível I e de Capital Principal, e introdução do Adicional de Capital Principal (ACP). O ACP é composto pelas parcelas de ACPConservação, ACPContracíclico e ACPSistêmico, definidas pela Resolução nº 4.193 do CMN e em vigor desde 2016.

A Resolução CMN nº 4.192 define os itens referentes aos ajustes prudenciais a serem deduzidos do Patrimônio de Referência, tais como créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributárias futuras para sua realização, créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido, ágios pagos na aquisição de investimentos com expectativa de rentabilidade futura, dentre outros.

De acordo com a Resolução CMN nº 4.192, as deduções referentes aos ajustes prudenciais são efetuadas de forma gradativa, em 20% ao ano, de 2014 a 2018, com exceção dos ativos diferidos e instrumentos de captação emitidos por instituições financeiras, os quais já estão sendo deduzidos na sua integralidade, desde outubro de 2013.

O escopo de consolidação utilizado como base para a verificação dos limites operacionais considera o Conglomerado Prudencial, a partir de 01 de janeiro de 2015, definido na Resolução CMN nº 4.280.

(ii) Ativo Ponderado pelo Risco - RWA

Para fins de cálculo do requerimento mínimo de capital, apura-se o RWA, conforme definido pela Resolução 4.193 do CMN, é composto pela soma dos ativos ponderados pelo risco referentes aos riscos de crédito (RWACPAD), mercado (RWAMPAD) e operacional (RWAOPAD).

O Capital Exigido é obtido a partir das parcelas dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), sendo apurado por meio da multiplicação pelo “fator F”, que em 2018 (de janeiro à dezembro) foi de 8,625% e, a partir de 2019 é de 8%.

(iii) Índices de Capital

Os índices de capital são apurados segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.192 e nº 4.193, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), respectivamente, sendo eles:

- Índice de Basileia (PR / RWA);
- Índice de Capital Principal (Capital Principal / RWA);
- Índice de Nível I (Nível I / RWA).

A partir de 1º de outubro de 2015, entrou em vigor a Circular nº 3.748, que dispõe sobre a metodologia para a apuração da Razão de Alavancagem (RA). Esta circular está alinhada com as recomendações contidas nos documentos de Basileia III, divulgadas com o objetivo de aperfeiçoar a capacidade de as instituições financeiras absorverem choques provenientes do próprio sistema financeiro ou dos demais setores da economia, propiciando a manutenção da estabilidade financeira.

A Razão de Alavancagem (RA), conforme estabelecido na circular, é definida pela razão do Nível I sobre a Exposição Total da Instituição. O limite mínimo da Razão de Alavancagem (RA) é de 3%, conforme Resolução nº 4.615 do Conselho Monetário Nacional.

(iv) Suficiência de Capital (Visão Regulatória)

A análise da suficiência de capital na visão regulatória tem como objetivo avaliar se a Instituição possui Patrimônio de Referência (Capital Disponível) em nível superior ao capital exigido para cobertura dos riscos de Pilar I, acrescido da exigência adicional para cobertura do risco de variação das taxas de juros das operações não classificadas na carteira de negociação (RBAN) conforme a Circular nº 3.365 do Bacen.

São apresentados a seguir as informações do Índice de Basileia do Conglomerado:

Índice de Basileia	31.12.2019	31.12.2018
PR – Patrimônio de Referência	9.975.245	9.358.228
Nível I	9.008.047	8.058.151
Capital Complementar	1.211.865	1.163.237
Capital Principal	7.796.182	6.894.914
Patrimônio Líquido ⁽¹⁾	10.011.553	9.473.209
Ajustes Prudenciais ⁽²⁾	(2.215.371)	(2.578.295)
Outros	(2.215.063)	(2.577.903)
Ajustes ao valor de mercado	(308)	(392)
Nível II	967.199	1.300.077
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	967.199	1.300.077
Dívidas subordinadas autorizadas em conformidade com a Resolução CMN nº 4.192/2013	967.199	1.296.820
Dívidas subordinadas autorizadas segundo normas anteriores à Resolução CMN nº 4.192/2013 ⁽³⁾	-	3.257
Recursos captados no exterior	-	-
Recursos captados com Letras Financeiras	-	3.257
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	66.069.415	59.452.545
Risco de Crédito (RWACPAD)	57.265.932	52.202.224
Risco de Mercado (RWAMPAD)	2.499.867	1.653.699
Risco Operacional (RWAOPAD)	6.303.616	5.596.622
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido ⁽⁴⁾	5.285.553	5.127.782
Capital Principal Mínimo Requerido ⁽⁵⁾	2.973.124	2.675.365
Patrimônio de Referência Nível I Mínimo Requerido ⁽⁶⁾	3.964.165	3.567.153
PR apurado para cobertura do risco de taxa de juros das operações não classificadas na carteira de negociação (RBN)	256.887	316.602
Margem sobre o Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	4.689.692	4.230.447
Margem sobre o Capital Mínimo Requerido	4.823.058	4.219.550
Margem sobre o Patrimônio de Referência Nível I Mínimo Requerido	5.043.882	4.490.999
Margem sobre o Patrimônio de Referência Mínimo Requerido incluído RBN e ACP ⁽⁷⁾	1.129.334	1.684.375
Índice de Capital Principal (CP / RWA)	11,80%	11,60%
Índice de Capital Nível I (Nível I / RWA)	13,63%	13,55%
Índice de Basileia (PR / RWA)	15,10%	15,74%

⁽¹⁾ Conforme artigo art. 4º, § 2º da Resolução CMN nº 4.192/2013, os valores relativos aos ajustes ao valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos utilizados para hedge de fluxo de caixa de itens protegidos que não tenham seus ajustes de marcação a mercado registrados contabilmente não compõe a base de cálculo para fins de apuração do Patrimônio de Referência. Os montantes informados contemplam esses ajustes.

⁽²⁾ Consideram os efeitos da aplicação da Resolução CMN nº 4.680/2017, que autorizou às instituições financeiras a deixarem de deduzir do Capital Principal (na proporção de no mínimo 50% até 30.06.2020 e 100% até 31.12.2020) os créditos tributários de prejuízos fiscais decorrentes de posição vendida em moeda estrangeira realizada com o objetivo de proporcionar hedge para sua participação em investimentos no exterior.

⁽³⁾ Considerou-se o saldo dos instrumentos de Dívida Subordinada emitidos anteriormente à Resolução CMN nº 4.192/2013 com a aplicação dos redutores estabelecidos no art. 27 da referida Resolução.

⁽⁴⁾ Corresponde à aplicação do fator "F" ao montante de RWA, sendo "F" igual a:

a. 9,25% do RWA, de 01.01.2017 a 31.12.2017.

b. 8,625% do RWA, de 01.01.2018 a 31.12.2018.

c. 8% do RWA, a partir de 01.01.2019.

⁽⁵⁾ Representa o mínimo de 4,5% do RWA.

⁽⁶⁾ Representa o mínimo de 6% do RWA.

⁽⁷⁾ Adicional de Capital Principal (ACP) que corresponde ao Adicional de Conservação e Adicional Contracíclico.

Ajustes Prudenciais deduzidos do Capital Principal:

	31.12.2019	31.12.2018
Ajuste prudencial I - Ágios pagos	(38.518)	(43.409)
Ajuste Prudencial II - Ativos Intangíveis	(277.669)	(259.189)
Ajuste Prudencial VII Créditos Tributários de Diferença Temporária	(581.067)	(909.820)
Ajuste Prudencial VIII - Crédito Tributário de Prejuízo Fiscal e de Base Negativa	(1.317.809)	(1.365.485)
Ajuste Prudencial XV – Diferença a Menor – Ajustes da Resolução 4.277/13	(308)	(392)
Total	(2.215.371)	(2.578.295)

Índice de Imobilização

O índice de imobilização do Conglomerado Prudencial totalizou 17,65% (20,82% em 31 de dezembro de 2018), sendo apurado em conformidade com as Resoluções CMN n.º 4.192/2013 e n.º 2.669/1999.

	31.12.2019	31.12.2018
Limite para imobilização	4.987.622	4.679.115
Valor da situação para o limite de imobilização	1.760.563	1.948.636
Valor da margem ou insuficiência	3.227.059	2.730.479

f) Gestão de ativos e passivos

O Comitê CCR – Controles e Riscos é responsável pela gestão dos riscos estruturais de taxa de juros, taxa de câmbio e de liquidez e o Comitê de ALM e Tributos é responsável pela gestão do capital que busca aperfeiçoar a relação risco versus retorno e maior eficiência na composição dos fatores que impactam no Índice de Solvabilidade (Basiléia).

A exposição do Conglomerado ao risco de moeda de estrangeira, apresentado em milhares de Reais, é de:

	31.12.2019				
	Moeda local	Dólar	Euro	Outras	Total
Ativo					
Ativos financeiros ao valor justo no resultado - Títulos e valores mobiliários (Nota 10)	9.330.890	807.124	-	-	10.138.014
Ativos financeiros ao valor justo em ORA - Títulos e valores mobiliários (Nota 10)	13.279.676	1.992.981	-	-	15.272.657
Ativos financeiros ao custo amortizado	52.427.542	3.418.683	499.970	40	56.346.235
Operações de crédito e de arrendamento mercantil financeiro (Nota 12) ⁽¹⁾	47.463.013	2.713.762	453.180		50.629.955
Ativos financeiros com acordo de revenda (Nota 14)	1.915.351	355.413	10.699	40	2.281.503
Títulos e valores mobiliários (Nota 10)	2.105.846	336.466	-	-	2.442.312
Outros ativos financeiros (Nota 17)	943.332	13.042	36.091	-	992.465
Outros ativos (Nota 17)	654.752	56.921	131.071	997	843.741
Total	75.692.860	6.275.709	631.041	1.037	82.600.647
Passivo					
Passivos financeiros ao valor justo no resultado - Outros passivos financeiros (Nota 20)	(786.035)	-	-	-	(786.035)
Passivos financeiros ao custo amortizado (Nota 21)	(67.525.217)	(12.584.169)	(187.060)	-	(80.296.446)
Outros passivos (Nota 22)	(987.545)	(525.358)	(55.173)	(31)	(1.568.107)
Total	(69.298.797)	(13.109.527)	(242.233)	(31)	(82.650.588)
Instrumentos financeiros derivativos					
Posição ativa em moeda estrangeira		42.154.801	308.917	-	
Posição passiva em moeda estrangeira		(35.481.347)	(824.655)	(12)	
Exposição cambial líquida - Posição comprada / (vendida)		(160.364)	(126.930)	994	

	31.12.2018				
	Moeda local	Dólar	Euro	Outras	Total
Ativo					
Ativos financeiros ao valor justo no resultado - Títulos e valores mobiliários (Nota 10)	11.381.478	741.700	-	-	12.123.178
Ativos financeiros ao valor justo em ORA	10.768.075	2.317.782	-	-	13.085.857
Títulos e valores mobiliários (Nota 10)	10.765.750	2.317.782	-	-	13.083.532
Aplicações em depósitos interfinanceiros (Nota 13)	2.325	-	-	-	2.325
Ativos financeiros ao custo amortizado	55.936.261	3.597.042	107.119	44	59.640.466
Operações de crédito e de arrendamento mercantil financeiro (Nota 12) ⁽¹⁾	42.967.604	3.312.552	104.915	-	46.385.071
Ativos financeiros com acordo de revenda (Nota 14)	10.373.786	284.490	2.204	44	10.660.524
Títulos e valores mobiliários (Nota 10)	2.413.735	-	-	-	2.413.735
Outros ativos financeiros (Nota 17)	181.136	-	-	-	181.136
Outros ativos (Nota 17)	1.875.125	64.932	34.901	574	1.975.532
Total	79.960.939	6.721.456	142.020	618	86.825.033
Passivo					
Passivos financeiros ao valor justo no resultado - Outros passivos financeiros (Nota 20)	(1.757.210)	-	-	-	(1.757.210)
Passivos financeiros ao custo amortizado (Nota 21)	(72.493.561)	(8.756.533)	10.848	(18)	(81.239.264)
Outros passivos (Nota 22)	(3.404.478)	(758.929)	(31.986)	(28)	(4.195.421)
Total	(77.655.249)	(9.515.462)	(21.138)	(46)	(87.191.895)
Instrumentos financeiros derivativos					
Posição ativa em moeda estrangeira		41.480.188	123.957	-	
Posição passiva em moeda estrangeira		(38.668.702)	(237.810)	-	
Exposição cambial líquida - Posição comprada / (vendida)		17.480	7.029	572	

⁽¹⁾ Inclui provisão para perdas por redução ao valor recuperável, ajustes ao valor justo, custos associados e outros recebíveis.

g) Hierarquia de valor justo

O cálculo do valor justo está sujeito a uma estrutura de controle definida para garantir que os valores calculados sejam determinados por um departamento independente do tomador de risco.

O valor justo é determinado de acordo com a seguinte hierarquia:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos;
- **Nível 2:** inputs incluídos no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3:** premissas que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Envolve o emprego de métodos quantitativos, amplamente aceitos, que utilizam referenciais de mercado e dados não observáveis no mercado na produção de suas estimativas.

Os valores apurados para os instrumentos classificados no nível 3, referentes aos exercícios 2019 e 2018 não são materiais.

A tabela a seguir apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2019 e 2018, classificados nos diferentes níveis hierárquicos de mensuração pelo valor justo:

	31.12.2019				31.12.2018			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativo								
Ativos financeiros com acordo de revenda ⁽¹⁾	-	1.877.581	-	1.877.581	-	3.598.021	-	3.598.021
Ativos financeiros ao valor justo no resultado (Nota 10)	8.660.584	1.246.473	230.957	10.138.014	10.839.144	1.079.001	205.033	12.123.178
Ativos financeiros ao valor justo em ORA (Notas 10 e 13)	12.650.939	2.621.718	-	15.272.657	10.290.935	2.794.922	-	13.085.857
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 11)	607.284	2.130.038	-	2.737.322	769.907	3.410.364	-	4.180.271
Operações de crédito e de arrendamento mercantil financeiro ⁽¹⁾	-	18.662.795	-	18.662.795	-	12.211.379	-	12.211.379
Total	21.918.807	26.538.605	230.957	48.688.369	21.899.986	23.093.687	205.033	45.198.706
Passivo								
Passivos financeiros ao valor justo no resultado (Nota 20)	-	(786.035)	-	(786.035)	-	(1.757.210)	-	(1.757.210)
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 11)	(665.190)	(2.269.372)	-	(2.934.562)	(843.034)	(3.286.483)	-	(4.129.517)
Total	(665.190)	(3.055.407)	-	(3.720.597)	(843.034)	(5.043.693)	-	(5.886.727)

⁽¹⁾ Referem-se a operações marcadas a mercado pela estrutura de Hedge Accounting (Nota 11g).

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, e aqueles preços que representam transações de mercado reais e ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.

A melhor evidência de valor justo é o preço cotado em mercado ativo. A maioria das técnicas de avaliação emprega dados observáveis de mercado, caracterizando alto grau de confiança no valor justo estimado.

Conforme os níveis de informação na mensuração do valor justo, as seguintes técnicas de avaliação são aplicadas:

O valor justo apurado para os instrumentos financeiros classificados como nível 1 pressupõe o apreçamento, no mínimo diário, através de cotações de preços, índices e taxas imediatamente disponíveis para transações não forçadas e oriundas de fontes independentes.

Nos casos em que não estão disponíveis preços cotados em mercado, os valores justos são obtidos pela utilização de preços cotados para ativos e passivos semelhantes em mercados ativos, ou através de fluxos de caixa futuros descontados a valor presente por taxas de descontos obtidas através de dados observáveis de mercado ou outras técnicas de avaliação baseadas em métodos matemáticos que utilizam referenciais de mercado.

Neste contexto, o valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento é incluído no nível 2.

Para o valor justo dos instrumentos financeiros classificados como nível 3, não existem informações de precificação observáveis em mercado ativo. O Conglomerado usa critérios de precificação a partir de modelos matemáticos conhecidos no meio acadêmico e/ou através de governança específica com a participação de especialistas e processos internos estruturados.

Para as ações não cotadas em bolsa, atualmente classificados no nível 3, o processo de avaliação de valor justo utiliza o modelo de Merton, considerando os fluxos de caixa esperados, sujeitos as condições definidas em contrato e avalia o comportamento dos ativos da empresa (informação das Demonstrações Contábeis das empresas) através da estimativa da volatilidade dos ativos. Este parâmetro é gerado a partir da volatilidade histórica de ativos semelhantes observáveis no mercado.

Com relação aos demais instrumentos financeiros classificados no nível 3, as CLNs (Credit Linked Notes), o processo de avaliação de valor justo considera a combinação entre um título de renda fixa e um derivativo de crédito. Neste modelo avalia-se a probabilidade de default conjunta entre o emissor e a entidade de referência, a correlação utilizada não é diretamente observável no mercado, sendo gerada a partir da análise da correlação histórica de ativos da empresa.

A qualidade e a aderência dos modelos utilizados são garantidas através de um processo estruturado de governança. As áreas responsáveis pela definição e aplicação dos modelos de apuração são segregadas das áreas de negócios. Os modelos utilizados são documentados, submetidos à validação de uma área independente e aprovados na Comissão de Risco de Mercado.

(i) Movimentação do nível 2

	Saldo em 31.12.2018	Exercício/2019				Saldo em 31.12.2019
		Transf. para o Nível 3	Transf. Do/para o Nível 1	Adições / (Liquidações)	Resultado / Outras movimen- tações	
Ativo						
Ativos financeiros ao valor justo no resultado	1.079.001	12.281	-	(63.065)	218.256	1.246.473
Ativos financeiros ao valor justo em outros resultados abrangentes	2.794.922	-	(50.555)	(91.227)	(31.422)	2.621.718
Total	3.873.923	12.281	(50.555)	(154.292)	186.834	3.868.191

(ii) Movimentação do nível 3

	Saldo em 31.12.2018	Exercício/2019				Saldo em 31.12.2019
		Transf. Do/para Nível 2	Adições / (Liquidações)	Reclassificações de categoria decorrentes da adoção do IFRS 9	Resultado / Outras movimen- tações	
Ativo						
Ativos financeiros ao valor justo no resultado	205.033	(12.281)	14.913	-	23.292	230.957
Total	205.033	(12.281)	14.913	-	23.292	230.957

(iii) Valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado

O saldo contábil e o respectivo valor justo (hierarquia de nível 2) dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo custo amortizado são:

	31.12.2019		31.12.2018	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado	34.081.934	34.151.919	36.326.631	36.396.484
Títulos e valores mobiliários (Nota 10)	2.442.312	2.512.297	2.413.735	2.483.588
Operações de crédito e de arrendamento mercantil financeiro (Nota 12) ⁽¹⁾	31.639.622	31.639.622	33.912.896	33.912.896
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado (Nota 21)	(80.296.446)	(83.322.132)	(83.828.117)	(84.928.279)
Operações com acordo de recompra	(14.412.108)	(15.543.296)	(23.051.159)	(22.873.458)
Pass. financ. ao custo amortizado associados a ativos financeiros transferidos	(4.494.033)	(4.494.033)	(5.913.557)	(5.913.557)
Depósitos de instituições financeiras	(1.840.080)	(2.025.081)	(1.976.280)	(2.021.113)
Depósitos de clientes	(14.515.633)	(15.048.894)	(9.991.625)	(10.044.757)
Obrigações por empréstimos e repasses	(3.578.360)	(3.787.750)	(3.974.334)	(4.048.050)
Títulos emitidos	(32.074.261)	(32.686.979)	(29.998.714)	(30.539.859)
Passivos subordinados	(6.597.168)	(6.926.061)	(6.333.595)	(6.808.462)
Outros	(2.784.803)	(2.810.038)	(2.588.853)	(2.679.022)
Total	(46.214.512)	(49.170.214)	(47.501.486)	(48.531.795)

⁽¹⁾ Exclui as operações marcadas a mercado pela estrutura de *Hedge Accounting* (Nota 11g).

37. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Compromissos assumidos por captações junto a instituições financeiras internacionais

O Conglomerado é tomador de empréstimos de curto prazo junto a instituições financeiras internacionais, que em determinados casos podem exigir manutenção de índices financeiros (financial covenants). Quando exigidos os índices financeiros são calculados com base nas informações contábeis, elaboradas de acordo com a legislação brasileira e normas do BACEN. Em 31 de dezembro de 2019 o Conglomerado não possuía operações com estas características.

b) Cobertura de seguros

O Conglomerado adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Seguros vigentes em 31 de dezembro de 2019

Riscos Cobertos	Valores Cobertos	Valor do Prêmio
Seguro Garantia – Fiança para processos judiciais	882.385	6.345
Seguro imobiliário para imóveis em uso de terceiros relevantes	271.713	75

c) Acordos para compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional

Foram firmados acordos para compensação e liquidação de operações ativas e passivas ao amparo da Resolução CMN nº 3.263/2005, cujo objetivo é permitir a compensação de créditos e débitos mantidos com uma mesma contraparte, onde os vencimentos dos direitos e obrigações podem ser antecipados para a data em que ocorrer o evento de inadimplência por uma das partes ou em caso de falência do devedor.

d) Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes das atividades de financiamento

	Passivos		Patrimônio Líquido		Total
	Passivos subordinados	Dividendos e JCP	Capital Social	Reservas de capital e de lucros	
Saldo em 31.12.2018	6.333.595	18.859	8.130.372	1.422.218	15.905.044
Recursos provenientes da destinação de resultado - BRGAAP (Bacen)	-	1.061.228	-	283.971	1.345.199
Dividendos pagos	-	(1.080.087)	-	-	(1.080.087)
Liquidação	(392.306)	-	-	-	(392.306)
Despesas com juros	498.827	-	-	-	498.827
Variação cambial	162.186	-	-	-	162.186
Outros	(5.134)	-	-	-	(5.134)
Total das variações dos fluxos de caixa de financiamento	263.573	(18.859)	-	283.971	528.685
Variações sem efeito de caixa	-	25.042	-	-	25.042
Dividendos a distribuir	-	25.042	-	-	25.042
Saldo em 31.12.2019	6.597.168	25.042	8.130.372	1.706.189	16.458.771

	Passivos		Patrimônio Líquido		Total
	Passivos subordinados	Dividendos e JCP	Capital Social	Reservas de capital e de lucros	
Saldo em 31.12.2017	5.817.790	110.598	8.130.372	797.699	14.856.459
Recursos provenientes da destinação de resultado - BRGAAP (Bacen)	-	175.664	-	624.519	800.183
Dividendos pagos	-	(286.262)	-	-	(286.262)
Liquidação	(649.215)	-	-	-	(649.215)
Despesas com juros	581.653	-	-	-	581.653
Variação cambial	625.040	-	-	-	625.040
Outros	(41.673)	-	-	-	(41.673)
Total das variações dos fluxos de caixa de financiamento	515.805	(110.598)	-	624.519	1.029.726
Variações sem efeito de caixa	-	18.859	-	-	18.859
Dividendos a distribuir	-	18.859	-	-	18.859
Saldo em 31.12.2018	6.333.595	18.859	8.130.372	1.422.218	15.905.044

e) Administração de Recursos de Terceiros

Posição dos fundos de investimentos administrados pela Votorantim Asset Management Distribuidora de TVM Ltda.

	Quantidade de Fundos/Carteiras		Saldo	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Fundos de investimentos e carteiras administradas	243	260	51.472	48.435

38. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em janeiro de 2020, o Conglomerado realizou cessões de crédito sem coobrigação junto a terceiros no montante de R\$ 423.095, cujo efeito reconhecido no resultado foi de R\$ 26.337 no mesmo período.